CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da 985ª

Sessão de 21/11/2017

985ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Rodrigo de Losso da Silveira Bueno, Alexandre Nolasco de Carvalho, Berenice Bilharinho de Mendonça, Ana Lúcia Duarte Lanna, Ana Maria Loffredo, André Vitor Singer, Anna Luiza Guedes Teixeira, Antonio Carlos dos Santos, Antonio Carlos Hernandes, Antonio Carlos Marques, Artur de Jesus Motheo, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro Mendes de Castro Filho, Brasilina Passarelli, Bruno Sperb Rocha, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Cristiano Buoniconti Camargo, Cristiano Roque Antunes Barreira, Dante Pinheiro Martinelli, Diego Antonio Falceta Gonçalves, Diogo da Silva Dias, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva, Elisabete Maria de Gouveia Dal Pino, Elisabete Maria Macedo Viegas, Fábio Frezatti, Fernando Dias Menezes de Almeida, Fernando José Gomes Landgraf, Fernando Martini Catalano, Fernando Salvador Moreno, Rosangela Itri, Celso Fernandes Campilongo, Germano Tremiliosi Filho, Gilberto Fernando Xavier, Giulio Gavini, Guilherme Akira Nishio, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Matheus Machado Gomes, Igor Galvão de França, Jairo Kenupp Bastos, João Cyro André, Fernando Luis Medina Mantelatto, José Antonio Visintin, José Eduardo Krieger, José Djair Vendramim, Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho, José Renato de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Roberto Pereira Lauris, José Rogério Cruz e Tucci, Júlio Cerca Serrão, Léa Assed Bezerra da Silva, Lígia Toneto, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Luis Carlos de Souza Ferreira, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani, Marcelo de Andrade Romero, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Paulo Cesar Fonseca Giannini, Marcos Nascimento Magalhães, Marcos Nogueira Martins, Margaret de Castro, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Paulo Afonso Faria da Veiga, Neli Aparecida Mello-Théry, Maria Madalena

Januário Leite, Marcelo Urbano Ferreira, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro, Marilene Proença Rebello de Souza, Miguel Antônio Buzzar, Oscar Alves de Azevedo, Maisa de Souza Ribeiro, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Paula Faria Masulk, Paulo Inácio de Knegt López de Prado, Paulo Sergio Varoto, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Ricardo Ivan Ferreira da Trindade, Pietro Ciancaglini, Primavera Borelli Garcia, Raul Franzolin Neto, Amilton Martins dos Santos, Rodney Garcia Rocha, Rubens Beçak, Silvana Martins Mishima, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Tito José Bonagamba, Uriel Engel Piffer, Vahan Agopyan, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Vinício de Macedo Santos e Vivian Cristina Davies Sobral Nascimento. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Adalberto Américo Fischmann, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Fernando Silveira Navarra, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Hugo Tourinho Filho, John Campbell McNamara, José Otávio Costa Auler Júnior, Marcos Egydio da Silva, Maria Cristina Ferreira de Oliveira, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria Tereza Nunes, Miguel Parente Dias, Monica Herman Salem Caggiano, Pedro Leite da Silva Dias e Renato de Figueiredo Jardim. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Adriana Maria Procopio de Araujo, Alexandre Venturini Lima, Angélica Borges de Sousa, Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Bárbara Helena Almeida Carmo, Cibele Saliba Rizek, Cleber Renato Mendonça, Fábio de Salles Meirelles, Fernando José Benesi, Gabriela Soares Schmidt, Gabriele Souza Valadão, Janina Onuki, Joel Barbujiani Sígolo, Manuela Silva Silveira, Marilza Vieira Cunha Rudge, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Oswaldo Baffa Filho, Paulo Nelson Filho, Pubenza Lopez Castellanos e Rodrigo Campos Cardoso. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a Sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. **M. Reitor**: "Muito boa tarde Conselheiras, Conselheiros e convidados. Está aberta a nongentésima octogésima quinta Sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **EXPEDIENTE**, colocando em discussão a

Ata da 984ª Sessão do Co, realizada em 26.09.2017. Colocada em votação, a mesma é aprovada por unanimidade. A seguir o **M. Reitor** passa a palavra ao Secretário Geral, para a apresentação dos novos membros. **Secretário Geral:** Diretores: Prof. Dr. Rodney Garcia Rocha da Faculdade de Odontologia; Prof.ª Dr.ª Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva do Instituto Oceanográfico; Representantes de Congregação: Prof. Dr. Hugo Tourinho Filho da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto; Prof. Dr. Oswaldo Yoshimi Tanaka da Faculdade de Saúde Pública; Prof. Dr. Antonio Carlos dos Santos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Recondução); Prof. Dr. Fernando Salvador Moreno da Faculdade de Ciências Farmacêuticas; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP): Dr. Antonio Carlos Teixeira Álvares (Recondução); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FECOMERCIO): Dr. Antenor Cerello Júnior (Recondução). **M. Reitor:** "Sejam bem vindos, novas Conselheiras e novos Conselheiros, ao Conselho Universitário da Universidade de São Paulo." Ato contínuo, o **M. Reitor** passa às suas comunicações. **M. Reitor:** "Inicialmente quero mostrar ao Conselho Universitário que ontem a Universidade de São Paulo foi contemplada em uma belíssima cerimonia com o Troféu Raça Negra. Neste caso, especificamente, em reconhecimento à mudança que a Universidade de São Paulo está fazendo no processo de inclusão de caráter social e étnico. Portanto, este troféu pertence à Universidade de São Paulo em reconhecimento ao seu papel transformador na educação. Gostaria, ainda, de cumprimentar toda a comunidade da Universidade de São Paulo, que no dia 30 de outubro realizou a eleição para a elaboração da lista tríplice para Reitor e Vice-reitor para o período de 2018 até 2021. A eleição encerrou um processo eleitoral de 10 semanas, duração equivalente ao de 2013. Sendo assim, gostaria de enfatizar a tranquilidade e absoluta liberdade com a qual o processo transcorreu, distinguindo-se de eleições anteriores, caracterizadas por tensões, agitações e invasões. Merecem especiais agradecimentos os membros da Comissão Eleitoral, presididos pelo Professor José Rogério Cruz e Tucci, a Superintendência de Tecnologia da Informação, na pessoa do Professor João Eduardo Ferreira, a Secretaria Geral, na pessoa do Professor Ignacio Maria

Poveda Velasco, pela condução de todo o processo. Pela primeira vez empregamos uma votação eletrônica moderna, simples e confiável, que é passível de ser auditada. O resultado foi uma participação ampla de votantes, com abstenção de apenas 7%, em um processo caracterizado pela absoluta privacidade do eleitor, longe das pressões e limitações dos assim chamados 'currais eleitorais' e 'bocas de urna'. Vivemos, pois, em uma Universidade pacificada, que exerceu seu direito de discussão e de divergência através de um processo democrático. Há de se ressaltar que o processo eleitoral seguiu fielmente as decisões aprovadas por maioria absoluta do Conselho Universitário da USP, em 1° de outubro de 2013. Temos de agradecer a participação dos oito candidatos que se apresentaram nas quatro chapas, colocando-se à disposição do colégio eleitoral, movidos pelo altruísmo e convicção de que poderiam trazer o melhor resultado à nossa Universidade em um futuro próximo. Todos eles sabem que esses cargos são ônus que devem ser assumidos com o propósito de promover a missão da USP. Jamais para servir a interesses pessoais e muito menos a grupos com ideologias políticas. A função diretiva da Universidade é um serviço dos dirigentes à comunidade acadêmica e à sociedade paulista. Cabe-lhes assegurar a tranquilidade necessária para que os estudantes, servidores não docentes e professores realizem as suas tarefas e executem seus projetos. Devem garantir os meios materiais, a começar da gestão financeira equilibrada e cuidadosa. Jamais esse processo pode ser visto como um instrumento de progressão pessoal, mas, pelo contrário, segundo a tradição consolidada da nossa Universidade, é a carreira já consolidada e a experiência prévia que qualificam um candidato. Convido, pois, o Conselho Universitário a saudar nossos oito professores que participaram do processo eleitoral como candidatos." Palmas. **M. Reitor:** "O Governador do Estado, cumprindo sua responsabilidade legal, nomeou, no último dia 12, para as funções respectivamente de Reitor e Vice-reitor, os Professores Doutores Vahan Agopyan e Antonio Carlos Hernandes, a quem cumprimentamos em nome de toda a USP. Encerrado o processo eleitoral. Encerrada a eleição, cabe a mim o dever de lembrar a esse Conselho e a toda a Comunidade Acadêmica que a tradição da USP jamais admitiu examinar o

processo eleitoral em termos de 'situação' e 'oposição', aqueles que usam essas abordagens esquecem, ou pior ainda, desconhecem os princípios de governança da nossa Universidade. Na USP não existem partidos, nem do Reitor e nem contra o Reitor. Se algumas entidades assim se comportam, desrespeitam os pressupostos básicos da mais antiga tradição universitária brasileira, que desde 1934, tem elegido seus Reitores segundo a prescrição de seu Estatuto, vem fortalecendo a sua governança apesar do enorme crescimento que sofremos e se consolida como a mais expressiva Universidade da América Latina. É ainda relevante lembrar que a legislação da nossa Universidade, ou melhor, na sua legislação não subsistem os assim chamados 'lixos autoritários do período ditatorial'. Nosso Estatuto atual, resultante da segunda reforma, foi baixado por resolução do Reitor então em exercício, sem interferência do Governo depois da promulgação da atual Constituição de 1988. Modificações estruturais significativas da nossa legislação foram feitas adicionalmente na terceira reforma de 2015-2017. Falta ainda completar esse processo em um único aspecto, a revisão do código disciplinar que está em andamento. Se mais não foi feito ou se mais rapidamente, deve-se prioritariamente à invasão do Conselho Universitário em 15 de abril de 2015, promovido por forças conservadoras dentro da USP, que impediram a votação para implantar uma *estatuinte*. Essas visões maniqueístas que nos querem dividir em situação e oposição não fazem qualquer sentido na vida da Universidade, nossa governança baseia-se na tradição consolidada no Estatuto, de que a liderança política e administrativa da Universidade é exercida pelo Reitor que preside o colegiado maior que é o Conselho Universitário. O Conselho, por sua vez é constituído majoritariamente por dirigentes de unidades, que participam *ex officio* e representantes dos colegiados das unidades, eleitos pelos colegiados dessas unidades para atender aos interesses próprios das unidades. Nesse aspecto, li com muita satisfação os agradecimentos de um, ou melhor dizendo, de uma das candidatas, referindo-se à necessidade de união da Universidade. Sim, vamos nos unir ao redor de nossos novos dirigentes, estamos, pois senhoras e senhores, preparados para iniciar o novo período reitoral em 2018, tendo como base decisões que começarão a ser tomadas hoje e na próxima reunião,

envolvendo a elaboração das Diretrizes Orçamentárias e da proposta orçamentária para 2018. Além disso, temos trabalho urgente a fazer para que a passagem para a nova gestão se faça de maneira tranquila, sem os percalços que ocorreram em um passado ressente. Lembro a necessidade de trabalharmos sobre as Diretrizes para o funcionamento da CPA, para elaboração dos projetos acadêmicos das Unidades e dos Departamentos e para que se possa reassumir a progressão horizontal. O trabalho em curso na CAA sobre Diretrizes para contratação de novos docentes e, com particular atenção, o processo de inclusão social e étnico na graduação, que exigirá muita atenção de nosso Conselho Universitário e das Unidades acadêmicas nos próximos anos. Na presente seção e naquela programada para o dia 12, trataremos do orçamento, não é demais reforçar que se o pior da crise da USP já passou, como demonstrarei com dados objetivos, a gestão financeira e administrativa continuará exigindo prudência nos próximos anos, muita prudência. Desejo a todos um ótimo trabalho, mas desejo antes, apresentar alguns dados sobre dois tópicos relevantes." Ato contínuo, o **M. Reitor** inicia sua **apresentação**. "O primeiro dele diz respeito à nossa recuperação financeira, a qual está ocorrendo conforme demonstram esses gráficos de maneira sólida. Os números apresentados trazem os valores dos depósitos bancários da USP, isto não é uma reserva, não confundam, lembre-se que, da reserva, deve sair os gastos com o décimo terceiro comprometidos previamente. Mas esses são os depósitos e percebam que em 2015 estávamos caindo, como vínhamos de 2014. Em 2016 essa queda continuou, mas se estabilizou, agora em 2017 temos tido sucessivamente um aumento de nossos depósitos. O que significa que muitas previsões pessimistas feitas há algum tempo não estão se concretizando. A responsabilidade por isso deve ser dividida entre a Reitoria e os dirigentes de unidades, todos comprometidos em reduzir, ou melhor, em racionalizar os gastos financeiros. Começamos a colher os frutos dessa estabilidade financeira que se aproxima. Um dos principais elementos responsáveis por essa resposta está demonstrado aqui. Esse é o gráfico da USP, UNESP e UNICAMP mostrando o comprometimento de gastos dos valores do ICMS com folha de pagamento. Em 2014, ao assumirmos, esses gastos estavam na ordem de 104%, acumulados ao

ano. Em setembro de 2017 e outubro de 2017 estamos ao redor de 90% e somos, das três universidades paulistanas, a que tem o menor comprometimento nesse momento. O tópico seguinte a respeito do qual quero falar um pouco e dividir com esse Conselho são algumas considerações que fiz ao olhar os resultados das inscrições para o exame da FUVEST. Uma coisa que chama a atenção é a dispersão, quando consideramos as diferentes Unidades, entre os números de candidatos por vaga. Nas Humanidades esse número varia de 2,2 candidatos por vaga até 62 ou 63; nas Ciências da Vida de 3,5 a 135 candidatos por vaga e nas Exatas de 2 a 28 candidatos por vaga. Fui então analisar, não o miolo onde está a maioria, mas as pontas. O que será que está nas pontas desse processo? Devo dizer que as cores nas Humanidades estão invertidas, talvez para mostrar que todos temos imperfeições – às vezes pensamos que sabemos fazer *slides* muito bem, mas quando estamos com sono escapa, o vermelho e o azul estão invertidos – de qualquer maneira queria destacar o que está nas pontas. Quais são os nossos cursos que possuem uma grande demanda e quais deles têm uma baixa demanda? Eles nos dão uma mensagem da sociedade. Vamos à análise. Globalmente, nas Humanidades, temos uma média de 12 candidatos por vaga, os 20% dos cursos que estão acima, no topo, tem mais de 29 candidatos por vaga e os que estão nos 20% inferiores tem menos de 4 candidatos por vaga. No das Ciências da Vida, a média é de 27 candidatos por vaga, nos 20% do topo temos 135 candidatos por vaga ou mais e nos 20% inferiores, 7,8 ou menos. Nas Exatas temos 30,8 ou 4,4. Isto é, embora os extremos sejam muito diferentes, o miolo é mais ou menos igual para as diferentes áreas. Então, vale a pena olhar quais são as carreiras ou cursos que estão com uma demanda extremamente baixa da sociedade. Vamos ao seguinte, no caso das Humanidades, listamos as que estão nos 20% do topo, tendo de 29 a 63 candidatos por vaga. Em vermelho, as que pertencem aos 20% inferiores. A mensagem não deve ser de que essas são carreiras desnecessárias, mas não podemos esquecer que isso reflete a demanda da sociedade. De certa forma, pode exigir atenção dos Diretores e da Pró-Reitoria de Graduação em alguns casos. Podemos ver que o número de vagas oferecido em cada curso é extremamente pequeno. No que diz respeito às Ciências da Vida

– esqueçam aqueles 350 – são 125 vagas na Medicina, 42 na Medicina de Bauru, 80 na de Ribeirão Preto com quantidade de demanda que vai de 86 a 135. Isto é, há uma grande demanda por cursos de Medicina. Chamo a atenção para o fato de que o curso de Medicina de Bauru, apenas aberto, já teve uma demanda de 105 candidatos por vaga. Em vermelho estão os que têm uma demanda na casa do 20% inferiores. A seguir listo as Ciências Exatas e Engenharias, novamente as que estão nos 20% do topo e 20% inferiores. Vale a pena que cada dirigente medite sobre isso, pois há soluções e apenas apresentarei um exemplo de solução possível. A USP tem uma licenciatura em Ciências da Natureza que vinha oferecendo 120 vagas no vestibular da FUVEST. O número de candidatos por vaga até o ano passado variou de 3 ou 4 no máximo a 1,8 no mínimo, mas sempre foi muito baixo para as 120 vagas e o mais interessante é que, nesse período todo, nós graduamos 78 estudantes, tendo oferecido nesse período 480 vagas. Em 2018, a EACH, juntamente com a Pró-Reitoria de Graduação, tomou uma decisão que julgo muito importante e que o Conselho aprovou. Dividimos as 120 vagas em duas, mantivemos 60 vagas de Licenciaturas de Ciências da Natureza, que teve então uma inscrição de 6 estudantes por vaga. Uma demanda que já está dentro de uma média melhor. Ao mesmo tempo um novo curso foi aberto para outras 60 vagas resultando em uma procura de 9,3 candidatos por vaga, mostrando que foi uma solução absolutamente acertada da EACH e desse Conselho Universitário ao dividir essas 120 vagas em dois grupos e abrir um novo curso que não nos custou quase nada, apenas a contratação de dois docentes – se não me engano – assim sendo, encerro as minhas comunicações e convido o Professor Gerson Tomanari, nosso Pró-Reitor Adjunto de Graduação, que nos apresentará um projeto que é do máximo interesse da Universidade." **Prof. Dr. Gerson Aparecido Yukio Tomanari: (apresentação)** "Tenho a satisfação de estar aqui hoje para apresentar o projeto USP Urbana, uma iniciativa do Gabinete do Reitor em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária, com participação muito ativa da Escola de Comunicações e Artes, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a galeria *Choque Cultural* na pessoa do artista e produtor cultural Baixo Ribeiro, esse

projeto *USPUrbana* é uma proposta multidisciplinar de engajamento da Universidade em torno da arte urbana, canal de diálogo da USP com a sociedade por meio da arte, oportunidade para todos os estudantes da USP de todas as áreas do conhecimento estabelecerem conexões entre os espaços de convívio acadêmico e a arte. É a USP na vanguarda das políticas públicas para a arte urbana. Basicamente esse projeto *USPUrbana* é composto por um edital voltado à comunidade universitária para a promoção de produções artísticas no *campus* por um seminário internacional de arte urbana que esperamos realizar em março ou abril do ano que vem e por um conjunto de intervenções artísticas sobre as quais estamos nos planejando que devem ocorrer ao longo desse tempo – entre esse momento de início do projeto e o seminário a ser realizado ou em março ou em abril. Uma dessas intervenções, a primeira que inaugura o projeto *USPUrbana* é o Mural da Escuta." A seguir o senhor Pró-reitor adjunto de Graduação, Prof. Dr. Gerson Aparecido Yukio Tomanari, exibe um vídeo sobre a confecção do Mural da Escuta, que ao final da exibição recebe uma salva de palmas. **Prof. Dr. Gerson Aparecido Yukio Tomanari:** "O Mural da Escuta foi idealizado pelo grafiteiro Daniel Melim em colaboração com as artistas Simone Siss e Laura Guimarães para ocupar temporariamente a parede externa do prédio do Espaço das Artes. Junto com Baixo Ribeiro, temos Daniel, Laura e Siss, que estão aqui presentes na sessão de hoje. Peço que, por gentileza, se levantem." Ato contínuo, os referidos artistas levantam-se e são aplaudidos pelos Conselheiros. **Prof. Dr. Gerson Aparecido Yukio Tomanari: (continua a apresentação)** "Pintado com tinta acrílico-spray principalmente por meio da técnica do *stencil*, comum aos três artistas, o mural grafite mede cerca de 60 metros de comprimento por cerca de 5 metros de altura. Melim compõe as áreas de cor sobre as quais se acomodam as imagens figurativas e os textos poéticos que formam o conjunto do painel. As formas geométricas que se insinuam ao longo do mural foram inspiradas na sombra gerada pela obra 'Bichos', estruturas cambiantes da artista plástica Lygia Clark. Melim discute a imagem da mulher estereotipada na propaganda, descontruindo na paisagem urbana espaços que eram dedicados à exploração dos estereótipos femininos pela publicidade. Simone Siss discute questões da

insubmissão e dignificação da mulher por meio das imagens e poesias que imprime em seus grafites, a principal figura retratada pela artista no mural é a atriz Merle Oberon, que na década de 30 utilizava pseudônimos masculinos como George Sand para poder trabalhar. Simone Siss usa a mascara para simbolizar a frequente situação a que se sujeita a mulher nos diferentes ambientes em que busca conquistar espaços. Essa pessoa retratada na parte de baixo é a artista plástica Lygia Clark, Laura Guimarães discute o protagonismo feminino através da palavra escrita, em poemas e microtextos impressos em cartazes e paredes da cidade. A artista estuda a condição feminina na sociedade contemporânea e transforma relatos em poemas. Para o Mural da Escuta, Laura Guimarães focou sua pesquisa em depoimentos de alunas que estudam e moram no *campus*. Buscando mapear aflições e alegrias, conquistas e decepções, situações e expectativas que marcam a mulher no ambiente universitário. Por essa iniciativa a USP se abre para o tema da arte urbana que, nas suas múltiplas formas contemporâneas, está presente e vibrante na vida cotidiana, dentro e fora do *campus*, configurando-se como uma expressão democrática, participativa e que sugere a inclusão de todos em um grande e generoso processo de transformação da cidade em um local mais humano, criativo e inteligente. Obrigado a todos." Palmas. **M. Reitor:** "Quero agradecer o Professor Gerson que veio, primeiramente com a ideia muito imprecisa, mas que já apontava para uma solução e que foi sendo ampliada com a decisão do arquiteto Baixo Ribeiro, que nos deu uma excelente aula sobre arte urbana e ajudou a trazer as artistas e o artista que fizeram esse mural. A participação dos professores da FAU, que daqui para frente e em conjunto com os professores da ECA irão tocar esse projeto, pois como dissemos, este é apenas o pontapé inicial. Gostaria de agradecer à ECA, que autorizou o uso daquela parede para essa arte temporária – lembrando que o prédio da FAU é tombado. Obviamente que com grande generosidade, a diretoria concordou e depois aderiu entusiasticamente ao projeto. Gostaria de agradecer a todos que participaram dessa aventura que se inicia e agora poderemos passar a palavra os senhores conselheiros." Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à palavras aos Conselheiros. **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda:** "Quero, antes de

mais nada, cumprimentar e parabenizar os professores Vahan Agopyan e Antonio Carlos Hernandes, eleitos e indicados para os cargos de Reitor e Vice-reitor da USP no próximo período. Parabéns pela vitória, anos que se não forem tranquilos – e aprece que não serão – exigirão ousadia e aposta no futuro, o que aconselha a renovação. Haveria muito o que falar, porém a exiguidade do tempo e a sensatez exigida pela ocasião convidam à sobriedade,ao menos aconselham a não exceder o tempo. Antes de mais nada, queremos agradecer ao Conselho Universitário e a toda a comunidade da USP o expressivo número de votos recebidos pela nossa proposta 'A USP é maior que a crise', em especial, agradecer os mais de 3.700 votos obtidos no processo eleitoral da consulta à comunidade da USP. Queremos agradecer a todos que nos apoiaram direta e indiretamente. Em particular, gostaria de agradecer à minha Faculdade - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - o apoio e a aposta, Faculdade de onde eu, orgulhosamente, provenho. A acolhida que recebemos revela que nossa mensagem, mesmo no tempo não estendido do processo eleitoral, correspondeu os anseios de amplo setores da Universidade de São Paulo. Durante o processo defendemos posições diversas, pautamo-nos, porém, por princípios de respeito à diversidade, inclusive de gênero. Há divergência leal concebida por valores de reconhecimento às diferenças e ao debate livre, temo-los na vida acadêmica, cuja ausência poderá esterilizar a todos; guiamo-nos pelas normas superiores da civilidade, a democracia acadêmica entre pares, o respeito às categorias que compõe a Instituição são valores inexcedíveis. O Conselho Universitário, que tem o papel de formular as políticas acadêmicas, é o lugar do debate e não pode ser nunca o deserto das ideias. O momento é o de superação desse processo eleitoral, estaremos juntos sempre refletindo, debatendo e trabalhando para pensar o futuro da Universidade nos próximos anos. O processo findo foi também o momento da compreensão e iluminação obtidas durante a trajetória, quando os problemas afloraram com toda a sua força. Para lembrar a lição do meu conterrâneo e desse escritor maior da literatura brasileira do século XX, que foi Guimarães Rosa: 'o real não está na saída e nem na chegada, ele se dispõe para nós é no meio da travessia, a vida é travessia.' As instituições são

compostas por pessoas que vivem as suas travessias. A USP viverá a sua travessia. Muito obrigada a todos." Palmas. **Cons. André Vitor Singer**: "Gostaria de cumprimentar todos os candidatos dessa última eleição e os indicados para dirigir essa Universidade nos próximos quatro anos. Venho à presença desse Conselho em nome Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para propor uma reflexão e uma possível manifestação da USP a respeito do que ocorreu no mês passado na Universidade Federal de Santa Catarina. Farei um brevíssimo relato do que aconteceu, com base em reportagem da revista Veja, em sua penúltima edição, e o faço propositadamente com base na revista Veja, que é insuspeita de qualquer viés de esquerda. Os fatos que gostaria de relatar são os seguintes. O então Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, foi preso no dia 14 de setembro em sua casa, sem qualquer condenação e por razões obscuras. O ato que parece ter provocado a detenção de Cancellier teria sido o de ele ter avocado um processo que estava na corregedoria da Universidade, apenas isso. Cancellier ficou, de acordo com a revista Veja, 30 horas preso em uma cela da penitenciaria de Florianópolis, o Reitor foi algemado, teve os pés acorrentados e nu foi submetido à revista intima. No dia seguinte, sem que houvesse recurso, a juíza substituta, pois a que decretara a prisão estava licenciada, decretou a soltura do Reitor, escrevendo que a delegada responsável pelo pedido de prisão não havia apresentado motivos que a justificassem. Proibido de entrar no *campus* e profundamente abalado com o episódio da prisão, o ex-Reitor se matou cerca de 15 dias depois, no dia 2 de outubro de 2017, deixando um bilhete com os seguintes dizeres: 'a minha morte foi decretada quando fui banido da Universidade'. O caso do ex-Reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, da Universidade Federal de Santa Catarina, se inscreve em um quadro em que as instituições do Estado de Direito, em particular a da presunção de inocência, estão sobre forte tensão no país. Por isso, a Congregação da minha Faculdade sugere que a Universidade de São Paulo deveria se manifestar em solidariedade à Universidade Federal de Santa Catarina, cuja comunidade está profundamente abalada pelo que ocorreu e reiterar a posição inabalável da USP em defesa da

democracia e das garantias individuais, que são o fundamento do Estado de Direito." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "A primeira preocupação que trago é com relação à Comissão de Sindicância que foi aberta na ESALQ, pretensamente por conta de uma atividade realizada por um Núcleo de Pesquisa com o MST. Acho que essa Universidade precisa ter cautela em relação a essa, chamemos, judicialização das iniciativas que colegas tomam. Há inúmeras atividades universitárias feitas com o MST no Brasil e me parece que as afirmações – que o Diretor poderá vir aqui esclarecer – não justificam esse tipo de ação que tenta intimidar aqueles colegas pesquisadores que tentam se envolver com questões sociais. Em algumas áreas isso ocorre com maior frequência, em outras com menor frequência por conta do assunto. Parece-me, ao menos de acordo com as informações que disponho, que o Diretor foi pressionado, via rede sociais, por pessoas que suscitaram então esse tipo de perseguição, pelo menos pelo que me parece. O segundo ponto que gostaria de mencionar, o qual tenho mencionado reiteradas vezes, é referente à creche oeste e a situação das creches, que foi objeto de uma boa parte do debate entre os candidatos à eleição de Reitor. Creio que a creche é algo importante, não só pelo seu fator da contribuição social, mas também de pesquisa. Creio que a Reitoria da Universidade precisa vir a publico – meu Diretor acaba de me dizer que na reunião de Dirigentes foram dadas algumas informações sobre a creche oeste - e volto a dizer que essas informações precisam se transformar em coisa pública e precisam ser debatidas, pois a importância da presença da creche, principalmente para jovens professores, é algo que é muito claro nas manifestações de nossos colegas da Congregação. O terceiro ponto que gostaria de trazer é que hoje está se fechando, no Hospital Universitário, o pronto-socorro da Pediatria; isso, entre outras coisas, é o motivador de uma greve dos estudantes que possivelmente será objeto de manifestação. Precisamos ter cautela, pois essa história de economizar custos, essa história de cortar qualquer iniciativa social, se começar a virar moda, sem uma reflexão mais clara e objetiva, levará a muitos de nós a serem compelidos a fecharem suas tarefas e seus objetos de pesquisa. Essa postura que a atual administração tem tido com relação à questão de obras sociais ou ações

sociais, principalmente com relação ao HU e à creche é algo que foi alvo de importante debate na questão reitoral e creio que continuará sendo. Se essa Universidade quer voltar a criar uma perspectiva para a comunidade, uma perspectiva que não seja simplesmente autoritária, mas que seja algo a fazer com que as pessoas realmente vistam a camisa, está na hora de abrir novos tempos e novas conversas e o HU é uma boa oportunidade para isso, pois além de seu papel de ensino e pesquisa, completamente caracterizado em inúmeras manifestações, possui um impacto social muito grande nas comunidades e seu entorno. Então, essa questão do fechamento hoje do pronto-socorro Pediátrico é algo lamentável e algo que todos nós da Universidade de São Paulo deveríamos nos envergonhar. Caberia a essa administração uma reação e não um acovardamento." **Cons. João Cyro André (Apresentação)**: "Gostaria de iniciar dizendo que participar nas mais diversas formas de atuação na Universidade de São Paulo é um privilégio e uma honra. É um privilégio pela liberdade de expressão, pela liberdade no ensino e pela liberdade na pesquisa; por atuar na promoção e desenvolvimento, em todas as formas de conhecimento por meio do ensino e da pesquisa e assim colaborar para o desenvolvimento do nosso país e justiça social. Por realizar suas funções no interesse maior da sociedade, sem se submeter às conveniências de classe, grupos partidários ou ideologias totalitárias. Esse privilégio e honra são ampliados quando se é eleito para conduzir a USP até o início do ano em que se comemora o bicentenário da independência do Brasil. Em nome da Congregação da Escola Politécnica, expresso o desejo que os Professores Vahan Agopyan e Antonio Carlos Hernandes sejam muito felizes no cumprimento de suas funções, que possam efetivamente contribuir para que a USP cumpra os seus compromissos maiores com a sociedade. Aos Professores Maria Arminda do Nascimento Arruda e Paulo Borba Casella, Ildo Luís Sauer e Tércio Ambrizzi, aos Professores Ricardo Ribeiro Terra e Albérico Borges Ferreira da Silva, parabenizo pela participação no processo eleitoral e a Congregação da Escola Politécnica ficou extremamente honrada com a presença de todos os candidatos no debate que lá ocorreu. Quero ainda lembrar que a Escola Politécnica teve anteriormente dois Reitores, Professor Lúcio Martins Rodrigues

no curto período de 1938 a 1939, o governador era o Adhemar de Barros e o Professor Antonio Hélio Guerra Vieira no período de 1983 a 1986, o Governador era o Paulo Maluf. O privilégio e a honra de conduzir a USP vem acompanhado de muita responsabilidade na luta permanente por uma Universidade internacional de excelência. Neste momento, há dois desafios adicionais que exigirão austeridade e temperança. A austeridade para superar efetivamente a crise financeira da USP, a temperança para a recuperação do ambiente com liberdade de expressão, mas que seja despido das mais variadas formas de agressão. Irei tratar de um tema que me tem sido caro aqui neste Conselho, que é a questão da crise financeira da Universidade de São Paulo. Aproveito para apresentar três *slides*, o primeiro mostrando que uma significativa recuperação de recolhimento do ICMS permitiu que nos meses de setembro e outubro praticamente houvesse um equilíbrio financeiro da Universidade de São Paulo, as nossas despesas ainda são superiores às receitas. No próximo, quero chamar a atenção que em setembro de 2017 o comprometimento das Receitas do Tesouro do Estado foram de 90,7% com Pessoal e 102,7% Total, mas que o realizado em 2017, portanto, até setembro, atingimos 96,8% de comprometimento com Pessoal e 114,7% de comprometimento no Total. Se pensarmos em relação à Receita Total Não Vinculadas, em setembro de 2017 tivemos 88,8% de comprometimento com Pessoal e 100,6% de comprometimento com as despesas totais, mostrando equilíbrio no mês de setembro, que se repete em outubro, pelos dados que foram parcialmente divulgados. Em 2017, no realizado até setembro, 94,3% de comprometimento com Pessoal e 111,8% com o Total. A situação financeira em 2017 'despiorou', a vulnerabilidade financeira permanece e manter uma posição de austeridade é mandatório. No último *slide* quero deixar duas perguntas para que o representante da COP possa responder, na sua apresentação, para que possamos ter uma participação efetiva na discussão da questão das Diretrizes Orçamentárias para 2018. A primeira, a reserva financeira em 30 de setembro de 2017 é de R$ 96 milhões, então, não fez sentido para mim que uma parte das despesas custeadas para o ano de 2018 sejam cobertas pela reserva financeira em um total de R$ 287,6 milhões, então, peço que isso seja explicado, pois pode

ser que tenha havido algum erro de entendimento meu, mas, sem dúvida, a reserva financeira em 30 de setembro era de R$ 96 milhões, como foi dito em uma última reunião do Conselho Universitário. A última pergunta é que a Controladoria Geral apresente a sua avaliação quando da análise do Orçamento da USP de 2018, gostaria de ver a Controladoria se manifestar com mais intensidade neste Conselho a respeito, pelo menos, desse assunto." **Cons. José Renato de Campos Araújo**: "Antes de começar a minha fala, gostaria de informar que essa é minha penúltima reunião enquanto representante dos Professores Doutores, porque irá findar o meu mandato no final de 2017. Passei quatro anos aqui, não sei se na próxima reunião terei a oportunidade de falar. Importante, também, anunciar em público, já que também é transmitido via IPTV e agora *Youtube* que terá provavelmente eleições em janeiro ou fevereiro para as três representações: de Doutor, de Titular e de Professor Associado e nenhum dos três representantes atuais poderão tentar a reeleição, porque já foram reeleitos uma vez. Quero cumprimentar o Prof. Vahan pela eleição e todos os candidatos que participaram do pleito e quero fazer alguns destaques para o futuro, até porque não estarei aqui, mas gostaria de colocar algumas questões. Acho fundamental a fala do Prof. João Cyro, uma das questões que eu já havia levantado e me comprometido a falar, que é justamente como a USP, em 2018, irá funcionar sem reserva financeira - que será o primeiro ano. Isso está anunciado, não é de agora e não foi o Prof. João Cyro, já há bastante tempo. Nos últimos quatro anos estávamos em crise, mas tínhamos reserva e agora continuamos em crise e sem reserva. Tudo bem, sei que apontaram um relativo equilíbrio ou, como o Prof. João Cyro, de maneira espirituosa, colocou, a situação 'despiorou', acho que é bastante preocupante para a próxima gestão e sem dúvida nenhuma, o Prof. Vahan deve estar ciente disso, mas gostaria de fazer esse destaque, já que venho fazendo há bastante tempo. Outro destaque importante é a posição da USP no cenário nacional. No dia de hoje o Banco Mundial divulgou um relatório chamado 'Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil', em cerimônia em Brasília ou no Rio de Janeiro – se não me engano -, com a presença de um possível candidato a Presidente da República, o atual Ministro da Fazenda,

Henrique Meirelles. Uma das recomendações disso - isso foi enviado por um aluno meu hoje de manhã - é justamente que o Brasil pare de ofertar universidade pública e gratuita. Essa é a recomendação do Banco Mundial. Porque estou dizendo, obviamente, que sou contra essa recomendação? Acho que esse é um debate que irá acontecer nos próximos quatro anos, porque, infelizmente, o cenário político brasileiro é, no mínimo, constrangedor, para não usar outra palavra. É muito possível que forças conservadoras sejam eleitas em 2018, acho bastante difícil que forças progressistas assumam qualquer governo se por acaso for eleito e esse será um debate que a próxima gestão terá que fazer, sem dúvida nenhuma. Desde 2016, mais especificamente em abril de 2016, a USP deixou de se posicionar em relação a alguns assuntos importantes, como por exemplo, o fim do Ministério da Ciência e Tecnologia e a esdrúxula fusão com o Ministério de Telecomunicações. No meu olhar, não sou sociólogo, não sou alguém da área de ciência e tecnologia propriamente dito, não sou um tecnólogo, mas acho bastante esdrúxula essa junção. Achei muito esdrúxula quando houve uma proposta de reorganização administrativa do Ministério, desse monstrengo agora chamado Ministério de Telecomunicações da Ciência e Tecnologia, aonde o CNPq passou a figurar no organograma como subordinado à Coordenadoria de Serviços Postais, tirando-o da ligação direta com o Gabinete do Ministro e passando ao Gabinete do Secretário Executivo. Isso que estou falando não é maluquice minha, houve uma manifestação formal da Sociedade Brasileira de Progresso para a Ciência quando aconteceu e a Universidade de São Paulo não se pronunciou em nenhuma das duas vezes. É importante que a Universidade de São Paulo comece a se posicionar, como o Prof. André Singer colocou, há questões muito sérias acontecendo no Brasil, há questões muito sérias no estado de direito e há questões muito sérias sobre a política de ciência e tecnologia nesse país. Seria importante que o próximo Reitor, não sou muito otimista quanto ao nosso futuro, se posicione mais fortemente, tenha mais visibilidade. Terminando, quero reforçar a fala do Prof. Marcos Magalhães sobre o HU e a Creche. Sou representante dos Doutores, a categoria mais baixa dos professores, então, é fundamental lembrar que o HU é para atender a comunidade universitária como um todo e, inclusive,

nós professores. Sei que a grande maioria nunca usou ou usa muito pouco - Associados e alunos. Irei falar como usuário do HU e fui sempre muito bem atendido, a partir de hoje meu filho, que é meu dependente, não tem acesso à emergência pediátrica. Gostaria de saber como irá ficar a comunidade da Universidade de São Paulo nesse momento de crise, parece-me que essa política de demonstrar que o HU não é atividade fim da Universidade vem levando a situações bastante graves, como o HU e a Creche." **Cons. Uriel Engel Piffer**: "Meu nome é Uriel, sou um dos representantes discentes que foi recebido pelo Conselho na nossa última reunião e gostaria de comentar um assunto que é muito caro para todo o corpo discente. Acredito que boa parte de vocês devem ter visto e foi recebido no Conselho Universitário por uma manifestação dos estudantes da área da Saúde e é um pouco sobre isso que gostaria de comentar. Para quem não sabe, os estudantes de Medicina da Faculdade de Medicina, estão completando mais de uma semana em greve, já com adesão de outros cursos da área da Saúde, a Enfermagem também entrou em greve recentemente e eles têm uma única pauta, que inclusive tem a ver com aquilo que o Conselheiro que me antecedeu já falou, que é a questão do HU. Inclusive, acho emblemático que esse Conselho Universitário aconteça no dia em que nós estamos fechando o Pronto Socorro de Pediatria do Hospital Universitário, não só o Hospital deixará de atender os filhos de professores, de toda a comunidade universitária e da zona oeste como um todo, mas essa unidade irá parar de servir como uma unidade de ensino para os estudantes da Medicina, que precisam aprender sobre os cuidados com as crianças e, por conta disso, está acontecendo a greve dos estudantes de Medicina. A pauta única deles é por contratações de médicos no HU, contratações pela Universidade e não pela Secretaria Municipal de Saúde, como vem sendo aplicada a política da última gestão da Reitoria, provavelmente da próxima, em acordo com a Prefeitura. Isso é tão importante para os estudantes da Medicina, não sou estudante de lá, mas tive o prazer de ter contato com vários estudantes, que me esclareceram um pouco dessa questão. Os médicos que são contratados via Secretaria Municipal de Saúde simplesmente não são preparados para atender as necessidades básicas do ensino dentro do Hospital Universitário, não estão

preparados para auxiliar os estudantes no estágio, não estão preparados para auxiliar os estudantes dentro daquilo que serve propriamente para o aprendizado, inclusive, acho bem bacana que venha se falando e tenha como principal proposta manter a excelência acadêmica da Universidade de São Paulo, mas, ao mesmo tempo, tenha um projeto político que acaba prejudicando demais os estudantes da Medicina na área do ensino, que é um dos tripés da Universidade. Além disso, é importante que tenhamos sempre esse debate sobre o que temos que fazer, como manejar os gastos da Universidade, mas temos sempre que pensar no custo que isso gera. No meio desse semestre, os estudantes de Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes tiveram que trancar uma matéria obrigatória do primeiro semestre porque simplesmente não tinha professor para oferecer essa disciplina, estamos falando de uma matéria obrigatória do primeiro ano, a que ponto essas políticas de austeridade estão levando a Universidade. É importante refletirmos onde chegamos após esses quatro anos de congelamento de contratações, mas que também pensemos um pouco não só no aspecto econômico, financeiro, orçamentário, mas também no aspecto tripé da Universidade, o que significa a contratação de professores temporários, que não estão disponíveis para auxiliar os estudantes nos projetos de extensão, pesquisa e iniciação científica. Isso é muito importante de levarmos em conta e considerar. Venho do Instituto de Matemática e Estatística, que sofreu muito com a falta de professores, em especial no Departamento de Matemática que é um Departamento que oferece a disciplina de cálculo para quase todas as Unidades daqui do *Campus*; é um Departamento muito importante e é cada vez mais gritante a necessidade que tenhamos mais contratações, e no HU isso chegou a um ponto de fechar a pediatria e tantos outros departamentos lá estão por um fio, com apenas um docente responsável, que se pedir aposentadoria ou se demitir, como foi o caso do responsável pela pediatria, que pode fechar também. Isso tem que ser levado em conta por todos aqueles que presam pela excelência acadêmica da Universidade, para que tenhamos um HU da USP a serviço da Universidade, da comunidade universitária, da zona oeste e, também, a serviço do tripé universitário." **M. Reitor**: "Não entendi, mas gostaria de entender. O

representante dos estudantes reclama da falta de professores. É uma queixa que em algumas Unidades talvez tenha fundamento, temos dado muita atenção a isso, temos procurado atender. Agora, é necessário lembrar que o orçamento é um só. É do mesmo orçamento que sai recurso para contratar docente e para contratar servidor não docente. Então, o estudante defende a contratação de servidores não docentes, médicos para o hospital, como se eles fossem docentes responsáveis por cursos e não são, são servidores responsáveis pelas atividades do Hospital Universitário e, por outro lado, se nós vestimos um santo, desvestimos o outro, quero dizer, é uma opção e uma opção que o dirigente tem que fazer, e por dois, três anos, tivemos que fazer a opção de não contratar ninguém, depois fizemos a opção de abrirmos, em pequena escala, no último ano, contratação de docentes. Temos que optar meus amigos, ou contratamos docentes ou contratamos médicos para o Hospital Universitário, que podem perfeitamente, como os outros hospitais que servem a Universidade de São Paulo, ser pagos com recursos das Secretarias de Saúde Estadual ou Municipal. Não entendi por que o argumento da falta de professor serve para comprovar a necessidade de contratar servidores não docentes médicos. Mas, tudo bem." **Cons.ª Maria Madalena Januário Leite**: "Enquanto representante da Congregação da Escola de Enfermagem da USP, venho justamente falar sobre a questão do fechamento do Pronto Socorro Infantil do Hospital Universitário. Fizemos uma moção no dia 08 de novembro de 2017 e passarei à leitura para todos. 'A Congregação da Escola de Enfermagem, reunida em 08 de novembro de 2017, posicionou-se contrária à restrição do atendimento do Pronto Socorro Infantil do Hospital Universitário da USP (PSI), que a partir do dia 21 de novembro do corrente ano passará a atender somente emergências e pacientes referenciados pelos Prontos Socorros da Lapa e Bandeirantes. A importância do HU-USP para o ensino de Enfermagem e demais cursos da saúde é inquestionável. Atualmente as seguintes disciplinas do Curso de Graduação em Enfermagem utilizam o PSI como campo de estágio: Avaliação de Indivíduos e Famílias (3º semestre), Brincar como Cuidado à Criança (3º semestre), Enfermagem na Atenção Básica (4º semestre), Enfermagem no Cuidado à Criança e Adolescente na Experiência de Doença (5º e 6º semestres),

621 Enfermagem na Saúde da Mulher, na Saúde Materna e Neonatal (5º e 6º
622 semestres), Estágio Curricular em Administração em Enfermagem (7º semestre),
623 Estágio Curricular em Enfermagem II - Enfermagem na Atenção Básica, Atenção
624 Psicossocial ou Ambulatórios de Especialidades (8º semestre), Estágio Curricular
625 em Enfermagem III - Enfermagem na Atenção Hospitalar ou Pré-Hospitalar (8º
626 semestre). Assim, a restrição nos atendimentos pediátricos produzirá impacto
627 negativo na aprendizagem teórico-prática na área de Enfermagem Pediátrica dos
628 alunos da graduação em Enfermagem e também dos residentes do Programa de
629 Residência em Enfermagem da Saúde da Criança e do Adolescente.
630 Comprometerá ainda a assistência à saúde das crianças dependentes de
631 discentes, funcionários e docentes da USP e das crianças da comunidade da
632 Região Oeste, uma vez que o HU é o único hospital do SUS na região do Butantã.
633 A Congregação da Escola de Enfermagem defende que se realize um processo
634 transparente, com a participação e envolvimento das áreas técnicas do HU-USP e
635 da comunidade USP para o planejamento dos insumos, equipamentos e recursos
636 humanos necessários ao funcionamento pleno do PSI. Considera, ainda,
637 necessário e urgente que se estabeleça uma política de recursos humanos que
638 garanta a segurança de pacientes e trabalhadores do HU, preservando a
639 governança do Hospital, principalmente no que se refere à estrutura
640 organizacional existente, com representatividade das seis Unidades de Saúde da
641 USP no nível decisório do Conselho Deliberativo, visando garantir os indicadores
642 assistenciais e gerenciais existentes e manter a excelência do ensino de
643 graduação e pós-graduação em Enfermagem no HU-USP.' Com essa Moção a
644 Escola de Enfermagem coloca que é imperativa a formulação de novas propostas
645 de solução em relação ao déficit de pessoal do HU. É claro que muitos
646 conselheiros que não são da área da saúde e não se utilizam do HU não têm a
647 noção do significado do HU para o ensino das áreas da saúde, especificamente
648 para a Enfermagem. Tínhamos, antes do PIDV, 233 leitos, hoje estamos com 206
649 leitos; quanto à enfermagem, tínhamos, antes do primeiro PIDV, 734 servidores,
650 atualmente temos 569. Teríamos hoje, se houvesse contratação de pessoal, um
651 déficit de 134 técnicos, 21 enfermeiros e 17 administrativos. Colocamos a nossa

preocupação, agora que iremos discutir as Diretrizes Orçamentárias, onde um dos itens é a não contratação de servidores técnicos e administrativos para a USP, de repensar a questão do HU. Entendo, Prof. Zago, quando o senhor diz sobre a questão da contratação de docentes, estamos sofrendo na pele isso, meu grupo, que é de dezenove a partir do ano que vem, estaremos em cinco docentes e, graças ao HU, as colegas do HU que são doutoras e mestres - aliás é o único hospital do Brasil que tem um contingente enorme de enfermeiros doutores e mestres - iremos conseguir dar os estágios, porque elas são as nossas parceiras e graças a elas não iremos fechar algumas disciplinas." **Cons.ª Paula Faria Masulk**: "No último Conselho, quando fui empossada, falei sobre a importância da representação dos estudantes nos órgãos institucionais da USP. Nesse sentido, gostaria de dar um informe sobre as eleições do Diretório Central dos Estudantes, que ocorreu agora em novembro. Gostaria de falar em nome da nova chapa eleita, que é uma chapa de oposição - 'A nossa voz' -, que foi eleita com mais de quatro mil votos, com o triplo de votos da segunda colocada, e foi eleita com votos em todos os *campi*, o que demonstra uma preocupação muito grande nossa de dialogar com os estudantes, de ouvir as suas demandas, de estar conectado com as demandas do dia a dia e avançar nesse sentido. Por isso, gostaria de colocar aqui um pouco do que é 'A nossa voz'. Queremos fazer uma gestão do DCE com muito diálogo com os estudantes, sempre engajado, muito firme com as nossas propostas, um engajamento constante, e acreditamos que neste momento que a USP tem passado, neste momento difícil muito desafiador de crise orçamentária, mas também de conquistas importantes, como as quotas, precisamos estar engajados em torno disso, pensando em saídas. E, nesse sentido, também gostaria de colocar um pouco do nosso programa. Uma de nossas propostas é a criação de um Fundo Orçamentário para Permanência, o Reitor da UNESP esta semana já se manifestou nesse sentido, para as Universidades de São Paulo e como esta discussão do orçamento foi trazida hoje, achamos que era importante também colocar essa preocupação diante de desafios muito importantes que iremos ter para garantir que estudantes vindos por meios de quotas consigam permanecer e participar da Universidade. A nossa chapa, que também foi eleita

para a gestão do DCE, tem um compromisso muito importante com a vida acadêmica, nesse sentido trazemos proposta sobre bolsas, contratação de professores e gostaria também de apoiar a greve na Medicina em relação ao Hospital Universitário. Sobre isso, a Ligia, que também é RD, irá falar um pouco mais. Além disso, temos como uma das nossas principais propostas o diálogo constante com os estudantes e estamos propondo um Conselho de Entidades, que deverá contar com a participação de representantes discentes, tanto da USP quanto dos cursos, Centros Acadêmicos, Atléticas, Empresas Juniores e das Baterias. E é nesse sentido que quero encerrar minha fala, já demonstrando um pouco desse diálogo com as entidades, trazendo uma demanda aqui para o Conselho Universitário. As Baterias agora têm uma Resolução, que traz restrições de horários para os treinos, restringe os locais de treinamento e deixa aberta a questão de identificação dos participantes da bateria, que pode ser um pouco preocupante, por isso gostaria de pedir para a Reitoria a abertura de um espaço para discussão com a BAUSP, que é a Associação das Baterias da USP, como pode ser feito da melhor maneira, que os estudantes sejam ouvidos e que as baterias também possam exercer sua função importante aqui na USP. Gostaria de agradecer a atenção, afirmar o compromisso da nossa chapa no DCE e também como RDs que irão estar aqui no Conselho trazendo essas demandas, dizer que iremos continuar lutando por uma Universidade democrática, pública e quero contar muito com o apoio de todos vocês." **M. Reitor**: "Cons.ª Paula, seja muito bem vinda. Falo por pouco tempo na Reitoria, mas tenho certeza que as questões que você aponta serão muito bem recebidas sempre por qualquer gestor da Universidade. Quero fazer referência a duas questões. A questão das Baterias, de fato, tem que ser algo obviamente negociado e não vejo nenhuma dificuldade que isso seja revisto, reanalisado com vocês, mas precisa de todos um pouco de bom senso e tolerância. Então não vejo dificuldades de fazerem acordos, mas até para a proteção, se houver locais definidos, iluminados, é melhor. Isso é um tópico válido, agora, a participação dos estudantes no delineamento de todas as questões relativas à assistência estudantil em um futuro próximo, não só acho que é bem vindo, mas penso ser essencial. Sem uma clara participação dos

estudantes, inclusive com a sua força para fazer pressão em determinados momentos, acho que teremos dificuldades na Universidade. Como já apontei hoje cedo na reunião de Dirigentes, esta é uma alínea que só tende a crescer e se queremos fazer de fato uma inclusão eficiente, teremos que buscar recursos que certamente terão que vir de fora da Universidade para cobrir isso. Não é aparentemente mal recebida por diferentes níveis de governo a demanda de que isto é uma responsabilidade social muito mais dos governos do que da própria Universidade. De qualquer maneira, não tenho nenhum plano concreto. Os Reitores, temos conversado isso com frequência e a participação dos estudantes será vital, muito obrigado." **Cons.ª Ligia Toneto**: "Bom, como a Paula colocou eu também sou da 'A nossa voz', que será a futura gestão do Diretório Central dos Estudantes e quero nos colocar totalmente à disposição ao diálogo; é muito importante que tenhamos esse espaço. Uma pauta que quero trazer é sobre o Hospital Universitário. Isso já foi comentado em mais de uma fala que me antecedeu, imagino também que minha fala não seja a última sobre esse assunto. É de extrema gravidade que hoje tenha sido fechado do Pronto Socorro Infantil e acho que é importante que nesse espaço do Conselho Universitário que ocorre no mesmo dia em que se vai debater o orçamento, entendamos a seriedade dessa pauta. O Hospital Universitário, além da importância muito grande no atendimento da população, tem uma importância muito grande para o ensino e, para isso, é muito importante que os estudantes estejam envolvidos nessa discussão. Como a Cons.ª Paula colocou, a nossa vontade de participar dos espaços que são de interesse estudantil, sobre a permanência, acho muito importante que tenha essa abertura e que consigamos construir juntos um projeto, um Fundo de Permanência que dê conta do tamanho do desafio que será a permanência no próximo período, que consigamos debater isso também nas pautas que são de relevância do ensino, a importância do Hospital Universitário para a Enfermagem já foi amplamente discutida, mas para a Medicina, os estudantes não entravam em greve desde a ditadura e estão em greve agora por conta disso, não é porque seja pouco importante, porque 25% da graduação dos estudantes de Medicina são cumpridos no HU. Além de ser um hospital escola, o ensino de qualidade depende

de um quadro médico de qualidade e que tenha um funcionamento estável, então, não desacredito que será cumprido temporariamente ou em um momento de emergência o Pronto Socorro de Pediatria, que a gente consiga resolver esse problema agora, mas que tenhamos em vista que são necessárias medidas estáveis para que não aconteça que futuros médicos sejam formados sem conseguir completar a sua graduação em todas as áreas que são necessárias e que são de interesse. No mínimo, que fiquemos atentos para que essas áreas não fiquem descobertas e tenhamos prejuízo no atendimento de todas as crianças, que ficarão descobertas e, também, dos nossos futuros médicos em uma Universidade de excelência acadêmica - que é o que nós esperamos da USP. Hoje estamos debatendo orçamento e é importante que entendamos que a USP hoje passa por uma crise financeira muito grave e não é de pouca relevância isso, mas que também seja possível fazer, dentro do debate orçamentário, com que os cortes não sejam transversais, porque há áreas que existe maior e menor demanda. Acho que a questão que é colocada mais de uma vez pela Reitoria nesse debate é que existe uma má locação dos servidores, então, que haja também mais transparência de como é essa locação, para que consigamos fazer um debate mais sério, para que consigamos entender melhor qual é a problemática disso, para que não tenhamos cortes transversais e acabem prejudicando muito mais algumas áreas do que outras, como é o caso claro e nítido do Hospital Universitário, hoje que teve uma área fechada. Acho que a discussão de transparência vai para além disso. Também, na discussão das rubricas do orçamento, que consigamos fazer um debate melhor, é muito complicado que no mesmo dia que tivemos o fechamento do PS da Pediatria, tenhamos também o congelamento da contratação de servidores técnicos e administrativos, que são a maior parte do corpo médico do HU, que também são os responsáveis por ministrar as aulas e cuidar do ensino no nosso hospital escola." **Cons. Diogo da Silva Dias**: "Sou representante discente também, sou da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e gostaria de tratar um pouco do que tivemos da gestão Zago e também de pontos importantes que a Universidade avançou este ano. Digo isso, falando a vitória histórica que tivemos

este ano, que foi a conquista das cotas étnicos raciais, onde a Universidade de São Paulo deu um passo enorme em relação a isso. Isso não seria possível sem que tivéssemos um diálogo constante com os movimentos sociais da USP; essa vitória é fruto do Núcleo de Consciência Negra, que é uma entidade que está há mais de trinta anos na USP e vem tentando, há muito tempo, fazer esse debate dentro dos espaços institucionais e, também, junto ao movimento estudantil e movimento dos trabalhadores. Acho que sem isso, essa vitória não teria sido possível. A partir disso, temos que travar grandes debates em relação ao futuro da Universidade. E um debate central para o ano que vem será a questão da permanência desses estudantes. Digo isso porque é um momento de estarmos pensando sobre o assunto, porque iremos passar por uma situação que teremos que saber como iremos acolher esses estudantes em relação a questões materiais. Por isso, temos que fazer uma reflexão e saber com está a situação do CRUSP, que é o local de moradia estudantil, o que sabemos é que hoje faltam moradias e reformas, então, existe um estado que é um pouco de calamidade, por isso temos que refletir e saber como iremos lidar o ano que vem com essa situação. Em relação a isso - e também tem a ver com a permanência desses estudantes – a criação das bolsas é um debate que termos que pensar e a questão financeira também. Mas, para além disso, uma questão que é recente e a Universidade não tem tocado nesse tema, é em relação a saúde mental dos estudantes. Muitos conselheiros e conselheiras aqui sabem o que tem acontecido nos últimos meses dentro da USP, há diversas tentativas de suicídio que ocorreram, especialmente dos estudantes da área de Ciências da Natureza, da área de Biológicas, da Medicina, e a Universidade não tem dado uma resposta quanto a isso, tanto é que nos últimos meses saiu uma reportagem no Jornal Folha de São Paulo a respeito dessa situação. Acho que no ano que vem temos que dar algum tipo de resposta a esse respeito, a Universidade tem que ter alguma política institucional, não só para os discentes, mas também para os docentes, porque é uma questão que pega muito nessa categoria, de fato é um estado que é brutal e nos preocupa muito enquanto estudante e em uma situação que iremos contar com estudantes negros e pobres dentro da Universidade, é de

extrema importância que a USP dê uma resposta em relação a isso. Para finalizar, gostaria de apontar que é necessário que debatamos muito a qualidade do ensino que queremos e ano que vem acho também que isso irá ser muito central. Estou falando isso porque tem a ver com o Hospital Universitário. O Hospital Universitário, como já foi dito, vive hoje uma situação desastrosa, e com o fechamento da pediatria, com a falta de contratação de docentes, não conseguimos garantir uma Universidade que seja de excelência. É muito importante que a Reitoria consiga se posicionar diante disso, dê respostas de fato que sejam efetivas, porque hoje não conseguimos encontrar isso e em um horizonte que no ano que vem teremos novos desafios é mais importante ainda." **Cons.ª Simone Rocha de Vasconcellos Hage**: "O Prof. Vahan saiu da sala e iria aproveitar para cumprimentá-lo, mas faço isso na pessoa do Prof. Hernandes, quero parabenizá-los pelo pleito. Acho que o processo eleitoral, como bem disse o Cons. José Renato, foi muito positivo, os debates deram oportunidade à comunidade uspiana de poder conversar mais de perto com os candidatos. Do meu lado, particularmente, tive a oportunidade, em Bauru, de receber tanto o Prof. Vahan com o Prof. Hernandes, como a Prof.ª Maria Arminda, e esse contato presencial é sempre muito positivo, algumas coisas não substituem o presencial e faço votos que façam um bom mandato. Venho acompanhando a gestão do Prof. Zago desde o início, são dois mandatos que estou aqui e, tanto eu como o Prof. José Renato, como o Prof. Baffa, sempre com o espírito de colaboração, de poder fazer o melhor. Lembro-me que a primeira vez que estive aqui falei da responsabilidade que tínhamos, a sociedade esperava isso de nós em termos de resolução da crise, somos considerados pela sociedade um grupo privilegiado do ponto de vista cognitivo e a sociedade espera que sejamos capazes de resolver. Os quatro anos que vem adiante merecem seriedade, merecem acolhimento e cuidado e é um percurso que temos que ainda seguir. Faço o possível para não usar o púlpito de forma repetitiva, mas às vezes é necessário uma repetição, talvez para mostrar que o assunto merece uma resposta ou merece um encaminhamento, porque várias pessoas vieram falar o mesmo assunto. E é sobre o HU. Existe uma preocupação dos professores associados, o movimento na lista

foi nessa direção de preocupação em relação ao atendimento do serviço do HU, em permanecer somente em relação às emergências. Várias pessoas já vieram aqui, tanto graduação como professores, falando da importância do Hospital na formação de profissionais da área da Saúde - Medicina e Enfermagem -, então talvez seja mesmo um lugar onde possamos, apesar de não fazer parte da pauta, termos uma resposta, uma conversa sobre esse assunto, já que tantas pessoas estão fazendo esta consideração." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "Venho aqui declarar, em nome da categoria dos trabalhadores da Universidade de São Paulo, nosso total apoio à greve dos estudantes dos cursos de Medicina e Enfermagem em defesa do Hospital Universitário, e retomar algumas coisas que nós viemos já colocando aqui há bastante tempo. Esses dados são de 2016, porque foi o que foi possível encontrar, são comparações de 2016 com o início da atual gestão do Reitor Zago. No Hospital Universitário, nesse período, foram fechados 25% dos leitos hospitalares e 40% dos leitos de UTI. Esses leitos, para quem entra no Hospital, são salões equipados com macas e todos equipamentos estão com as luzes apagadas e vazios por um único motivo, que é falta de funcionários para poder fazer o atendimento e o acompanhamento dos estudantes. Nesse mesmo período, o número de internações caiu 21%, o número de cirurgias caiu 25% e para uma Reitoria que gosta de fazer demagogia em relação aos direitos das mulheres, é importante saber que os atendimentos emergenciais de ginecologia caíram 40%, não porque a demanda da população a qualquer um desses serviços tenha caído, mas porque a população amarga na fila. Gostaria, inclusive, de enfatizar que além do aspecto fundamental, mas já bastante enfatizado pelas falas de estudantes e professores da importância do HU para o ensino e para a pesquisa, o HU é fundamental para outro aspecto das finalidades estatutárias dessa Universidade, que é a extensão universitária. Trouxe aqui um adesivo do movimento Coletivo Butantã na Luta, que está fazendo uma enorme campanha em defesa do Hospital Universitário e gostaria de deixá-lo aqui no púlpito. Terminarei lendo uma carta desse coletivo, mas a questão que quero dizer com as minhas palavras é que são milhares, são centenas de milhares de pessoas que dependem quase que exclusivamente do Hospital Universitário há décadas, que

conquistaram, inclusive, a construção e a instalação do Hospital Universitário e que estão amargando com essas reduções de atendimento, com o fim da realização de dezenas de exames, com o fechamento de várias especialidades ambulatoriais, com o fechamento, no ano passado, primeiro do Pronto Socorro Infantil noturno e, depois, do Pronto Socorro Adulto noturno e agora – hoje - o fechamento do Pronto Socorro Infantil em geral. O que está acontecendo é o estrangulamento e o sufocamento do Hospital Universitário, já há anos levando a uma situação cada vez mais insustentável, para que a Reitoria possa apresentar como solução do problema o que, desde 2014, é a sua vontade manifesta e que não conseguiu aprovar, nem no Conselho Universitário, em 2014, porque a greve de estudantes e de trabalhadores naquele momento impôs à Reitoria retirar de pauta a desvinculação do Hospital Universitário, que agora a Reitoria tenta implementar pouco a pouco começando justamente pela contratação indireta e por convênios com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde e por essa via com organizações privadas de contratação e gerenciamento de recursos humanos para o Hospital, o que já acontece com quase todos os equipamentos de saúde da região oeste e de toda a cidade de São Paulo. Tudo isso atingindo o Hospital e as finalidades estatutárias da Universidade. Por quê? Porque essa Reitoria não os reconhece e, por escrito, o Reitor já chamou o Hospital Universitário de penduricalho. É isso que essa Reitoria pensa a respeito do Hospital Universitário e é por isso que tudo isso está em curso. Vou retomar esse assunto junto com impacto semelhante que o congelamento de contratação está tendo em vários serviços, Órgãos e Unidades de toda a Universidade quando entrarmos no ponto de pauta sobre as Diretrizes Orçamentárias, mas agora, para encerrar a minha fala, gostaria de ler uma breve carta desse coletivo de moradores da região, apoiado também pela Rede Butantã: 'No momento em que o Conselho Universitário se reuni, o Movimento de Moradores Butantã na Luta vê com muita preocupação o anúncio de que a USP não vai contratar profissionais em 2018. Temos grande receio de que conquistas históricas, como o Hospital Universitário e a Escola de Aplicação, sejam irremediavelmente comprometidas, são inovações sociais do ponto de vista da pesquisa, mas daquelas que efetivamente alcançam a

população e marcam de maneira muito positiva a formação de profissionais. Neste momento, nossa intensa luta para estancar a deterioração do Hospital Universitário já encontrou aprovação de mais de trinta mil moradores da região, que assinaram um abaixo assinado físico e que têm consciência de que é possível, sim, recuperarmos o Hospital Universitário e o nível de qualidade dos serviços de saúde e de ensino de profissionais que tínhamos há mais de quatro anos atrás, e até de melhorá-los. Sabemos que é economicamente possível, juridicamente viável e, principalmente, socialmente necessário prever recursos da USP para contratação e completa recapacitação do nosso Hospital Universitário. E é por isso que o Coletivo de Moradores do Butantã na Luta solicita aos membros desse Conselho Universitário que atuem com muita sensibilidade, aprovando contratações de médicos e outros profissionais de saúde e recuperando, assim, não apenas a contrapartida social que o Hospital Universitário sempre representou ao atender a população e formar profissionais, mas, sobretudo, a respeitabilidade nacional que o Hospital Universitário da USP alcançou nesses trinta e seis anos. Contamos com a sensibilidade dos senhores. Assinado. Coletivo de Moradores do Butantã na Luta.'" **Cons. José Eduardo Krieger**: "Sou egresso da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto e desde 1990 sou professor da Universidade de São Paulo, atuando junto à Faculdade de Medicina do *campus* de São Paulo. As preocupações levantadas por vários com relação ao HU evidentemente são preocupações lícitas e fazem parte do dia a dia de todos aqueles que atuam junto à Faculdade de Medicina. Agora, no sentido de contribuir com um pouco mais de elementos para essa discussão, para que possamos convergir nas ações, seria importante salientar alguns números. Vou dar um exemplo. O Instituto do Coração, que penso ser bem conhecido de todos vocês, é um dos institutos do Hospital das Clínicas, tem cerca de 3 mil servidores, 500 médicos, desses 500 médicos, 26 fazem parte do Departamento - 26 de 500. E é uma das principais unidades de ensino, extensão e pesquisa da Universidade de São Paulo. A argumentação que os colegas colocaram, acho que é importante levar em consideração esse aspecto. O Departamento de Cardiopneumologia representa, no âmbito do conjunto dos profissionais do INCOR uma relação de 25 para 500. A Universidade

tem tido uma grande preocupação nesse sentido, tanto é que em nossas instituições afiliadas já temos padronizado um convênio de professores colaboradores, porque evidentemente no Hospital das Clínicas e no Instituto do Coração - em decorrência - eles atuam conjuntamente conosco. Eles têm número USP, eles têm acesso, porque eles fazem a grandeza da nossa Universidade. Esse é o ponto número um. O ponto número dois, que acho que todos vocês reconhecem, é que o INCOR é tido como um hospital terciário e quaternário, ou seja, não há lugar mais especializado e mais caro do que o INCOR. Para dar um exemplo, um terço dos 500 leitos do INCOR são ditos de alta complexidade. Um Hospital como o Einstein, ou como o Sírio Libanês, que todos entendem como sendo o topo, não possuem mais do que 15% de leitos de alta complexidade. O que significa que não existe hospital mais caro do que o INCOR. O custo do INCOR é de R$ 500 milhões por ano. Desse valor, R$ 250 milhões são pagos pelo Tesouro do Estado e os outros 50%, metade é do SUS - um convênio com o Sistema de Saúde - e a outra metade é de reembolso de convênios. Essa é a forma que o INCOR vem desenvolvendo, e continua sendo um Hospital reconhecido como um dos mais desenvolvidos que temos no país. Para os docentes da Faculdade de Medicina, especialmente para três pessoas que estão aqui, quando no início da gestão começaram a aparecer os números, foi um choque para nós. Evidentemente que talvez alguém na Universidade já tivesse visto esse número, mas não durante uma crise. Então, havia o representante da Congregação da Faculdade de Medicina, o Diretor e, coincidentemente, o Pró-reitor de Pesquisa, que é docente de lá. E ouvimos que o custo do HU, que é um hospital secundário, ou seja, ele não tem a complexidade que o INCOR tem - o INCOR, além disso, é mais complexo do que um complexo - tem cerca de 200 leitos e custa a bagatela de R$ 320 milhões por ano. O INCOR custa R$ 500 milhões. Mais surpreendente foi quando entendemos qual era a pizza, ou seja, qual era a composição dos recursos do HU. E digo isso para os docentes da Faculdade de Medicina, porque basicamente somos nós que indicamos, mandato após mandato - exceto nessa ocasião de crise - os Superintendentes. Portanto, isso não poderia ser novidade para nós - docentes da Faculdade de Medicina.

94% da conta é paga pela USP e 6% pelo Sistema de Saúde. O INCOR, que é exemplo para o mundo inteiro, é tido como o Hospital da Faculdade de Medicina - é lá que são feitas as pesquisas, etc -, a pizza são R$ 500 milhões, 500 leitos, um terço de alta complexidade, metade vem do Tesouro, a outra metade é dividida entre SUS e convênio. Então, acho importante, quando estivermos discutindo o futuro em que não está em jogo a missão do HU, porque evidentemente nós todos temos o mesmo objetivo. Nosso problema é como convergir para uma proposta viável. Gostaria que para efeito de dados, trabalhássemos um pouco esses números, para saber do que estamos falando. Muito mais do que achar que um quer desmontar o sistema, o outro quer construir o sistema, e assim por diante. O problema é encontrar uma solução que seja viável. Temos know-how no Hospital das Clínicas desde que a Fundação Rockfeller aportou recursos na Faculdade de Medicina, foi uma exigência que o instrumento fosse do Estado e a governança fosse da Universidade de São Paulo, consequente, da Faculdade de Medicina. Isso vem sendo feito até hoje, religiosamente." **M. Reitor**: "Em resumo, quem é que paga a conta? Não discutimos a missão, não discutimos nada, é quem é que paga a conta? E por que essa conta tem que ser pendurada no orçamento da USP? Essa é a pergunta - exclusivamente isso - quando existem alternativas. Não precisamos pagar a conta." **Cons. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho**: "Tentarei respeitar o tempo e a inteligência de todos, não sendo repetitivo, procurando abordar alguns pontos específicos. A Faculdade de Medicina, o Hospital das Clínicas, em conjunto com o HU e com a própria Reitoria realizamos mais de 20 ou 30 reuniões especificamente para tentar discutir o assunto em particular. A Faculdade de Medicina foi criada - como o Professor Krieger falou - a partir de uma doação da Fundação Rockfeller, com o compromisso de que o Governo Estadual fizesse um Hospital em cima. O Hospital das Clínicas é a maior plataforma de ensino que existe na América Latina. Não existe uma plataforma de ensino maior do que ela e, diria também, melhor do que ela. O INCOR é um desses nossos institutos. São sete institutos que trabalham onde são realizados o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão de toda Faculdade de Medicina/Hospital das Clínicas. Temos cerca de 370 docentes e temos mais de 4

mil médicos contratados no sistema, que fazem atividades de docentes. A diferença é que o salário de um é salário USP, o outro é um salário que vem da Secretaria da Saúde, ou de Fundação, ou comissionado. São pessoas que têm atividades comprometidas com o ensino, a pesquisa e a assistência. Então, existe um modelo que tem funcionado, tem dado certo. Então, qual é preocupação especificamente com o HU? O Hospital das Clínicas é muito voltado para atividades terciária e quaternária. Não é uma boa plataforma de ensino para as atividades secundárias. Então, o HU tem sua importância nessa área da formação secundária. Nesse período, temos procurado, junto aos departamentos envolvidos - clínica médica, pediatria, cirurgia - tentar achar alternativas para o ensino secundário, nesse momento de crise. As alternativas que apareceram foram relacionadas a novas modalidades de financiamento, como aquelas oriundas de Secretaria Estadual de Saúde, outra oriunda de Secretaria Municipal de Saúde, mas infelizmente o debate tem se radicalizado muito e não se consegue discutir de forma isenta, olhando de fora, essa possibilidade de se construir um novo modelo. Então, o HU é importante, mas ele tem uma importância específica no ensino, temos procurado outras alternativas, mas o modelo que funciona em Ribeirão Preto funciona em outras universidades, o hospital das clínicas de cada um desses locais são pagos pela Secretaria Estadual de Saúde. A diferença é simplesmente o crachá. E alguns desses profissionais, na verdade, são professores colaboradores da USP, por convênio que existe entre Hospital das Clínicas e Universidade de São Paulo. Portanto, existe possibilidade de trabalho e falta a boa vontade por parte de todos os interlocutores dessa discussão; esperamos que consigamos montar um novo fórum para poder realmente trazer soluções práticas e também pragmáticas. Temos que enxergar o momento que estamos vivendo no Estado, no País, e não vir com soluções utópicas, pois infelizmente não são viáveis. Então, a Faculdade de Medicina é favorável ao HU, aceitamos até o modelo que ele poderia vir a ser um novo instituto do complexo do Hospital das Clínicas, se essa fosse uma solução viável para que ele se mantivesse. Portanto, estamos dispostos a colaborar no que for possível para manutenção do Hospital Universitário." **Cons. Maria Aparecida de Andrade**

Moreira Machado: "Venho falar um pouco como gestora de hospital, que é o HRAC, o qual foi motivo de muitas manifestações no passado. Felizmente não eu, mas juntamente com todos os trabalhadores de lá, conseguimos mudar alguns pontos críticos do HRAC. Hoje, nos orgulhamos em dizer que a fila de espera de pacientes primários fissurados para cirurgia está zerada. Isso, graças a ações que tomamos junto com todos os trabalhadores do HRAC, e tivemos êxito. Concordo com os Professores Krieger e Tarcísio, acho que a discussão está só começando, existem alternativas que já estão sendo implementadas dentro da própria Universidade, mas nós, como dirigentes, sabemos que precisamos prioritariamente contratar docentes. Esses próprios docentes das áreas de saúde poderão ser os preceptores, juntamente com os trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria do Estado da Saúde, e assim estamos construindo, inclusive, a base para o nosso curso de Medicina em Bauru. Também, quero falar como membro da Comissão de Orçamento e Patrimônio, logo o Professor Dante virá tecer alguns detalhes, mas todos fizemos um grande sacrifício. Estamos há mais de cinco ou seis anos sem aumento nos nossos salários, porque acreditamos na nossa Universidade, acreditamos naquilo que estamos fazendo, olhamos uma perspectiva, porque do contrário, não estaríamos mais aqui. Passamos quatro anos muito difíceis e, a despeito de medias muito complexas que tomamos neste Conselho, infelizmente, a economia mudou e não pudemos prever isso, fazendo com que o resultado não fosse o que esperávamos, mas acho que em 2014 ninguém imaginava que no final de 2017 terminaríamos no azul. Talvez nenhum de nós. Penso que o momento requer cautela, nos últimos dois meses discutimos amplamente essa questão na COP, com os dados que vieram da própria Fazenda do Estado, a economia tem dado sinais de recuperação. Sou otimista por natureza, acho que no próximo ano teremos muitos desafios - inclusive parabenizo os novos eleitos, Professores Vahan e Hernandes, mas peço a esse Conselho um voto de confiança. Se contratarmos, nesse momento, um número de servidores, talvez não tenhamos condições de contratar os docentes que tanto estamos reclamando, como fizeram vários dos que me antecederam. Ano que vem devemos fazer uma reanálise e, na medida do

possível, dentro do planejamento da própria economia, vamos reestruturando e mantendo nossas atividades-fim, sempre com foco, principalmente, nos nossos alunos de graduação e pós-graduação, que são aqueles que vão levar o futuro e nome da nossa Universidade para além dos anos, além dos horizontes. Portanto, claro que o orçamento tem que ser pautado em alguns itens, de maneira bastante responsável e alinhado com o que fizemos nesses quatro anos. É assim que a proposta foi defendida e será apresentada pelo professor Dante, da COP. Penso que não é o fim, mas sim um caminho. Novos gestores estão entrando na Universidade, vamos dar oportunidade para que possamos discutir com cautela e responsabilidade, como foi feito até aqui." Ato seguinte, o M. Reitor passa à Ordem do Dia. **Item 1 - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018 PROCESSO 2017.1.20377.1.9** - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO Proposta das Diretrizes Orçamentárias da USP para 2018, aprovada pela COP em 14.11.2017. **M. Reitor**: "Volto a lembrar. Não estamos discutindo orçamento, não vamos fixar valores, não vamos estabelecer tabelas de gastos e coisas dessa ordem. O que estamos fazendo é discutindo e aprovando diretrizes, que servirão à Comissão de Orçamento e Patrimônio para elaborar a proposta orçamentária, que será trazida ao Co na próxima reunião. E ao mesmo tempo, diretrizes, que de certa forma orientem os gastos e a gestão no próximo ano. Claro que são diretrizes que eventualmente, dependendo da evolução e do desempenho, poderão ser alterados. Por exemplo, há entre elas uma diretriz que diz que a Universidade contratará docentes. Isso é uma coisa importante de dizer: 'vamos contratar' ou 'não vamos contratar'. Então, se passamos três anos com a necessidade de não podermos fazer contratações, no último ano houve a possibilidade de fazer 150 contratações. O Reitor queria fazer 250, a Comissão de Orçamento e Patrimônio disse 'não, só 150'. Portanto, agora novamente virá essa discussão. A Universidade pretende contratar docentes no próximo ano? Sim ou não? Se pretende, qual a dimensão disso? Claro que depois, em maio ou em junho, veremos o desempenho, o que estará acontecendo. Essencialmente se trata disso e não de já aprovarmos as tabelas com os valores exatos e assim por diante. Para dar início ao processo de discussão, convido o Professor Dante, que é Vice-

Presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio, uma vez que o Professor Adalberto Américo Fischmann não pode comparecer à reunião." **Cons. Dante Pinheiro Martinelli: (apresentação)** "Cabe a mim fazer a apresentação das Diretrizes Orçamentárias na ausência do Professor Adalberto, Presidente da COP, conforme já mencionado, por motivo de viagem ao exterior. Gostaria de relembrar, embora nosso Reitor tenha acabado de dizer, que estamos aqui para discutir as Diretrizes Orçamentárias preparadas pela Assessoria de Planejamento Orçamentário, com o apoio da CODAGE e submetida à discussão e aprovação pela COP. Não estamos discutindo o orçamento, pois será discutido na próxima reunião. A proposta orçamentária, que será feita também pela Assessoria de Planejamento Orçamentário, com o apoio da CODAGE, será submetida à COP e depois virá ao Conselho Universitário. Portanto, a nossa discussão de hoje é sobre as Diretrizes que nortearão a proposta orçamentária, que virá na próxima reunião do Conselho Universitário. Sempre é bom reforçar isso, porque algumas pessoas confundem e acham que vamos entrar na discussão dos números do orçamento, mas isso só será feito na próxima reunião. Começo trazendo alguns dados gerais para nos situarmos e para podermos, na sequência, discutir as Diretrizes Orçamentárias. Em primeiro lugar, com relação à arrecadação do ICMS que tivemos no período de 2014 a 2018. Temos no primeiro quadro, em azul, os valores nominais ao longo desses três anos já concluídos - estamos finalizando 2017 - e a proposta de 2018. O que podemos observar é um crescimento nominal razoável de 2014 para 2015, de 2015 para 2016 houve uma estagnação e um pequeno crescimento em 2017, com a revisão orçamentária, e um novo crescimento ainda pequeno, mas já um pouco maior para o ano de 2018 na previsão orçamentária. No lado direito, em vermelho, temos esses valores em termos reais, deflacionados para setembro de 2017. Podemos ver aqui, quando deflacionamos, uma queda de 2014 para 2015, uma queda significativa para 2016, um pequeno crescimento para 2017 e um novo crescimento, um pouco maior, para 2018. É importante mencionar que tivemos, em 2017, um contingenciamento do orçamento feito pelo Estado logo no início do ano, todos se lembram disso, em que foram contingenciados R$ 117 milhões, ou seja, o Governo do Estado

contingenciou do orçamento da Universidade esse valor. Não contingenciamos na Universidade o orçamento das Unidades, mas tivemos um contingenciamento feito pelo Governo do Estado, o que não se espera que aconteça em 2018. Não há expectativa de contingenciamento, dado tudo que está sendo colocado pelo Governo do Estado, a previsão é de que o orçamento previsto para 2018 será efetivamente repassado para as Universidades. Temos, portanto, uma expectativa de começarmos com um orçamento ligeiramente superior em termos reais, e sem um contingenciamento que nos obrigou, na revisão do orçamento, a segurar o orçamento da Universidade como um todo, sem contingenciar as Unidades envolvidas. É importante mencionar os parâmetros econômicos que foram usados para fixarmos as diretrizes. Esses parâmetros vêm do Governo do Estado. Temos aqui a arrecadação considerada pelo Governo do Estado até 2017 e as previsões de encerramento do exercício. Foi utilizada a inflação prevista para 2018, pelos parâmetros do Governo, de 4,2%; e o crescimento do PIB do Estado de São Paulo, de aproximadamente 2%. É importante mencionar que o Estado de São Paulo normalmente tem tido, em relação ao país, quando entramos em períodos de crise, quedas maiores do que foi apresentado pelo país como um todo; em momentos de crescimento, apresentou também crescimentos um pouco maiores, ou seja, somos mais sensíveis aos movimentos de recuperação e de crise. Portanto, agora, no momento em que estamos começando a ter alguma tendência de crescimento, é esperado que no Estado de São Paulo, o resultado seja um pouco melhor do que no país como um todo. Os parâmetros da Lei Orçamentária Anual para 2018 que vem do Governo e que foram utilizados: uma taxa de câmbio em 31 de dezembro de 3,45%; um IPCA de 4,20%, conforme já mencionado; e uma taxa Selic de 8% no final do ano; além de uma taxa de variação do PIB estadual de 2%, conforme já colocado. Esses números já têm alguma tendência de melhora em relação ao que foi estabelecido pelo Governo. Pelas projeções que temos da Focus, existe a tendência de uma pequena melhora, o que poderá ser bastante útil e bastante animador para nossa realidade no ano de 2018. Seguindo, temos a Tabela 1 do orçamento das receitas, comparando-se 2017 com 2018. Temos a proposta orçamentária inicial de 2017, com R$ 4,950 bilhões de receitas

vinculadas, isso vem basicamente do Tesouro do Estado (R$ 4,806 bilhões); Receita Própria não Vinculada da Universidade são R$ 144 milhões aproximadamente, chegando a um total de R$ 5,052 bilhões na proposta orçamentária de 2017. Fizemos a revisão, lembrando que tivemos o contingenciamento logo no início do exercício, e nessa revisão tivemos que reduzir os valores de receita, porque o repasse do Tesouro do Estado caiu, a própria Receita não Vinculada da Universidade também teve uma certa queda. Tivemos, então, um orçamento de receitas de R$ 5,003 bilhões para 2017 na segunda revisão. Na proposta orçamentária para 2018, temos um pequeno crescimento, como já mencionado, que é uma proposta de receitas não vinculadas, de aproximadamente R$ 5,069 bilhões, sendo R$ 4,999 bilhões do Tesouro e da Receita Própria não Vinculada; todos podem observar que há uma redução significativa em relação ao ano anterior, porque essa receita é proveniente das nossas aplicações financeiras. Como nosso saldo bancário vem caindo sistematicamente, a receita não vinculada também acaba caindo, e cai aproximadamente para metade do que era no exercício atual de 2017. Com isso, chegamos a uma proposta orçamentária de, aproximadamente, R$ 5,178 bilhões de receitas. Isso representa uma variação nas receitas não vinculadas de 3,98% e uma redução final do total das nossas receitas de 3,49%. Portanto, um pouco alinhado com a inflação prevista para o período. Temos um crescimento razoável, mas não é uma perspectiva de grandes crescimentos na nossa arrecadação. Vamos dar uma olhada agora em como estão nossas despesas. Na proposta orçamentária inicial, tínhamos despesas com recursos do Tesouro e recursos próprios não vinculados em R$ 5,556 bilhões; de Pessoal, aproximadamente R$ 4,640 bilhões; precatórios e indenizações, R$ 219 milhões; custeios e investimentos, aproximadamente R$ 699 milhões; e o total geral de despesas para 2017, na proposta inicial, de R$ 5,663 bilhões. Na segunda revisão, tivemos que apertar também em função da queda nas receitas previstas, tivemos pessoal sendo mantido - de aproximadamente R$ 4,640 bilhões para R$ 4,645 bilhões, ou seja, não cortamos em pessoal; precatórios e indenizações teve um pequeno crescimento - o valor principal que está aí é referente ao PIDV; custeios e

investimentos tivemos uma pequena redução, isso nos levou a um valor total final de R$ 5,671 bilhões com custeis e investimentos um pouco ampliados em relação à proposta orçamentária inicial. Para 2018, o que se pode prever é R$ 5,356 bilhões de despesas do recurso do tesouro e não vinculadas; pessoal praticamente se manteve com o mesmo valor da proposta orçamentária de 2017; precatórios e indenizações cai muito, pois não temos PIDV - o grosso do que houve de pagamentos em 2017 são de PIDV. Custeio e investimento, estamos conseguindo manter praticamente o nível da proposta orçamentária inicial de 2017 e 5,44% acima da segunda revisão, ou seja, quando tivermos que fazer o corte - tivemos que reduzir no ano passado custeio e investimentos, e nesse ano estamos conseguindo voltar para o nível anterior, o que é fundamental para que o que será feito, que é não cortar as receitas orçamentárias das Unidades, mantê-las constantes, e ainda termos um certo fôlego para podermos custear os contratos terceirizados, que têm seus reajustes. Portanto, teremos de ter alguma folga para isso e esses 5,44% de crescimento podem nos garantir isso. Então, chegaremos a uma proposta orçamentária final em torno de R$ 5,465 bilhões. Vamos ver como fica o nosso balanço depois disso. Conforme apresentado nos quadros anteriores, temos uma receita não vinculada de R$ 5,069 bilhões, sendo R$ 4,999 bilhões de recursos do tesouro e quase R$ 70 milhões de receita própria, que se reduz a mais ou menos metade. Teremos como despesas R$ 5,356 bilhões - portanto, acima das nossas receitas -; pessoal R$ 5,639 bilhões; precatórios que caem bastante; custeio e investimentos mantidos em relação à proposta do ano anterior; e chegamos a receitas e despesas não vinculadas de R$ 109 milhões. Com isso, fechamos com um déficit orçamentário de aproximadamente R$ 288 milhões, que é aproximadamente metade do déficit que tivemos para o ano de 2017 e cerca de um quarto do déficit que tivemos em 2016, que foi acima de R$ 1 bilhão. Portanto, conseguimos reduzir nosso déficit pela metade de 2016 para 2017, e de 2017 para 2018 conseguimos o mesmo feito. Vou aproveitar esse momento para responder à questão levantada pelo Professor João Cyro. Temos previsão de chegar ao final de 2017 com R$ 96 milhões de reserva e temos um déficit de R$ 288 milhões. Como conseguiremos chegar ao

final de 2018 ainda com saldo? O que vai acontecer para chegar com um saldo bancário previsto final, em 2018, de R$ 24 milhões - que está nas Diretrizes Orçamentárias? Primeiro, com as nossas ainda pequenas mas existentes aplicações, que vão nos gerar cerca de R$ 70 milhões de receita - isso pagará parte desse déficit. Outro ponto que afeta muito são os restos a pagar. Vamos fechar os restos a pagar de 2017 com algumas pendências que ficarão para 2018. Em 2018 isso vai acontecer novamente, vamos fechar com o resto a pagar e uma parte ficará para 2019. Então, esse é o segundo ponto que nos ajuda a conseguir nos mantermos. Além disso, teremos nossas reservas diminuídas, vamos fechar 2017, pela previsão, com R$ 96 milhões e vamos chegar a 2018 com R$ 24 milhões. Portanto, o que temos é esse conjunto de fatores que vão nos proporcionar chegar a 2018 ainda nos mantendo com um saldo bancário muito pequeno, mas ainda positivo. A diferença é que temos que olhar o saldo bancário e não as reservas. As reservas têm que ser mantidas para que possam ser comprometidas com os gastos necessários do ano seguinte, mas temos o saldo bancário, que é sempre superior às reservas, porque tem alguns valores que estão reservados, mas ainda não saíram no nosso fluxo de caixa. Com isso, Professor João Cyro - não sei se respondo à sua questão - conseguiremos chegar ao final de 2018, pelas previsões atuais, com uma reserva mínima e praticamente empatando. É importante destacar que, conforme já foi visto pelos demonstrativos apresentados pela CODAGE, que vamos conseguir, ao longo do ano de 2018, passarmos por uma fase em que teremos que manter nosso comprometimento com folha de pagamento no nível que foi atingido nos dois últimos meses, ou seja, entre 90% e 91%. O que nos dará a possibilidade de chegar, ao final de 2017, em torno de 97% a 98% de comprometimento com folha de pagamento no total do exercício, e chegando ao final de 2018 em torno de 92% de comprometimento orçamentário. Isso faz com que tenhamos uma pequena folga ainda para custeio e investimento ao longo do exercício de 2018. Mas mesmo assim, ainda teremos um pequeno déficit no exercício de 2018. Vejo a perspectiva de conseguirmos eliminar nosso déficit podendo ser alcançada apenas no ano de 2019. E aí ela será indispensável. Se não atingirmos esse equilíbrio em 2019, realmente não

conseguiremos chegar ao final do exercício de 2019. Mas o comprometimento com folha que atingimos nos dois últimos meses - de 90% a 91% no mês, não no total do exercício - é o que está nos proporcionando isso. Esperamos que com a previsão ainda pequena de crescimento na arrecadação, isso possa viabilizar o ano de 2018. Agora, entrarei nas diretrizes gerais, que é um resumo das diretrizes propostas pela Assessoria de Planejamento Orçamentário, com o apoio da CODAGE, e que foram submetidas à COP, discutidas exaustivamente e aprovadas pela Comissão para serem submetidas ao Conselho Universitário. Então, o primeiro item que foi proposto e aprovado pela COP foi de manter suspensas as reposições dos servidores técnicos e administrativos. Pelo nosso quadro atual, pela situação financeira já apresentada, é praticamente indispensável que mantenhamos suspensas essas contratações. Isso também é uma exigência do PIDV, o programa exige que mantenhamos suspensas as contratações ainda em 2018. O segundo ponto das diretrizes gerais é aquele ponto já mencionado pelo Reitor, da possibilidade de contratação dos 150 novos docentes, a depender da arrecadação do ICMS. Se tivermos a confirmação de um pequeno crescimento na arrecadação do ICMS, isso será possível para o ano de 2018. Lembrem-se que aqui não estamos falando dos 150 novos docentes de 2017, em que alguns foram contratados, outros estão em fase de contratação. A proposta é de contratação de 150 novos docentes em 2018, a depender da arrecadação. O terceiro item se refere aos recursos destinados a custeio e investimento das Unidades, Órgãos e Institutos, conforme já havia mencionado, não deverão ter cortes e deverão permanecer aproximadamente no mesmo nível de 2017. Portanto, as Unidades, Institutos e Órgãos se mantêm e temos uma pequena folga para pagar os reajustes de contrato terceirizados que terão de ser arcados em 2018. O quarto item refere-se às estimativas de despesas com serviço de limpeza e vigilância, assistência médica e odontológica, restaurantes e serviços de utilidade pública, baseados nos custos atuais com os reajustes, como mencionei anteriormente, aqueles 5,44% que temos de crescimento em outros custeios e investimentos poderão bancar esses reajustes, que serão necessários nesses contratos terceirizados. O quinto ponto proposto pela Assessoria de

Planejamento Orçamentário é a efetiva realização de receitas e execução de despesas, rigorosamente monitorada pela Assessoria e apresentada de forma detalhada nas revisões orçamentárias. Lembro que teremos, conforme previsto e realizado nos anos anteriores, a revisão orçamentária feita em junho, baseada nos dados de maio. Vamos fechar os dados de maio e em junho faremos a primeira revisão orçamentária. E no segundo semestre, em setembro, teremos a segunda revisão orçamentária. O sexto e último item das diretrizes gerais, a COP e a Assessoria de Planejamento Orçamentário deverão apresentar ao Conselho Universitário a proposta de modelo provisório de planejamento plurianual, em atendimento ao Capítulo VII da Resolução nº 7344, que diz respeito aos Parâmetros de Sustentabilidade, e isso será apresentado na reunião de dezembro, quando iremos discutir e votar o Orçamento - a proposta orçamentária da Universidade para 2018. Seguindo, essas são as diretrizes básicas, depois há um detalhamento das diretrizes específicas, e com essas diretrizes, temos uma ideia do quadro que chegaríamos ao longo do tempo. Temos a evolução das despesas com custeio e investimento desde 2009. Portanto, vemos um crescimento muito grande das despesas com custeio e investimento de 2009 a 2013, quando elas mais do que dobraram, indo de R$ 628 milhões para R$ 1,362 bilhão. Um crescimento muito grande ao longo desses cinco anos e de lá pra cá um crescimento muito forte foi necessário, principalmente em 2014 e 2015, quando as despesas com custeio e investimento, a preços correntes de 2018 - portanto, deflacionados aqui -, vieram de R$ 1,362 bilhão para R$ 723 milhões em 2015. E de 2015 até aqui, temos mantido mais ou menos as despesas com custeio e investimento, chegando à proposta para 2018 com valores praticamente iguais, pouca coisa acima da segunda revisão orçamentária de 2017 e muito próximo dos valores de 2015 e 2016. Mas lembrando que tivemos, de 2013 para cá, uma redução de praticamente 50% das nossas despesas com custeio e investimento. No último quadro temos o percentual de comprometimento anual dos repasses financeiros com folha de pagamento. Em 2009 e 2010 tínhamos, aproximadamente, 80% de comprometimento. Lembro bem quando deixei a coordenadoria da CODAGE, em dezembro de 2009, tínhamos 79% de

comprometimento com folha de pagamento. Isso foi crescendo ao longo de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, chegando em 2015 com 108% de comprometimento com folha. Isso foi reduzido parcialmente, pouco ainda em 2016, depois em 2017, principalmente em função do segundo PIDV, tivemos uma redução chegando a 97,86% de comprometimento com folha. E prevemos para 2018 chegar a 91,5% de comprometimento com folha, do total acumulado do ano. Ou seja, mantermos ao longo ano de 2018 aproximadamente o comprometimento com folha já alcançado nos últimos meses de 2017, no mês e não no acumulado do ano. A necessidade que temos é manter isso ao longo de 2018, para podermos conseguir concluir o exercício de 2018. Em linhas gerais, essas são as informações da COP que trago, e digo, em nome da Comissão, que depois de ampla discussão, foi aprovada a proposta de Diretrizes Orçamentárias apresentada pela Assessoria de Planejamento Orçamentário, com o apoio da CODAGE. Portanto, o parecer da COP para as Diretrizes Orçamentárias é de aprovação dessas Diretrizes, conforme propostas aqui, para que possamos, a partir delas, preparar a proposta orçamentária para o ano que vem, que será apresentada na próxima reunião do Conselho Universitário. Em nome do Professor Adalberto, Presidente da COP, agradeço aos demais membros da Comissão pelo trabalho incansável de analisar, ao longo do ano, toda documentação que vinha e, em especial, essas Diretrizes Orçamentárias. Finalizo com o parecer favorável da COP para que se aprove as Diretrizes Orçamentárias, conforme proposto pela Assessoria de Planejamento Orçamentário." **Secretário Geral**: "Gostaria de lembrar os Conselheiros que esta apresentação estará disponível no Sistema Nereu." **M. Reitor**: Vou pedir aos conselheiros que considerem que a discussão pode ser longa, obviamente terá o tamanho que acharem necessário, mas não se excedam e, principalmente, sejam objetivos, porque não adianta falar genericamente. Temos que aprovar uma proposta clara, que será exatamente esta ou as modificações que forem apresentadas a ela. Todo restante não mudará nada." **Cons. Cristiano Buaniconti**: "Quero solicitar alguns esclarecimentos e propor uma alteração nas Diretrizes Orçamentárias. O primeiro esclarecimento que peço consta da página 8 do orçamento, em que está dito que a maioria dos itens que compõem o grupo

será mantida em valores nominais. Gostaria de saber por que não foi incluída na proposta do orçamento uma descrição mínima da alocação desses recursos. Por que essas informações foram sonegadas do documento? Pois, salvo engano, no ano passado constava da proposta. Gostaria de saber, também, quais dos itens que compõem o grupo serão nominalmente reduzidos, já que a menção que a maioria será mantida, temos que alguns não serão. Na página 11 das Diretrizes Orçamentárias está escrito que o orçamento de uma instituição pública visa à transparência e devido planejamento no uso dos recursos públicos. Concordo plenamente com essa afirmação, porém, creio que as diretrizes apresentadas falharam por apenas apresentar dados do orçamento em um grande bloco, sem detalhamento algum. Se o objetivo é a transparência, peço que essa seja efetivamente implementada. Gostaria de pedir esclarecimentos, também, sobre o conteúdo da página 11, item 2.2.9, que trata de aluguéis de imóveis. Peço que se esclareça o que se pretende alugar, já que não havia previsão no documento de 2017 desse tipo de despesas. Em relação à alteração da diretriz, peço que seja levada à votação a supressão da primeira diretriz, que tem o seguinte texto: 'manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos'. Essa diretriz parte de uma noção equivocada, que sustenta que a finalidade da Universidade é de apenas ensinar, quando muito pesquisar; que a Universidade apenas precisa de professores para ensino e pesquisa, e que todo demais é desnecessário, atividades que não fariam parte da atividade-fim da instituição. Os servidores técnicos e administrativos são essenciais em todas as áreas da Universidade, mas têm feito falta especialmente na pesquisa e na extensão. A extensão é o ramo que une a Universidade com a sociedade. Na nossa realidade tão distante do ideal democrático, a extensão cumpre papel primordial de levar o que se produziu para a sociedade. Não posso deixar de mencionar o Hospital Universitário da USP, que não é apenas extensão, mas também local de ensino e pesquisa, cumprindo um papel de imensa importância para a sociedade brasileira. Da mesma forma, as creches da USP, que além desses três papeis, também são extremamente relevantes para a permanência universitária. Nunca é demais lembrar que o artigo 207 da nossa Lei Maior estabelece o princípio da

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nós, na condição de gestores públicos que assumimos como Conselheiros, temos a obrigação de cumprir a Constituição, não nos é facultado agir de modo diverso. Aliás, mesmo se esse dispositivo não estivesse escrito, penso que é impossível pensar em uma Universidade que pretende ser de qualidade, democrática e socialmente responsável, impeça a reposição de seus servidores, que são fundamentais para o cumprimento dos três pilares que mencionei. Ao manter essa diretriz, estaremos colocando a própria missão da Universidade em risco. Sabemos que temos restrições orçamentárias por conta da crise que se impõe, mas há áreas que estão desesperadamente necessitando de contratações de servidores técnicos e administrativos, e não podemos deixar que essa diretriz impeça de forma absoluta a contratação. Portanto, proponho a supressão da primeira diretriz e a inclusão, na segunda diretriz, da possibilidade de contratação de servidores técnicos e administrativos, que ficaria com o seguinte texto: 'Dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS, contratação de docentes e servidores técnicos e administrativos em número a ser apurado, levando-se em conta a disponibilidade de recursos para tanto." **M. Reitor:** "Estão anotadas as emendas propostas, portanto qualquer proposta nesse sentido é dispensável, porque já está registrada e será colocada em votação depois de ouvirmos o parecer da COP. Cabe um esclarecimento. Aparentemente, o Conselheiro gostaria de ver a peça orçamentária que será discutida na próxima reunião. Neste momento, estamos falando apenas de Diretrizes Orçamentárias e, portanto, informações detalhadas a respeito do orçamento serão trazidas para análise na próxima reunião." **Cons. Miguel Antonio Buzzar: (apresentação)** "A proposta que trago é uma proposta aprovada pela Congregação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que pretende, de alguma maneira, corrigir ou pelo menos buscar equalizar as situações das Unidades novas em relação às Unidades consolidadas. Preparei uma apresentação e me desculpo pelo didatismo excessivo, mas creio que talvez seja importante para fixar as questões que estão sendo abordadas. É uma proposta de alteração das Diretrizes, particularmente da Diretriz 3. Como o documento expressa: 'Diretrizes são orientações, guias, rumos.

São linhas que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir. Diretrizes são instruções ou indicações para se estabelecer um plano, uma ação, um negócio'. No caso, o plano é o nosso orçamento. No documento apresentado pela COP entendemos que estas diretrizes têm como objetivo orientar a elaboração da proposta de orçamento da universidade, tendo como parâmetro as projeções e premissas econômicas contidas no projeto de lei orçamentária anual, devendo refletir a política orçamentária geral da USP, através da destinação de recursos a atividades consideradas prioritárias - gostaria de fixar esse ponto, atividades consideradas prioritárias - para realização de seus fins estatutários, a modernização institucional, o desenvolvimento de novas atividades e o fortalecimento de sua inserção na sociedade. Tendo como base o nosso Estatuto, naquilo que nosso Estatuto apregoa, temos no Artigo 2º, que são considerados fins da USP: 'I – promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa; II – ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais; III – estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa.' Gostaria de fixar no segundo item do artigo: 'Para cumprir o Estatuto da Universidade, sobretudo, no que diz respeito à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, as unidades necessitam estar implantadas e equipadas de forma adequada.' Ou seja, se as Unidades não estiverem equipadas e implantadas adequadamente, será impossível cumprir o que o próprio Estatuto apregoa. Temos situações distintas na Universidade, há Unidades, sobretudo, por seu tempo de existência, mas também, por suas características específicas, por seus méritos, ou por outras razões, que possuem instalações e equipamentos adequados, suficientes, ou pelo menos, satisfatórios – em algumas como ocorreu com a Faculdade de Medicina, houve um aporte, inclusive de uma instituição estrangeira, para seu início. Há outras Unidades, em geral em função de seu curto tempo de existência, que não possuem instalações e equipamentos adequados e satisfatórios para cumprir com o que prevê e determina o Estatuto da USP. Em alguns casos, tal situação foi

agravada em função da sua implantação ter ocorrido muito próxima, ao desenrolar da atual crise financeira da USP. São Unidades que caracterizamos como Unidades como menos de 10 anos, ou criadas por volta de 10 anos. Dessa forma, Unidades novas, não consolidadas, não conheceram o investimento necessário para atingir, ou se aproximar do patamar em que se encontram as Unidades consolidadas, ferindo o princípio da igualdade ou da isonomia de condições que deve ser assegurado entre as Unidades. Tal situação solicita um tratamento diferenciado às Unidades que possuem condições de implantação assimétricas a da maioria absoluta das demais unidades. O que estamos discutindo e propondo é um tratamento diferenciado conforme o princípio da isonomia. Peço desculpas por um eventual uso indevido do princípio da isonomia, que é mais atribuído a cidadãos do que a Instituições, mas creio que nesse caso aplica-se na sua essência. 'O principio da Isonomia e da Igualdade não deve ser aplicado de forma restrita, e sim em amplo sentido, pois somente haverá igualdade ou isonomia quando houver tratamento igual entre iguais. Por outro lado, haverá flagrante desigualdade se proporcionarmos tratamento igual a desiguais. No caso, existem desigualdade entre as Unidades. O princípio da igualdade ou isonomia é um dos mais importantes em um Estado Democrático, refletindo em todos os campos da ciência jurídica. Ele não tem a finalidade de acabar com todas as desigualdades existentes, pois a igualdade absoluta é um conceito abstrato que se distancia da verdadeira igualdade. Ele busca, portanto, detectar eventuais diferenças havidas nas mesmas características e conceder tratamentos diferenciados de modo geral e impessoal – impessoal como deve ser regido todo o negócio público - isto porque é injusto tratar de modo desigual aqueles que possuem as mesmas características, ao passo que é justo conceder tratamento diferenciado àqueles que são diferentes em relação a estas mesmas características. Ou seja, estamos propondo, portanto, uma mudança na diretriz orçamentária 3. Ela prevê, inicialmente, que: '3. Os recursos destinados a outros custeios e investimentos de unidades, órgãos e institutos deverão ser no mínimo iguais aos valores da dotação orçamentária de inicial de 2017'. No caso, leio a modificação proposta: '... excetuando-se as Unidades, Órgãos e Institutos, com menos de 10 anos, que

necessitam e deverão perceber um aumento real de seus custeios e investimentos destinados à complementação e manutenção de suas instalações, infraestrutura e equipamentos, proporcionalmente, ao porte e condições das unidades consolidadas.' O exemplo que trago é o de meu Instituto, que não possui biblioteca própria, portanto não pode fazer uso didático da biblioteca e não tem salas de aula adequadas para o número de sua turma atual, de 45 alunos. Em 2011, passamos de 30 para 45 alunos e até hoje temos um Atelier que são ministradas por volta de 20 disciplinas em condições de superpopulação. É nesse sentido que propomos a alteração da Diretriz de número 3." **M. Reitor:** "Professor Miguel, o senhor disse que iria fazer uma proposta de modificação, poderia reforçá-la?" **Cons. Miguel Antonio Buzzar:** "Trata-se de uma alteração na Diretriz de número 3, onde temos que: '3. Os recursos destinados a outros custeios e investimentos de unidades, órgãos e institutos deverão ser no mínimo iguais aos valores da dotação orçamentária de inicial de 2017'; propomos a seguinte complementação: '... excetuando-se as Unidades, Órgãos e Institutos, com menos de 10 anos, que necessitam e deverão perceber um aumento real de seus custeios e investimentos destinados a complementação e manutenção de suas instalações, infraestrutura e equipamentos, proporcionalmente, ao porte e condições das unidades consolidadas'. Ademais, citei dois exemplos claros, que são o da Biblioteca e Ateliê. Sobre a biblioteca, mensalmente recebo telefonemas da Diretora da EESC questionando sobre quando retirarei os livros de arquitetura de sua biblioteca." **M. Reitor:** "Sua proposta, em se tratando de um aumento, não nos diz de onde serão retirados os recursos, creio que das outras Unidades." **Cons. Miguel Antonio Buzzar:** "Imagino que isso seja um problema que deverá ser abordado pela COP, que deverá manipular isso. Se eu tiver oportunidade e for convidado, creio que poderei propor ideias." **Cons. Fernando Dias Menezes de Almeida:** "Pretendo uma fala bastante objetiva na qualidade de Controlador Geral da Universidade. Começarei em responder a demanda muito pertinente do Professor João Cyro dizendo que sim, está previsto que eu apresente um relatório anual como Controlador no momento da discussão do Orçamento, tratando futuramente breve o tema do Orçamento, mas igualmente uma avaliação de

outros aspectos dentro das competências da Controladoria ao longo do ano. Obrigado pela recomendação. A fala que planejo nesse momento tem por alvo as Diretrizes Orçamentárias e insisto em algo que já disse em outras ocasiões em que pude usar a palavra nesse Conselho, em que pese o Estatuto me dar a posição de membro do Conselho, procuro me pronunciar pela óptica de um Controlador, evitando entrar em discussões políticas típicas do Conselho. Não que não tenha uma opinião pessoal ou que não a manifeste por meio do voto, mas minha fala nesse momento é enquanto Controlador. Em primeiro lugar, ressalto um importante elemento que está implícito no processo de elaboração das Diretrizes, que talvez não tenha ficado suficientemente destacado, mas que me parece algo positivo que merece ser dito: é que foi criada a Assessoria de Planejamento Orçamentário no âmbito da Reitoria. É um novo órgão, distinto do órgão de execução orçamentária, que era algo já demandado pela boa governança da Universidade e que já estava previsto na Resolução nº 7344, que é a mesma Resolução que trata desse novo modo de planejamento da Unidade, incluindo a decisão sobre os Parâmetros de Sustentabilidade. Portanto, essa peça apresentada já conta com reflexos da atuação desse órgão específico de planejamento. Um segundo tópico que gostaria de mencionar ao colegiado é que as Diretrizes Orçamentárias atendem ao disposto nos artigos 3° e 5° das disposições transitórias dessa mesma Resolução nº 7344. Insisto que é importante que esse Conselho dê atenção para essas Diretrizes que ele próprio aprovou e que essas passam a ser um critério relevante para o julgamento das contas da Universidade por parte do Tribunal de Contas e, eventualmente, do Ministério Público. O compromisso que este Conselho tem consigo próprio, mas que produz efeitos externos. A avaliação das nossas contas, segundo a responsabilidade pessoal de cada um aqui neste Conselho, envolve a nossa coerência em seguir normas que foram estabelecidas por nós como parâmetros de controle. Feita essa ressalva genérica, gostaria de citar que o artigo 3° das Disposições Transitórias determina que enquanto não forem atendidos os limites referidos no capítulo segundo, sobre limites de gastos com folha de pagamento, ficam vedadas as medidas que impliquem aumento ou comprometimento de

percentual de despesas totais com pessoal. Como critério analisado, os números aqui indicados atendem a essa norma. Especificamente ainda sobre esse mesmo aspecto, o artigo 5º dá outra informação: enquanto não forem atendidos esses mesmos limites, as Diretrizes Orçamentárias deverão conter medidas que indiquem a redução de despesas com pessoal, visando ao menos 5 pontos percentuais em relação ao acumulado nos 12 meses anteriores. E as diretrizes orçamentarias que estão aqui apresentadas trabalham com a redução de um percentual anualizado de 97,86% para 91,52%, portanto mais do que os cinco pontos mencionados. Outro elemento que gostaria de destacar é a Diretriz que tem causado polêmica na fala de diversos conselhos, que indica a não contratação de servidores técnicos e administrativos. Sobre esse aspecto, gostaria de mencionar dois argumentos. Primeiramente, que essa própria norma dos Parâmetros de Sustentabilidade já induz diretivamente que busquemos uma relação percentual entre servidores docentes e não docentes em nosso quadro de pessoal. Percentual esse não atingido e que, portanto, uma diretriz como essa da não contratação de servidores técnicos e administrativos está harmônica com a regra da Resolução dos Parâmetros de Sustentabilidade. O segundo argumento que trago sobre esse aspecto, já mencionado rapidamente na fala do Professor Dante, é que existem limites legais para contratação de determinadas posições na Universidade, na medida em que essas posições tenham sido alvo de políticas como o PIDV. Nosso compromisso legal assumido no momento do PIDV impõe a não recontratação dessas mesmas posições. O que poderia gerar questões trabalhistas para a Universidade. Poderia gerar outras impugnações de ordem legal. Gostaria ainda de fazer mais três comentários sobre as Diretrizes apresentadas, que me parecem mais uma recomendação, enquanto Controladoria, sobre o futuro. Sei que o modo como apresentado segue uma tradição de anos da Universidade, mas me parece que seria saudável que daqui para frente a linha que se refere a outros custeios e investimentos segregasse outros custeios de investimentos. Parece-me que existe uma lógica de planejamento substancialmente distinta entre o que é custeio, mesmo que não seja pessoal – esses outros custeios – e o que é investimento. Normalmente

investimento é valorado como um gasto bom, mas que por outro lado deve gerar novos custeios em muitas situações. Já os custeios, não que não seja um gasto bom, mas que merece preocupação por ser um gasto corrente, ao passo que investimento é um gasto pontual. Parece-me saudável que a nova Assessoria de Planejamento da Universidade pense em produzir peças orçamentárias separando-as. Outro aspecto que me parece importante de ser notado é o artigo 7º das disposições transitórias da mesma norma sobre os Parâmetros de Sustentabilidade, que indica que apurando-se saldos financeiros no exercício de 2017 não comprometidos com despesas previstas do orçamento de 2018, serão eles aportados da reserva patrimonial de contingência. Portanto, saldos orçamentários não comprometidos com pagamentos gerados em 2017, mas a serem quitados em 2018, diz a nossa norma, devem ser separados como reserva de contingência e lembrem-se todos que as normas dos parâmetros de sustentabilidade distinguem o que é saldo em conta e o que virá a ser futuramente uma reserva patrimonial de contingência, cujo uso depende de uma deliberação específica desse Conselho. As diretrizes não contrariam essa orientação, mas talvez coubesse, na passagem das Diretrizes para o orçamento, levar em consideração o saldo que vier a ser apurado ao fim desse ano. O último elemento que mencionaria, a título de uma observação quase que de comunicação, considerando a manchete de primeira página do Jornal do Estado de São Paulo de hoje, é que cuidássemos melhor do uso do conceito de *déficit* orçamentário. Parece-me que usamos *déficit* no quadro de orçamento – isso não é coisa dessa proposta, mas trata-se de algo histórico nos orçamentos da USP – para dizer um *déficit* em relação aos repasses do Tesouro, quando na verdade, do ponto de vista do orçamento como um todo, não estamos trabalhando com um *déficit*, pois o orçamento fecha. As despesas correspondem às receitas. O que precisa ficar claro é que o que é apontado como *déficit* orçamentário corresponde às receitas de uma fonte específica. Receitas financeiras da Universidade ou alguma sorte de receita. A sensação que dá para o leigo que lê os jornais é que chegaremos ao final do ano sem conseguir pagar as contas. Isso é um *déficit* orçamentário. Então, sem querer quebrar a série histórica, o que implica em uma lógica de um ano para

o outro. Talvez fosse interessante pensar para o futuro em outra forma de apresentação, de modo a identificar aquilo que é '*déficit* em relação aos repasses do Tesouro', mas que não é um *déficit* no sentido do orçamento como um todo, para evitar mal-entendidos." **Cons. João Cyro André: (apresentação)** "Gostaria de agradecer ao Professor Dante pela manifestação, que considero extremamente importante e esclarecedora. O cenário econômico considerado para a elaboração das receitas do Estado de São Paulo para 2018 é razoável, com uma previsão de inflação anual de 4,2% e uma previsão de crescimento do PIB paulista de 2%. Está aderente ao relatório *Focus* do Banco Central de 10 de novembro de 2017, que prevê um IPCA de 4,1% e um PIB brasileiro com um crescimento de 2,5%. Fiz as contas da receita orçamentária que provêm do Estado e percebi uma diferença de R$ 39 milhões, felizmente para mais, de modo a que o valor que eu cheguei de R$ 5,032 milhões e não os R$ 4,999 milhões, peço que a COP verifique – é provável que eu tenha errado em minhas contas, mas ela foi baseada no item 1 do anexo das Diretrizes Orçamentárias. Vou trabalhar, portanto, com um valor de receita total não vinculada de R$ 5.102 milhões e isso não prejudica as observações que serão feitas adiante. Desses R$ 5,102 milhões, 98% provêm da receita do Tesouro do Estado e 1,4% apenas das receitas próprias não vinculadas, o que significa uma vulnerabilidade muito grande da Universidade em relação às receitas do Tesouro do Estado. Não falarei das despesas vinculadas, falarei das despesas não vinculadas. Essa somam R$ 5,356 milhões, nos quais 86% correspondem a pessoal e reflexos; 13% a outros custeios e investimentos e 0,4% a outras despesas diversas. Se considerarmos esses valores em relação à despesa não vinculada, significa que estamos comprometendo com pessoal um total de 91%, aproximadamente, e 13,7%, uma pequena diferença em relação ao número apresentado. É porque a minha receita prevista – a qual calculei – é ligeiramente diferente da apresentada. Para mim é muito importante que as despesas custeadas pela receita da Universidade, de R$ 5,032 milhões, as custeadas pelas receitas próprias não vinculadas correspondem à R$ 69 milhões, portanto há *déficit* orçamentário, que é a diferença entre a despesa e as receitas no total de R$ 254 milhões – lembrando aquela diferença dos R$ 39 milhões. Uma

parte desse *déficit* vai ser coberto pela reserva financeira de R$ 97,5 milhões, que é o valor da reserva de 30 de setembro de 2017, portanto teremos um *déficit* em aberto de R$ 156,5 milhões, o qual o Professor Dante já se referiu como deverá ser coberto; a palavra que utilizarei, não sei se é a mais adequada, mas é uma rolagem da dívida. Um dinheiro que tenho hoje e está comprometido, mas que usarei para pagar algo, mas ficarei descoberto para pagar no futuro. Isso é algo que devemos ter consciência que está sendo feito dessa forma. O que precisamos observar é que a diminuição da despesa de pessoal também tem sido feito na base de não haver previsão de aumento salarial, todos nós estamos pagando esse preço muito alto. Estamos a cinco ou seis anos sem receber aumento salarial - algumas categorias. Há um *déficit* orçamentário real de R$ 156 milhões e, do meu ponto de vista, não haverá reserva financeira, já que esse dinheiro será comprometido com pagamentos, então rolaremos uma dívida de R$ 156 milhões se equalizarmos essa função. Passarei então às minhas recomendações e observações, dos quais proponho dois destaques. Primeiro minha concordância em se manter a suspensão de contratação de servidores técnicos e administrativos. Quanto à contratação de 150 novos docentes, em função da evolução da arrecadação do ICMCS, tem que ser acompanhada, se tivermos um cenário positivo, mas isso deve ser tratado também em função do *déficit* que está sendo indicado. Quanto aos recursos destinados a outros custeios e investimentos, deverão ser, no mínimo, iguais aos valores resultantes da segunda revisão orçamentária de 2017, e deverá levar em conta a evolução da arrecadação do ICMS - este é meu destaque 1. Faço essa observação, pois se a revisão for positiva é mais fácil aumentar o custeio do que se tivermos problemas que demandarão reduzir esse custeio. Então, trabalhamos com uma perspectiva mais interessante. Concluindo, creio ser importante apresentar uma proposta de planejamento plurianual - que poderá sofrer alinhamentos anuais - e não proposta de modelo provisório, isso é algo urgente - e esse é o meu destaque dois. Há, ainda, um adendo, a despesa total não vinculada não poderá ultrapassar a soma da receita total não vinculada com a reserva financeira. Estabelecer esse teto superior de despesa. Obviamente, a receita poderá evoluir positivamente e isso

dará uma folga para que sejam feitos acréscimos de despesas na Universidade."

Cons.ª Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro: "Quero dizer que entendemos que a situação financeira da USP é grave, mas gostaria de dizer algo sobre uma situação que também é muito grave e creio que isso tem ficado claro nas falas que me antecederam. A situação que também é muito grave diz respeito ao Hospital Universitário, e se não fosse tão grave, a Enfermagem e a Medicina - que não entrava em greve há mais de 55 anos - não estariam em greve. Creio que em um momento de comoção e de tanta mobilização é importante abrirmos um diálogo com os estudantes, que concretamente conhecem as condições do Hospital. Devemos aproveitar essa oportunidade para mantermos esse diálogo aberto. Sobre a situação do HU, não preciso me estender muito, pois aqueles que me antecederam já disseram bastante sobre o quão preocupante é a situação do Hospital. Para dizer o básico, sabemos que faltam profissionais em praticamente todas as equipes de departamentos do HU, que 25% dos leitos estão fechados, duas crianças morreram no Pronto-Socorro infantil ano passado e, a partir de hoje às 7 horas da manhã, os PA's da pediatria estarão fechados. E, também, segundo a Clínica, não será possível fechar a escala de dezembro do Hospital Universitário. É uma situação muito grave e que não pode ser deixada de lado quando discutimos as Diretrizes Orçamentárias. Nesse sentido, temos uma proposta de destaque, pois apesar de entender as dificuldades financeiras, cremos que esse tema é muito significativo e, portanto, merece ser discutido na Comissão de Orçamento e Patrimônio, também na Comissão de Legislação e Recursos e também precisa ser discutido com o conjunto da comunidade universitária, com os estudantes que estão em greve, com os estudantes da Saúde, que são aqueles que conhecem as condições do Hospital Universitário. Lerei a proposta de alteração da primeira Diretriz que é: 'Manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos, a exceção da possibilidade a ser estudada pela COP e pela CLR, de preenchimento dos cargos vagos no Hospital Universitário.' Essa é nossa proposta, pois entendemos que esse é um caso excepcional, pois apesar dos servidores do HU serem contratados enquanto servidores técnicos e administrativos, eles cumprem uma função muito importante,

que é a de ensino e docência, fundamental para a formação de todos os estudantes de todas as áreas da Saúde da USP. Quarenta por cento do internato da Medicina é realizado no HU e 90% das atividades práticas da Enfermagem são realizadas no HU. Sabemos como essa atividade de ensino ficará comprometida se não houver contratações via USP, que é a reivindicação principal dessas duas greves que estão acontecendo. Nesse sentido, é diferente, pois por cumprir uma função docente, faz sentido abrir uma exceção para esse caso, pois uma vez que se cumpre uma função de ensino, não faz sentido que aqueles 150 docentes genéricos que serão contratados sejam mais necessários que essas contratações do HU, simplesmente por um aspecto formal, por isso defendemos essa proposta. Quero dizer, ainda, que em agosto de 2014 esse mesmo Conselho Universitário ouviu os estudantes de Medicina e reconsiderou sua decisão de desvincular o Hospital Universitário, quero saber qual é a atitude desse Conselho diante da situação que estamos vivendo, de um curso que não entrava em greve desde antes da ditadura. A atitude desse Conselho Universitário será a de passar por cima da reivindicação desses estudantes que estão lá fora gritando por contratações via USP? Espero que não." **Cons. Miguel Antonio Buzzar: (apresentação)** "A proposta que trago é uma proposta aprovada pela Congregação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que pretende, de alguma maneira, corrigir ou pelo menos buscar equalizar as situações das Unidades novas em relação às Unidades consolidadas. Preparei uma apresentação e me desculpo pelo didatismo excessivo, mas creio que talvez seja importante para fixar as questões que estão sendo abordadas. É uma proposta de alteração das Diretrizes, particularmente da Diretriz 3. Como o documento expressa: 'Diretrizes são orientações, guias, rumos. São linhas que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir. Diretrizes são instruções ou indicações para se estabelecer um plano, uma ação, um negócio'. No caso, o plano é o nosso orçamento. No documento apresentado pela COP entendemos que estas diretrizes têm como objetivo orientar a elaboração da proposta de orçamento da universidade, tendo como parâmetro as projeções e premissas econômicas contidas no projeto de lei orçamentária anual, devendo refletir a

política orçamentária geral da USP, através da destinação de recursos a atividades consideradas prioritárias - gostaria de fixar esse ponto, atividades consideradas prioritárias - para realização de seus fins estatutários, a modernização institucional, o desenvolvimento de novas atividades e o fortalecimento de sua inserção na sociedade. Tendo como base o nosso Estatuto, naquilo que nosso Estatuto apregoa, temos no Artigo 2º, que são considerados fins da USP: 'I – promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa; II – ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais; III – estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa.' Gostaria de fixar no segundo item do artigo: 'Para cumprir o Estatuto da Universidade, sobretudo, no que diz respeito à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, as unidades necessitam estar implantadas e equipadas de forma adequada.' Ou seja, se as Unidades não estiverem equipadas e implantadas adequadamente, será impossível cumprir o que o próprio Estatuto apregoa. Temos situações distintas na Universidade, há Unidades, sobretudo, por seu tempo de existência, mas também, por suas características específicas, por seus méritos, ou por outras razões, que possuem instalações e equipamentos adequados, suficientes, ou pelo menos, satisfatórios – em algumas como ocorreu com a Faculdade de Medicina, houve um aporte, inclusive de uma instituição estrangeira, para seu início. Há outras Unidades, em geral em função de seu curto tempo de existência, que não possuem instalações e equipamentos adequados e satisfatórios para cumprir com o que prevê e determina o Estatuto da USP. Em alguns casos, tal situação foi agravada em função da sua implantação ter ocorrido muito próxima, ao desenrolar da atual crise financeira da USP. São Unidades que caracterizamos como Unidades como menos de 10 anos, ou criadas por volta de 10 anos. Dessa forma, Unidades novas, não consolidadas, não conheceram o investimento necessário para atingir, ou se aproximar do patamar em que se encontram as Unidades consolidadas, ferindo o princípio da igualdade ou da isonomia de condições que

deve ser assegurado entre as Unidades. Tal situação solicita um tratamento diferenciado às Unidades que possuem condições de implantação assimétricas a da maioria absoluta das demais unidades. O que estamos discutindo e propondo é um tratamento diferenciado conforme o princípio da isonomia. Peço desculpas por um eventual uso indevido do princípio da isonomia, que é mais atribuído a cidadãos do que a Instituições, mas creio que nesse caso aplica-se na sua essência. 'O principio da Isonomia e da Igualdade não deve ser aplicado de forma restrita, e sim em amplo sentido, pois somente haverá igualdade ou isonomia quando houver tratamento igual entre iguais. Por outro lado, haverá flagrante desigualdade se proporcionarmos tratamento igual a desiguais. No caso, existem desigualdade entre as Unidades. O princípio da igualdade ou isonomia é um dos mais importantes em um Estado Democrático, refletindo em todos os campos da ciência jurídica. Ele não tem a finalidade de acabar com todas as desigualdades existentes, pois a igualdade absoluta é um conceito abstrato que se distancia da verdadeira igualdade. Ele busca, portanto, detectar eventuais diferenças havidas nas mesmas características e conceder tratamentos diferenciados de modo geral e impessoal – impessoal como deve ser regido todo o negócio público - isto porque é injusto tratar de modo desigual aqueles que possuem as mesmas características, ao passo que é justo conceder tratamento diferenciado àqueles que são diferentes em relação a estas mesmas características. Ou seja, estamos propondo, portanto, uma mudança na diretriz orçamentária 3. Ela prevê, inicialmente, que: '3. Os recursos destinados a outros custeios e investimentos de unidades, órgãos e institutos deverão ser no mínimo iguais aos valores da dotação orçamentária de inicial de 2017'. No caso, leio a modificação proposta: '... excetuando-se as Unidades, Órgãos e Institutos, com menos de 10 anos, que necessitam e deverão perceber um aumento real de seus custeios e investimentos destinados à complementação e manutenção de suas instalações, infraestrutura e equipamentos, proporcionalmente, ao porte e condições das unidades consolidadas.' O exemplo que trago é o de meu Instituto, que não possui biblioteca própria, portanto não pode fazer uso didático da biblioteca e não tem salas de aula adequadas para o número de sua turma atual, de 45 alunos. Em

2011, passamos de 30 para 45 alunos e até hoje temos um Atelier que são ministradas por volta de 20 disciplinas em condições de superpopulação. É nesse sentido que propomos a alteração da Diretriz de número 3." **M. Reitor:** "Professor Miguel, o senhor disse que iria fazer uma proposta de modificação, poderia reforçá-la?" **Cons. Miguel Antonio Buzzar:** "Trata-se de uma alteração na Diretriz de número 3, onde temos que: '3. Os recursos destinados a outros custeios e investimentos de unidades, órgãos e institutos deverão ser no mínimo iguais aos valores da dotação orçamentária de inicial de 2017'; propomos a seguinte complementação: '... excetuando-se as Unidades, Órgãos e Institutos, com menos de 10 anos, que necessitam e deverão perceber um aumento real de seus custeios e investimentos destinados a complementação e manutenção de suas instalações, infraestrutura e equipamentos, proporcionalmente, ao porte e condições das unidades consolidadas'. Ademais, citei dois exemplos claros, que são o da Biblioteca e Ateliê. Sobre a biblioteca, mensalmente recebo telefonemas da Diretora da EESC questionando sobre quando retirarei os livros de arquitetura de sua biblioteca." **M. Reitor:** "Sua proposta, em se tratando de um aumento, não nos diz de onde serão retirados os recursos, creio que das outras Unidades." **Cons. Miguel Antonio Buzzar:** "Imagino que isso seja um problema que deverá ser abordado pela COP, que deverá manipular isso. Se eu tiver oportunidade e for convidado, creio que poderei propor ideias." **Cons. Fernando Dias Menezes de Almeida:** "Pretendo uma fala bastante objetiva na qualidade de Controlador Geral da Universidade. Começarei em responder a demanda muito pertinente do Professor João Cyro dizendo que sim, está previsto que eu apresente um relatório anual como Controlador no momento da discussão do Orçamento, tratando futuramente breve o tema do Orçamento, mas igualmente uma avaliação de outros aspectos dentro das competências da Controladoria ao longo do ano. Obrigado pela recomendação. A fala que planejo nesse momento tem por alvo as Diretrizes Orçamentárias e insisto em algo que já disse em outras ocasiões em que pude usar a palavra nesse Conselho, em que pese o Estatuto me dar a posição de membro do Conselho, procuro me pronunciar pela óptica de um Controlador, evitando entrar em discussões políticas típicas do Conselho. Não que

não tenha uma opinião pessoal ou que não a manifeste por meio do voto, mas minha fala nesse momento é enquanto Controlador. Em primeiro lugar, ressalto um importante elemento que está implícito no processo de elaboração das Diretrizes, que talvez não tenha ficado suficientemente destacado, mas que me parece algo positivo que merece ser dito: é que foi criada a Assessoria de Planejamento Orçamentário no âmbito da Reitoria. É um novo órgão, distinto do órgão de execução orçamentária, que era algo já demandado pela boa governança da Universidade e que já estava previsto na Resolução nº 7344, que é a mesma Resolução que trata desse novo modo de planejamento da Unidade, incluindo a decisão sobre os Parâmetros de Sustentabilidade. Portanto, essa peça apresentada já conta com reflexos da atuação desse órgão específico de planejamento. Um segundo tópico que gostaria de mencionar ao colegiado é que as Diretrizes Orçamentárias atendem ao disposto nos artigos 3° e 5° das disposições transitórias dessa mesma Resolução nº 7344. Insisto que é importante que esse Conselho dê atenção para essas Diretrizes que ele próprio aprovou e que essas passam a ser um critério relevante para o julgamento das contas da Universidade por parte do Tribunal de Contas e, eventualmente, do Ministério Público. O compromisso que este Conselho tem consigo próprio, mas que produz efeitos externos. A avaliação das nossas contas, segundo a responsabilidade pessoal de cada um aqui neste Conselho, envolve a nossa coerência em seguir normas que foram estabelecidas por nós como parâmetros de controle. Feita essa ressalva genérica, gostaria de citar que o artigo 3° das Disposições Transitórias determina que enquanto não forem atendidos os limites referidos no capítulo segundo, sobre limites de gastos com folha de pagamento, ficam vedadas as medidas que impliquem aumento ou comprometimento de percentual de despesas totais com pessoal. Como critério analisado, os números aqui indicados atendem a essa norma. Especificamente ainda sobre esse mesmo aspecto, o artigo 5º dá outra informação: enquanto não forem atendidos esses mesmos limites, as Diretrizes Orçamentárias deverão conter medidas que indiquem a redução de despesas com pessoal, visando ao menos 5 pontos percentuais em relação ao acumulado nos 12 meses anteriores. E as diretrizes

orçamentarias que estão aqui apresentadas trabalham com a redução de um percentual anualizado de 97,86% para 91,52%, portanto mais do que os cinco pontos mencionados. Outro elemento que gostaria de destacar é a Diretriz que tem causado polêmica na fala de diversos conselhos, que indica a não contratação de servidores técnicos e administrativos. Sobre esse aspecto, gostaria de mencionar dois argumentos. Primeiramente, que essa própria norma dos Parâmetros de Sustentabilidade já induz diretivamente que busquemos uma relação percentual entre servidores docentes e não docentes em nosso quadro de pessoal. Percentual esse não atingido e que, portanto, uma diretriz como essa da não contratação de servidores técnicos e administrativos está harmônica com a regra da Resolução dos Parâmetros de Sustentabilidade. O segundo argumento que trago sobre esse aspecto, já mencionado rapidamente na fala do Professor Dante, é que existem limites legais para contratação de determinadas posições na Universidade, na medida em que essas posições tenham sido alvo de políticas como o PIDV. Nosso compromisso legal assumido no momento do PIDV impõe a não recontratação dessas mesmas posições. O que poderia gerar questões trabalhistas para a Universidade. Poderia gerar outras impugnações de ordem legal. Gostaria ainda de fazer mais três comentários sobre as Diretrizes apresentadas, que me parecem mais uma recomendação, enquanto Controladoria, sobre o futuro. Sei que o modo como apresentado segue uma tradição de anos da Universidade, mas me parece que seria saudável que daqui para frente a linha que se refere a outros custeios e investimentos segregasse outros custeios de investimentos. Parece-me que existe uma lógica de planejamento substancialmente distinta entre o que é custeio, mesmo que não seja pessoal – esses outros custeios – e o que é investimento. Normalmente investimento é valorado como um gasto bom, mas que por outro lado deve gerar novos custeios em muitas situações. Já os custeios, não que não seja um gasto bom, mas que merece preocupação por ser um gasto corrente, ao passo que investimento é um gasto pontual. Parece-me saudável que a nova Assessoria de Planejamento da Universidade pense em produzir peças orçamentárias separando-as. Outro aspecto que me parece importante de ser notado é o artigo

7º das disposições transitórias da mesma norma sobre os Parâmetros de Sustentabilidade, que indica que apurando-se saldos financeiros no exercício de 2017 não comprometidos com despesas previstas do orçamento de 2018, serão eles aportados da reserva patrimonial de contingência. Portanto, saldos orçamentários não comprometidos com pagamentos gerados em 2017, mas a serem quitados em 2018, diz a nossa norma, devem ser separados como reserva de contingência e lembrem-se todos que as normas dos parâmetros de sustentabilidade distinguem o que é saldo em conta e o que virá a ser futuramente uma reserva patrimonial de contingência, cujo uso depende de uma deliberação específica desse Conselho. As diretrizes não contrariam essa orientação, mas talvez coubesse, na passagem das Diretrizes para o orçamento, levar em consideração o saldo que vier a ser apurado ao fim desse ano. O último elemento que mencionaria, a título de uma observação quase que de comunicação, considerando a manchete de primeira página do Jornal do Estado de São Paulo de hoje, é que cuidássemos melhor do uso do conceito de *déficit* orçamentário. Parece-me que usamos *déficit* no quadro de orçamento – isso não é coisa dessa proposta, mas trata-se de algo histórico nos orçamentos da USP – para dizer um *déficit* em relação aos repasses do Tesouro, quando na verdade, do ponto de vista do orçamento como um todo, não estamos trabalhando com um *déficit*, pois o orçamento fecha. As despesas correspondem às receitas. O que precisa ficar claro é que o que é apontado como *déficit* orçamentário corresponde às receitas de uma fonte específica. Receitas financeiras da Universidade ou alguma sorte de receita. A sensação que dá para o leigo que lê os jornais é que chegaremos ao final do ano sem conseguir pagar as contas. Isso é um *déficit* orçamentário. Então, sem querer quebrar a série histórica, o que implica em uma lógica de um ano para o outro. Talvez fosse interessante pensar para o futuro em outra forma de apresentação, de modo a identificar aquilo que é '*déficit* em relação aos repasses do Tesouro', mas que não é um *déficit* no sentido do orçamento como um todo, para evitar mal-entendidos." **Cons. João Cyro André: (apresentação)** "Gostaria de agradecer ao Professor Dante pela manifestação, que considero extremamente importante e esclarecedora. O cenário econômico considerado para a elaboração

das receitas do Estado de São Paulo para 2018 é razoável, com uma previsão de inflação anual de 4,2% e uma previsão de crescimento do PIB paulista de 2%. Está aderente ao relatório *Focus* do Banco Central de 10 de novembro de 2017, que prevê um IPCA de 4,1% e um PIB brasileiro com um crescimento de 2,5%. Fiz as contas da receita orçamentária que provêm do Estado e percebi uma diferença de R$ 39 milhões, felizmente para mais, de modo a que o valor que eu cheguei de R$ 5,032 milhões e não os R$ 4,999 milhões, peço que a COP verifique – é provável que eu tenha errado em minhas contas, mas ela foi baseada no item 1 do anexo das Diretrizes Orçamentárias. Vou trabalhar, portanto, com um valor de receita total não vinculada de R$ 5,102 milhões e isso não prejudica as observações que serão feitas adiante. Desses R$ 5,102 milhões, 98% provêm da receita do Tesouro do Estado e 1,4% apenas das receitas próprias não vinculadas, o que significa uma vulnerabilidade muito grande da Universidade em relação às receitas do Tesouro do Estado. Não falarei das despesas vinculadas, falarei das despesas não vinculadas. Essa somam R$ 5,356 milhões, nos quais 86% correspondem a pessoal e reflexos; 13% a outros custeios e investimentos e 0,4% a outras despesas diversas. Se considerarmos esses valores em relação à despesa não vinculada, significa que estamos comprometendo com pessoal um total de 91%, aproximadamente, e 13,7%, uma pequena diferença em relação ao número apresentado. É porque a minha receita prevista – a qual calculei – é ligeiramente diferente da apresentada. Para mim é muito importante que as despesas custeadas pela receita da Universidade, de R$ 5,032 milhões, as custeadas pelas receitas próprias não vinculadas correspondem à R$ 69 milhões, portanto há *déficit* orçamentário, que é a diferença entre a despesa e as receitas no total de R$ 254 milhões – lembrando aquela diferença dos R$ 39 milhões. Uma parte desse *déficit* vai ser coberto pela reserva financeira de R$ 97,5 milhões, que é o valor da reserva de 30 de setembro de 2017, portanto teremos um *déficit* em aberto de R$ 156,5 milhões, o qual o Professor Dante já se referiu como deverá ser coberto; a palavra que utilizarei, não sei se é a mais adequada, mas é uma rolagem da dívida. Um dinheiro que tenho hoje e está comprometido, mas que usarei para pagar algo, mas ficarei descoberto para pagar no futuro. Isso é algo

que devemos ter consciência que está sendo feito dessa forma. O que precisamos observar é que a diminuição da despesa de pessoal também tem sido feito na base de não haver previsão de aumento salarial, todos nós estamos pagando esse preço muito alto. Estamos a cinco ou seis anos sem receber aumento salarial - algumas categorias. Há um *déficit* orçamentário real de R$ 156 milhões e, do meu ponto de vista, não haverá reserva financeira, já que esse dinheiro será comprometido com pagamentos, então rolaremos uma dívida de R$ 156 milhões se equalizarmos essa função. Passarei então às minhas recomendações e observações, dos quais proponho dois destaques. Primeiro minha concordância em se manter a suspensão de contratação de servidores técnicos e administrativos. Quanto à contratação de 150 novos docentes, em função da evolução da arrecadação do ICMCS, tem que ser acompanhada, se tivermos um cenário positivo, mas isso deve ser tratado também em função do *déficit* que está sendo indicado. Quanto aos recursos destinados a outros custeios e investimentos, deverão ser, no mínimo, iguais aos valores resultantes da segunda revisão orçamentária de 2017, e deverá levar em conta a evolução da arrecadação do ICMS - este é meu destaque 1. Faço essa observação, pois se a revisão for positiva é mais fácil aumentar o custeio do que se tivermos problemas que demandarão reduzir esse custeio. Então, trabalhamos com uma perspectiva mais interessante. Concluindo, creio ser importante apresentar uma proposta de planejamento plurianual - que poderá sofrer alinhamentos anuais - e não proposta de modelo provisório, isso é algo urgente - e esse é o meu destaque dois. Há, ainda, um adendo, a despesa total não vinculada não poderá ultrapassar a soma da receita total não vinculada com a reserva financeira. Estabelecer esse teto superior de despesa. Obviamente, a receita poderá evoluir positivamente e isso dará uma folga para que sejam feitos acréscimos de despesas na Universidade." **Cons.ª Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro:** "Quero dizer que entendemos que a situação financeira da USP é grave, mas gostaria de dizer algo sobre uma situação que também é muito grave e creio que isso tem ficado claro nas falas que me antecederam. A situação que também é muito grave diz respeito ao Hospital Universitário, e se não fosse tão grave, a Enfermagem e a Medicina - que não

entrava em greve há mais de 55 anos - não estariam em greve. Creio que em um momento de comoção e de tanta mobilização é importante abrirmos um diálogo com os estudantes, que concretamente conhecem as condições do Hospital. Devemos aproveitar essa oportunidade para mantermos esse diálogo aberto. Sobre a situação do HU, não preciso me estender muito, pois aqueles que me antecederam já disseram bastante sobre o quão preocupante é a situação do Hospital. Para dizer o básico, sabemos que faltam profissionais em praticamente todas as equipes de departamentos do HU, que 25% dos leitos estão fechados, duas crianças morreram no Pronto-Socorro infantil ano passado e, a partir de hoje às 7 horas da manhã, os PA's da pediatria estarão fechados. E, também, segundo a Clínica, não será possível fechar a escala de dezembro do Hospital Universitário. É uma situação muito grave e que não pode ser deixada de lado quando discutimos as Diretrizes Orçamentárias. Nesse sentido, temos uma proposta de destaque, pois apesar de entender as dificuldades financeiras, cremos que esse tema é muito significativo e, portanto, merece ser discutido na Comissão de Orçamento e Patrimônio, também na Comissão de Legislação e Recursos e também precisa ser discutido com o conjunto da comunidade universitária, com os estudantes que estão em greve, com os estudantes da Saúde, que são aqueles que conhecem as condições do Hospital Universitário. Lerei a proposta de alteração da primeira Diretriz que é: 'Manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos, a exceção da possibilidade a ser estudada pela COP e pela CLR, de preenchimento dos cargos vagos no Hospital Universitário.' Essa é nossa proposta, pois entendemos que esse é um caso excepcional, pois apesar dos servidores do HU serem contratados enquanto servidores técnicos e administrativos, eles cumprem uma função muito importante, que é a de ensino e docência, fundamental para a formação de todos os estudantes de todas as áreas da Saúde da USP. Quarenta por cento do internato da Medicina é realizado no HU e 90% das atividades práticas da Enfermagem são realizadas no HU. Sabemos como essa atividade de ensino ficará comprometida se não houver contratações via USP, que é a reivindicação principal dessas duas greves que estão acontecendo. Nesse sentido, é diferente, pois por cumprir uma

função docente, faz sentido abrir uma exceção para esse caso, pois uma vez que se cumpre uma função de ensino, não faz sentido que aqueles 150 docentes genéricos que serão contratados sejam mais necessários que essas contratações do HU, simplesmente por um aspecto formal, por isso defendemos essa proposta. Quero dizer, ainda, que em agosto de 2014 esse mesmo Conselho Universitário ouviu os estudantes de Medicina e reconsiderou sua decisão de desvincular o Hospital Universitário, quero saber qual é a atitude desse Conselho diante da situação que estamos vivendo, de um curso que não entrava em greve desde antes da ditadura. A atitude desse Conselho Universitário será a de passar por cima da reivindicação desses estudantes que estão lá fora gritando por contratações via USP? Espero que não." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "A essência dessa proposta de Diretrizes Orçamentárias é manter e aprofundar o sentido do que tem acontecido na Universidade ao longo dos últimos anos, que é o seu total desmonte. Isso resume e define essa proposta: é manter a linha da atual gestão da Reitoria e em algum sentido, aprofundá-la. Por isso, iremos nos posicionar encaminhando aqui, globalmente, contra essa proposta, porque ela é a manutenção do desmonte da precarização da Universidade. Agora, quero falar em particular de um aspecto que talvez seja o centro nervoso desse processo de desmonte, que é o congelamento de contratação de funcionários, que ocorreu ao longo dos últimos quatro anos e que por aquela deliberação se encerraria agora, mas que essa proposta de Diretrizes Orçamentárias quer estender por pelo menos mais um ano. Essa gestão reitoral começou com um pouco mais de dezessete mil trabalhadores na Universidade. A Reitoria insiste que é muito, mas era menos, era um número inferior de funcionários ao que a Universidade tinha em 1995, vinte anos antes, quando a Universidade passou a receber essa quota-parte do ICMS, tinha menos da metade do número de cursos, menos da metade do número de alunos de graduação, menos de um quarto do número de alunos de pós-graduação, menos de um quinto do total de pesquisas publicadas do que tem hoje, tinha menos *campi*, menos institutos, menos faculdades; de qualquer ponto de vista, a Universidade era menos da metade do que é hoje. E ela tinha, naquele momento, mais funcionários do que tinha no início dessa gestão reitoral - um

pouquinho mais de dezessete mil. Agora, depois de quatro anos, o último dado que consegui encontrar é de abril deste ano, logo depois do último PIDV, a Universidade tinha um pouco mais de treze mil e novecentos funcionários, portanto, foram mais de três mil postos de trabalho, de funcionários, que foram cortados nessa gestão. Esse é o legado dessa gestão que está terminando e esse é o motivo confesso da Reitoria e das diferentes Superintendências, para o fechamento de parte das creches, o comprometimento do oferecimento de disciplinas obrigatórias na Escola de Aplicação, a terceirização de quase todos os restaurantes e de quase todos os serviços das prefeituras de *campi,* com o aumento, não só da terceirização, mas um aumento brutal dos acidentes de trabalho, inclusive fatais, dentro da Universidade. Quase metade dos trabalhadores dos restaurantes com afastamento por adoecimento de trabalho sendo substituídos por uma terceirização que não sai mais barato para a Universidade, pois um contrato que fui checar, porque foi o que consegui encontrar no *site* Transparência, de vigilância, do Instituto Oceanográfico, cada funcionário custa mais de R$ 10 mil por mês para a Universidade, e o funcionário recebe um salário de pouco mais de mil reais. Não sai mais barato para a Universidade essa terceirização que está sendo feita e piora em muito as condições de trabalho dos trabalhadores. Todas as Unidades de Ensino, várias delas com situações beirando calamidade e o Hospital Universitário, que tanto foi falado e que eu mesmo detalhei mais na minha primeira fala a berrante redução de atendimento, de leitos abertos, de exames, de ambulatórios funcionando, com comprometimento do ensino, da pesquisa e da extensão, eu falei centenas de milhares, mas são milhões de pessoas que dependem, quase que exclusivamente, do Hospital Universitário, e que estão passando a não ser atendidas e voltam para casa para morrer em casa, sem atendimento. Por isso têm dezenas de milhares de assinaturas nesse movimento pela manutenção do Hospital Universitário. Esse é o significado dessa política de congelamento de contratação. A justificativa é a falta de dinheiro, mas quero repetir: não só é necessário e indispensável o aumento de repasse de ICMS para as Universidades, porque foi brutalmente reduzido em 1989, quando se instituiu a

autonomia universitária, mas só o que o Governo Alckmin deixa de repassar ilegalmente pelo descumprimento da Lei e pelo descumprimento de Acordos firmados com as três Universidades, reconhecidos pelas Reitorias, mas sobre os quais as Reitorias não falam nada, só essa tungada de repasse é maior do que esse déficit de centenas de milhões de reais a cada ano. E essa Reitoria, esse Conselho Universitário e as outras Reitorias aceitam, sem problema. Só esse dinheiro poderia financiar a reversão dessa política de desmonte da Universidade. Acontece que o que está se fazendo é desmontar e depois apresentar como solução justamente a contratação indireta, a privatização, a terceirização e a desvinculação, no caso do Hospital Universitário, como a Reitoria já disse que quer fazer. Por isso, dito tudo isso, apresento, em nome da categoria de trabalhadores da USP, dois destaques: primeiro, a supressão da primeira diretriz geral, de manutenção da suspensão de contratação; segundo, inclusão de uma diretriz estabelecendo a abertura imediata de contratação de servidores técnicos e administrativos e de docentes, para atender a demanda verificada em todos os Órgãos e Unidades, no mínimo repondo o quadro do início de 2014, que já era deficitário. Apresento, também, outro destaque, em nome desse movimento que está constituído, que é de mesmo conteúdo: imediata abertura de contratações para a reposição daquele quadro, particularmente em relação aos hospitais e centros de saúde." **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda**: "Em primeiro lugar quero cumprimentar o esforço da COP, que apresenta as Diretrizes Orçamentárias e gostaria de pedir alguns esclarecimentos e ponderar algumas questões poucas e rapidamente. Eu tanto quanto percebo que essas Diretrizes Orçamentárias foram construídas em cima das bases atuais. Quero dizer, aqui não se prevê nenhuma mudança em relação ao orçamento proposto e será executado até o fim do período de 2017, a não ser a incorporação, nas Diretrizes, das 150 vagas docentes que já foram concedidas. E, ao mesmo tempo, aqui não se prevê de fato reajustes salariais, não está previsto se no item 2 – 'dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS, contratação de 150 novos docentes, de acordo com as Diretrizes Orçamentárias'; isso é apenas uma diretriz de projeção, mas quase impossível de ser realizada, ainda que também não esteja

especificado que modalidade de docente, se é temporário, se é professor de tempo integral, porque isso altera completamente este quadro possível de contratação. Ao mesmo tempo, o Conselho Universitário aprovou a ampliação das políticas de inclusão social, as ações afirmativas, com a aprovação das chamadas quotas étnicos raciais, que foi uma proposta naquele momento da Faculdade de Filosofia, mas não se prevê nas Diretrizes Orçamentárias, explicitamente, que parte dessas diretrizes têm que estar destinada a política de inclusão dos novos contingentes de estudantes que aqui chegam. Há, nas Diretrizes Orçamentárias, o que tem sido - em certa medida até entendo - a regra geral na construção do orçamento da Universidade de São Paulo, é uma proposta genérica, na qual não se prevê diferenças internas. O Prof. Miguel Buzzar chamou a atenção pelo fato de que há uma diferença entre Unidades novas recém-criadas, das Unidades consolidadas. Há Unidades que têm formas alternativas de financiamento e outras não, de forma que é uma proposta global, sem diferenciação. O Prof. Menezes afirmou que há um percentual da relação docente e não docente que não foi atingida na Universidade de São Paulo e. também. se considerado globalmente, a Faculdade de Filosofia é a maior Unidade da USP, com 468 professores e 305 funcionários. Então, de novo essas diferenças não estão contempladas, que uma diretriz orçamentária assim imposta não contempla as necessidades fins das Unidades que são diferenciadas em si mesmas. Sabemos que são muito diferenciadas, Unidades mais antigas, Unidades mais novas, algumas com formas alternativas de financiamento, outras mais ligadas à atividade acadêmica, algumas essas proporções já foram atendidas, algumas perderam mais docentes do que outras. Vou dar um exemplo. Não quero centrar nenhuma discussão na Faculdade de Filosofia, porque aqui são diretrizes gerais e a política geral do orçamento, mas uso o exemplo dela porque a conheço melhor, mas isso poderia talvez acontecer em outras Unidades. A Universidade de São Paulo, no conjunto, perdeu um pouco mais de 7% dos seus docentes nos últimos anos, mas a Faculdade de Filosofia perdeu quase 12% e isso é uma distinção e deve haver outras. Então, talvez fosse o caso em cada item desses, como por exemplo, no item 2 – 'dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS, contratação de 150 novos docentes' - e

é preciso dizer aí qual é a modalidade. A outra, é que na estimativa do orçamento previsse que parte desse orçamento seja destinado especificamente às políticas de inclusão social. Caso contrário, fizemos para quê? E uma última, que nas Diretrizes Orçamentárias seja possível pensar a diversidade da Universidade e as carências diversas de cada área, setores e Unidades, porque senão isso aqui assim posto, lesa mais uns do que outros." **Cons. Paulo Inácio de Knegt López de Prado**: "Farei uma sugestão de encaminhamento para as próximas discussões de Diretrizes Orçamentárias e duas propostas de destaque. A sugestão é que nos fosse encaminhado, junto a esta proposta de Diretrizes, a exemplo do que o Conselho já faz quando há qualquer proposta de mudança estatutária, um quadro detalhando o que foi mudado; e, no caso, como todas as Unidades foram consultadas a respeito das Diretrizes de 2018, que também se indique nesse quadro de onde veio essas propostas de alterações. Isso facilitaria muito o trabalho de todos nós, conselheiros e conselheiras, de avaliar o que está sendo proposto, porque um dos itens a avaliar, evidentemente, é o que está sendo mudado. Solicitei isso à Secretaria Geral, entendo que não houve tempo hábil para tanto, mas gostaria de deixar aqui a observação de que com um pouco mais de tempo seja possível encaminhar isso aos conselheiros, pois ajudaria sobremaneira o nosso trabalho. Fica a sugestão para as discussões de Diretrizes Orçamentárias do futuro. Começarei com os textos das minhas propostas de destaque e gastarei o restante do tempo justificando-as. A primeira proposta de destaque está no item de Pessoal e Reflexo, onde se lê: 'A dotação de Pessoal será atribuída com base nos salários vigentes em setembro de 2017', proponho que se retorne à redação das propostas de Diretrizes Orçamentárias do corrente ano, onde se lê: 'A dotação para Pessoal será atribuída com base nos salários vigentes em setembro de 2017 e nas projeções detalhadas nas memórias de cálculo' - faz referência a um anexo, que será parte integrante da proposta orçamentária. A segunda proposta de destaque é o item 6 das Diretrizes Gerais, onde se lê: 'A COP e a APO deverão apresentar, ao Conselho Universitário, a proposta de modelo provisório do planejamento plurianual, em atendimento ao Capítulo VII da Resolução 7344', leia-se: 'A COP deverá apresentar, ao Conselho

Universitário, a proposta de modelo provisório do planejamento plurianual, em atendimento ao Capítulo VII da Resolução 7344'. Justificando cada um desses destaques, no primeiro caso entendo que a memória de cálculo que estava presente nas Diretrizes Orçamentárias do corrente ano fornece uma série de elementos importantes para dar transparência à proposta. Entendo que ela não é uma peça orçamentária, ela contem valores, mas entendo que esses valores são um exercício de cálculo de aproximação para se ter uma ideia de quanto irá ser gasto em cada uma das alíneas de despesa, mas ela detalha muito mais a pretensão desses gastos, do que podemos ver na atual proposta, por exemplo: quanto irá se gastar com a eventual contratação dos 150 novos docentes, RDIDP; quanto se gasta com auxílio alimentação ou com vale refeição e quanto se economiza, no caso, na proposta atual também está detalhado; outra informação importante é quanto se economizou com o PIDV, reiterando que não entendo isso como uma peça orçamentária, não estou esperando valores exatos, mas sim no espírito de memória de cálculo que foi utilizada para compor a diretriz, isso justifica a primeira proposta de destaque. A segunda proposta de destaque, que pelo nosso Estatuto, no artigo 22, está claro que a atribuição de elaborar as Diretrizes Orçamentárias da Universidade é da COP, entendo e recebo positivamente a criação de uma Assessoria de Planejamento Orçamentário na Universidade, mas entendo que como assessoria, ela pode assessorar a COP, a Reitoria, a CODAGE, mas vejo com preocupação que esteja constando na nossa Diretriz Orçamentária uma atribuição que estatutariamente pertence à COP. Na mesma maneira fui consultar a Portaria que criou essa Assessoria e há ali atribuições também de acompanhar e orientar o processo de elaboração e execução orçamentária em todos os seus níveis, quando no artigo 23-A do nosso Estatuto, essas são atribuições da Controladoria. Então, por fim, peço esclarecimento sobre qual o entendimento, talvez do Controlador Geral e do Magnífico Reitor, das diferentes atribuições que competem a essas três instâncias tão importantes para o planejamento orçamentário da nossa Universidade, a saber: a COP, a Controladoria e a recém-criada Assessoria de Planejamento Orçamentário. Aproveito para, também, indagar qual a composição dessa Assessoria - só sei que

é presidida pelo Vice-Coordenador da CODAGE - e pedir que todos os dados referentes a esta Assessoria estejam logo disponíveis na página do Gabinete do Reitor, porque ainda não estão." **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka**: "Quero fazer uma sugestão nas Diretrizes Gerais, na página 11, para incluir um item, entre o item 2 e o item 3, ele começa exatamente como o item 2: 'Dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS' - e aí eu agrego – 'e dos ajustes financeiros realizados em 2018, realizar o reajuste salarial anual dos recursos humanos da USP'. Entendi, pela própria fala do Senhor Reitor, que esta colocação das 150 contratações estaria dependendo desta condição. Se é uma condição dependente, gostaria que a Diretriz Orçamentária de 2018 também contemplasse a possibilidade de que além do comportamento da arrecadação e dos ajustes financeiros que possam ser possíveis nos gastos, também seja contemplado o reajuste salarial anual dos servidores da USP." **Cons. Marcelo Urbano Ferreira**: "Antes, tenho que confessar o meu total conflito de interesse nessa questão. Formei-me na Faculdade de Medicina em 1988, fui usuário do Hospital Universitário como aluno, passei seis meses do meu sexto ano lá, foi lá que aprendi a fazer parto, foi lá que aprendi a fazer cirurgia sem a intermediação do residente; na minha época não havia médicos residentes no HU, ficavam os alunos internos junto com um médico assistente experiente, funcionário da USP treinado para atividades docentes e assistenciais. Minha filha mais velha nasceu no HU, quem fez o parto foi um colega meu de turma, então, tenho total conflito de interesse. Em nome desse conflito de interesse apresentarei a minha proposta para as Diretrizes Gerais, que é essencialmente a seguinte: semelhante à proposta que já foi feita, mas com um pequeno adicional, para o item 1 a minha proposta é suprimir este item. E no item 2, quando se fala: 'Dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS, contratação de 150 novos docentes', acrescentaria: 'e de servidores técnicos e administrativos, com priorização do Hospital Universitário'. Quero deixar claro que essa é uma proposta condicionada ao comportamento da arrecadação, não é uma proposta absolutamente desvinculada da realidade financeira da Universidade. Gostaria de dizer mais duas coisas em relação ao Hospital Universitário. O Prof. Krieger levantou uma questão

extremamente importante aqui, 6% do orçamento do HU vem do SUS, o resto todo da USP, desculpe a palavra, mas isso é um escândalo. Há muitos anos a Universidade de São Paulo não consegue cobrar do SUS o ressarcimento devido das atividades do HU. O Hospital das Clínicas tem 25% do seu orçamento pago pelo SUS, o HU só atende SUS, teria que ter um ressarcimento muito maior. Essa é uma fonte de financiamento para o Hospital Universitário, isso paga parte da reposição, mas tem que ir atrás. O senhor desconhece como funciona o Hospital das Clínicas, a Fundação Faculdade de Medicina tem toda uma estrutura, um departamento inteiro que vai atrás do ressarcimento do SUS e consegue muito mais. Lembrando que o Hospital Universitário é um Hospital Escola, a tabela SUS para Hospital Escola é muito maior do que a tabela SUS para um Hospital Geral, sem essa atividade essencial. Vamos reconhecer muito sinceramente, do ponto de vista de governança, o HU não está em uma posição adequada, e não é de hoje. Não estou culpando os gestores atuais, mas existe sim, a fonte de recurso é questão de ir atrás dela. O que me assusta é que essa informação que até o Prof. Krieger levantou - olha os meus colegas da Medicina não conheciam essa informação, faz três anos que existe no porão da Faculdade de Medicina, no Centro Acadêmico 'Osvaldo Cruz', um mural que se chama 'Entendendo a situação do HU' e que destaca os principais aspectos do relatório PróAsa, que é um relatório feito em final de 2014 detalhando a situação do HU, onde estão os problemas do HU do ponto de vista financeiro, isto é público, tem na Internet, aliás eu tenho no meu computador, se alguém precisar. Já se sabe claramente. Não existe excesso de funcionários do HU, mesmo antes do PIDV não havia. Há sete funcionários por leito no HU, isso é um número razoável, aliás inferior à média dos Hospitais Escola em geral. Deixar claro que a proposta de reposição de funcionários do HU não é uma proposta desvinculada da realidade financeira da Universidade, pelo contrário, ela tem que ser casada com uma proposta de melhor gestão financeira e atração de recursos, que são naturalmente devidos ao HU e com isso asseguramos a manutenção das atividades de ensino e assistência na qualidade que o HU tem agora." **Cons. Uriel Engel Piffer**: "Reforço, tanto o destaque proposto pelo professor que me antecedeu quanto pela discente

Mariana Ribeiro. São dois destaques diferentes, acho importante garantir que os dois sejam votados, porque também tem intuitos e objetivos diferentes, de certa forma abordam dois problemas de duas maneiras diferentes. Gostaria, também, de propor um destaque sobre o item 2 das Diretrizes Gerais, que seja incluído o RDIDP na proposta, que se fale das 150 contratações de professores no Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa. É muito importante que se coloque a contratação dos docentes na nossa Diretriz Geral, mas é muito importante que eles sejam em RDIDP, porque a própria política de contratação de temporários vem se mostrando insuficiente, como foi no caso do curso de Relações Públicas da ECA, que já citei na minha primeira intervenção, na qual os estudantes foram obrigados a trancar a matéria obrigatória do segundo semestre da graduação porque não tinha professor para oferecer a matéria. Inclusive, também o fato dos professores serem contratados em RDIDP garante que irão estar a disposição dos estudantes para garantir, tanto auxílio em uma orientação em iniciação científica quanto em qualquer projeto de extensão, que também são igualmente importantes para a nossa formação enquanto estudantes. Por fim, a razão desses destaques tem bastante a ver, inclusive responde uma pergunta que o Reitor me fez depois da minha primeira intervenção, onde se liga a contratação a contratação de técnicos e administrativos com a contratação de docentes, que foram duas coisas que citei. Acho que se ligam justamente porque são coisas que garantem a formação dos nossos estudantes e a excelência acadêmica da Universidade como, tanto a atual gestão quanto a próxima eleita, têm como um dos eixos de prioridade." **Cons.ª Ligia Toneto**: "Gostaria de começar retomando uma fala de um tempo atrás, de que é importante que tenhamos, nos próximos orçamentos, o cuidado de separar 'Outros Custeios' de 'Investimentos', porque é um grande bloco e é muito difícil de entender como é gasto, mas mais que separar, que seja mais transparente a alocação disso entre os gastos, porque é muito difícil saber dentro disso o que irá para Obras, o que irá para Manutenção Predial e o que irá para Permanência. Para se conseguir fazer uma discussão séria de como será esse orçamento, de como serão as Diretrizes Orçamentárias da nossa Universidade, é importante entender que nesse componente tão grande

tenha um pouco mais de transparência para se fazer uma discussão melhor, de que, por exemplo, no próximo período haja uma necessidade de aumentar os gastos em permanência e consiga ser melhor debatido, dando uma melhor transparência do orçamento de uma maneira geral. Gostaria de fazer coro à proposta da representante discente Mariana Ribeiro, porque, de fato, é importante que consigamos fazer uma pressão junto ao Governo para que haja mais investimento no HU. E que consigamos cumprir com isso, mas por outro lado é muito difícil que aqui, definindo as Diretrizes Orçamentárias, amarre o nosso orçamento a não investir nisso caso não haja investimento do Governo do Estado. Então, que consigamos ter um precedente, para que não fechem mais áreas como a pediatria, para que não corramos o risco de que, no próximo ano, fechem mais áreas e tenham alunos de Medicina se formando sem passar por todas as áreas, por todas as especificidades. Não é uma questão em abstrato, existem áreas do Hospital sendo fechadas hoje que é muito prejudicial para o ensino. Que consigamos, por meio desse destaque, uma segurança que caso não tenhamos um investimento, haja um espaço na USP para se fazer essa discussão para garantir a qualidade do ensino, porque de fato alguém paga a conta, mas se não é verdade que seja o Governo do Estado, nós, da Universidade, que somos comprometidos com uma universidade pública, gratuita e de qualidade e, para isso, dependemos do HU servindo ao ensino. Que tenhamos essa segurança e que levem em consideração, quando da votação dos destaques, a importância do HU no ensino e na qualidade da graduação dos nossos estudantes de Medicina."

Cons. Marcos Nascimento Magalhães: "Meu primeiro destaque é a supressão do item 1. Não acho adequado criar uma camisa de força de não contratação de funcionários de um lado e contratação de professores do outro lado. A Universidade precisa se unir e é importante que não haja um tom tão claro como esse de discriminação em relação aos funcionários. Sobre possibilidade de contratação, acho que o Cons. Marcelo Urbano fez uma formulação bastante adequada, inclusive com relação à questão do HU. Minha primeira proposta então é retirar esse item 1. Há uma questão que gostaria de mencionar: é que o crescimento nominal do orçamento da USP é de 5,34%. Parece-me que em um

momento como esse é extremamente inadequado termos um aumento de custeio que é da ordem de 5,14% enquanto que o de pessoal é menos 0,11%. Acho que isso é uma péssima sinalização para o mais importante recurso que temos na Universidade, que é o recurso humano. Então é dado mais reajuste nominal ao custeio e negativo ao pessoal. O que ocorre quando já se está há alguns anos sem reajuste? As contas de luz, do aluguel, do seguro saúde, do seguro do automóvel, entre várias outras, terão reajustes e nós não teremos sequer a mesma coisa que terá o custeio. De forma que uma proposta de destaque é a inclusão da seguinte frase: 'Pessoal e custeio devem ter o mesmo crescimento nominal no orçamento de 2018.' O mesmo, e pode ser que seja zero, mas que seja o mesmo. É preciso sinalizar com clareza que pessoal é importante na Universidade, porque senão não vamos reverter a questão desta famosa crise, que para alguns é do lado de cá e para mim, é uma crise de financiamento do Estado em relação às questões sociais de saúde ou de educação, etc. Por fim, não resisto em colocar uma diretriz que colocamos no ano passado, porque ela foi aprovada no ano passado e que seja aprovado também este ano: o preenchimento de todas as vagas ociosas nas creches da USP." **Cons. Luiz Gustavo Nussio:** "Assisti atentamente a todos os colegas que se manifestaram e vejo que temos alguns riscos em relação à decisão que faremos daqui a pouco. O primeiro deles é a perda de unicidade dentro da Universidade, quando passamos a sugerir que Unidades mais velhas ou maiores sejam tratadas de forma diferente. Tenho certeza absoluta que qualquer dirigente que aqui está poderia usar de sua capacidade de enaltecer os méritos da sua Unidade de Ensino, e poder provar para cada um de nós que haveria, sim, prioridade em fazer uso de recursos para essa ou aquela Unidade. Por isso confio no trabalho da COP, e ainda que nossa Unidade tenha passado e venha passando por restrições importantes, todos os dias nós utilizamos de otimismo e ajudamos a construir a notoriedade desta Universidade. Penso que não podemos usar de uma política discriminatória e sobretudo utilizar de um discurso circunstancial de que há situações mais ou menos graves. Eu poderia apresentar um conjunto de ameaças importantes e graves à nossa Unidade, mas que estamos usando de dispositivos de governança

para superá-los, e acho que estamos fazendo isso bem. Então minha fala vai no sentido de que nos mantenhamos alinhados a essa proposta oferecida pela COP e que busquemos, além desse trabalho de diretrizes orçamentárias, uma estimulação ativa à captação de recursos a parcerias público-privadas. Essa é uma fala que não ouvi aqui hoje. Estamos todos trabalhando para dividir o bolo, mas não ouvi ninguém falando em aumentar o bolo. Essa é a única maneira, como é feito em vários países, por isso vejo que essa é uma maneira que poderíamos nos dedicar, para que no próximo ano aqui estivéssemos sem o risco de estarmos excluindo este ou aquele, esta ou aquela atividade da Universidade. Obrigado."

Cons.ª Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva: "Esta é minha primeira reunião e é uma bastante importante. Quero contribuir com a seguinte posição: penso que a primeira diretriz geral é muito chocante e nos coloca em uma posição difícil, pois começar uma frase com a palavra 'suspensão' ao invés de colocar, por exemplo, zelar pelo equilíbrio no orçamento e buscar um saldo positivo nas aplicações; isso seria muito mais nobre do que começar uma frase como 'suspender as contratações'. A segunda coisa extremamente importante na ordem é assegurar as despesas, como por exemplo, com limpeza, com vigia, com odontologia, com restaurante, porque senão não funcionamos. A terceira posição seria: caso haja uma boa arrecadação do ICMS ou de busca de outros fundos, como foi comentado pelo Cons. Nussio, poderíamos contratar novos professores, novos funcionários. Poderíamos fazer uma aplicação da verba com saldo positivo em diagnósticos em relação a 'o que é preciso para essa Universidade' - são médicos, são estruturas, qual é o quadro de diagnóstico e qual é a ordem prioritária? Então este item se desdobra nesta classificação, que considero que é resultado da avaliação do que fizemos no ano anterior. O que fizemos com as diretrizes orçamentárias do ano anterior e quais foram os resultados e, portanto, onde vamos fazer esta aplicação. Em seguida, vamos contar com a Assessoria de Planejamento Orçamentário para a monitoria do uso da verba ou do orçamento, ou seja, esta equipe é colocada para nos ajudar - do jeito que está parece que vamos ser fiscalizados de uma maneira muito forte, não é isso, vamos contar com a Assessoria para vencer ou atender as diretrizes. E por último, vamos ter a

proposta de um modelo provisório de planejamento. Então, acho que a ordem das coisas também poderia ser avaliada, porque de início, se não tivermos a proposta de zela pelo equilíbrio que tanto estamos buscando - e ainda há itens em negativo - esta tem que ser nossa primeira meta: tornar todos os índices positivos e garantir o trabalho nesta Universidade com dignidade - restaurante, vigilância, etc. E número três, se a arrecadação ou outros fundos se aportarem à Universidade, temos um mundo de coisas a fazer, que são todos esses apontamentos que estão sendo feitos durante a reunião, e para fazer o estabelecimento de quem será atendido, a Universidade terá um diagnóstico geral, que irá nos ajudar, tanto na questão do Hospital como na questão das creches, como na questão de cada Unidade. Gostaria que esta ordem fosse avaliada. As prioridades, negativas e a questão da imposição não permitem que vejamos uma condição boa para o trabalho futuro que já tem desafios bastante grandes. E a negatividade dessas contas tem que sumir. Obrigada." **M. Reitor**: "Contrariamente ao ano passado, tivemos uma hora e meia de discussão das Diretrizes Orçamentárias, o que reafirma o que já disse insistentemente aqui: que esta gestão trouxe o centro das decisões para o Conselho Universitário e não mais está na mão privativa do Reitor. Esta é a grande diferença. Farei um breve comentário das várias coisas que foram faladas, mas é mais a título de esclarecimento. A Assessoria de Planejamento Orçamentário foi aprovada pelo Conselho Universitário quando da aprovação dos Parâmetros de Sustentabilidade Financeira, portanto ela foi criada para atender o que estava lá proposto e, de certa forma, criar uma dinâmica diferente daquela que vinha ocorrendo nos anos passados em relação a quem encaminha a proposta orçamentária. Não é a COP, ela analisa a proposta orçamentária, que é originada na Assessoria de Planejamento Orçamentário. A segunda coisa é que devemos lembrar que o reajuste de vencimentos é algo que todos desejamos - eu até mais do que muitos que estão aqui, porque tanto eu como minha esposa dependemos desses vencimentos. E além do que ouço aqui durante a semana, no final de semana eu ouço a queixa dentro de casa. É óbvio que desejamos isso e nada mais natural nos parece do que dizer: 'de quanto foi a inflação? De 5%? Então pelo menos 5% tem que ser, porque se não for isso,

estamos sofrendo uma redução de salário.' Parece lógico, mas não é. Por quê? Porque precisamos de dinheiro para pagar o reajuste. Não basta a vontade de pagar, precisa ter dinheiro. E o dinheiro é consolidado do outro lado do livro caixa, está nas entradas, ou seja, nós, prudentemente, quando aprovamos os parâmetros de sustentabilidade financeira, aprovamos que os nossos reajustes salariais estariam vinculados ao aumento da receita do ano anterior, não à inflação. E não há outra maneira de fazer, porque se tivermos uma inflação de 20% e uma queda de receita de 20%, ninguém neste mundo fará o milagre de criar 40%. Não tem jeito, o nosso vínculo, por mais que nos deixem intranquilos e até um pouco revoltados, é que dependemos daquele dinheiro disponível. Pode parecer uma coisa abstrata, mas não é. Aqueles que leram a entrevista com o Reitor da UNESP nesta semana sabem que não estamos falando em coisas abstratas, estamos falando da Universidade que entre as três, chegou ao limite da sua capacidade de pagar. E ele diz que não sabe como vai pagar o décimo terceiro salário. O Governo tem que repor. Como? Qual é a força que temos para ir lá e fazer com que coloquem dinheiro? Podemos solicitar, podemos argumentar, podemos tentar convencer, mas seguro mesmo é aquilo que nos veem através das transferências do Tesouro mais aquilo que nós temos no banco, o restante é pleito, é demanda, que se for atendida, melhor, mas enquanto não for atendido, gastar por conta, penso que não é uma boa ilusão; nós já vimos onde isso nos leva. Então, realmente, prever reajuste com meses de antecedência da data base, falar em números concretos nesse momento em que a economia está sofrendo tanta modificação seria, no mínimo, irresponsabilidade. E este Conselho tem se pautado, ao longo do tempo, por ser responsável e prudente. Portanto, acho que sim, o pessoal é a coisa mais importante que temos na Universidade. É tão importante, que durante quatro anos me preocupei em garantir o salário de todos que estão na Universidade. E garantimos, apesar da tempestade que atravessamos. A busca de fontes adicionais de receitas é indispensável. Podem fazer discursos - quantos discursos quiserem -, mas esta terá que ser buscada. Estou fazendo uma avaliação de quem não terá mais a responsabilidade de, no próximo ano, garantir o pagamento de salários: este é um perigo que, neste

momento, não corremos. Temos, sim, um aparente equilíbrio - muito tênue, mas temos. Agora, expansão, novos programas, ampliação, isto exigirá a busca de recursos adicionais, que não precisam ser na forma como alguém apontou aqui hoje, de suprimir o ensino universitário gratuito - não precisa - existem fontes e maneiras. E mesmo as universidades do exterior que cobram, têm uma parcela muito reduzida de seu orçamento derivada dessa fonte de receita. Esta não é a principal fonte de receita das universidades no exterior que cobram. Elas cobram mais por justiça social do que para terem uma fonte importante de financiamento. Feitas estas considerações, colocarei em votação, em primeiro lugar - como sempre fazemos - a proposta da COP." O conselheiro André Singer solicita um esclarecimento. **Cons. André Vitor Singer:** "O Reitor fez uma consideração agora de que qualquer reajuste tem que ser condicionado ao aumento da receita. Se entendi bem a proposta do Cons. Oswaldo Tanaka, ela diz exatamente isso: 'se houver aumento de receita decorrente do ICMS, será considerada a possibilidade de reajuste.' Meu pedido de esclarecimento é no sentido de saber se há incompatibilidade com o que o Reitor falou e a proposta do Cons. Tanaka." **M. Reitor:** "Não há, absolutamente, mas também não podemos nos esquecer que esta orientação já foi feita por este Co, quando votou os parâmetros de sustentabilidade financeira." **Cons. André Vitor Singer:** "Se me lembro bem, acho que o Reitor tem toda razão..." **M. Reitor:** "Tem até um cálculo numérico em relação aos repasses orçamentários do ano anterior." **Cons. André Vitor Singer:** "Posso estar equivocado, mas me parece que foi feita uma proposta neste sentido, mas seja como for, tenho entendido que se foi feito na proposta de parâmetros orçamentário, ótimo, não haveria mal em repetir. Mas insisto em perguntar se há alguma incompatibilidade entre o que o Reitor falou e a proposta do Cons. Tanaka. Apenas para minha compreensão." **M. Reitor:** "Não creio que haja incompatibilidade, mas não queria analisar isso neste momento, porque acho desnecessário diante do que vou falar em seguida." O Cons. Marcos Magalhães solicita esclarecimentos. **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:** "Não sei se o Reitor se referiu à minha fala em especial ou à fala de outro conselheiro, que já estivesse estabelecendo um reajuste no salário. Gostaria de um esclarecimento

duplo: a minha menção é com relação a montante global gasto pessoal/custeio, foi nesse sentido que fiz o destaque, para que fosse o mesmo. E nesse sentido - quando se coloca a mesma coisa - acho que é um bom sinal de valorização de pessoal. Em segundo lugar, gostaria de saber como vamos proceder - seria um pedido de esclarecimento e uma sugestão. Gostaria que fizéssemos como no passado, vamos votando item por item, como são seis itens, seria rápido e facilitaria, inclusive para anotar os destaques que foram sendo feitos." **M. Reitor:** "Não esclareci ainda porque não tive oportunidade. Assim que comecei a tratar da votação, fui assediado por questões de esclarecimentos e, portanto, não tive oportunidade de apresentar qual será o procedimento que faremos. Como já foi dito, houve várias propostas de modificação das diretrizes do orçamento e, obviamente, questionaram-me se há conflito disto com aquilo ou se é ou não uma boa proposta, e obviamente, isto demanda tempo e análise - e particularmente, análise por parte da Assessoria deste Conselho no que diz respeito às questões orçamentárias e patrimoniais, e à COP. Portanto, procederemos à votação da proposta como veio aprovada pela COP, como sempre fazemos. Em seguida, suspenderemos esta discussão, a COP analisará cada um dos destaques e votaremos futuramente. É o procedimento padrão neste Conselho, que se mostrou extremamente útil ao longo de dois ou três anos que temos adotado, passando por modificações extremamente complexas, grandes conflitos e funcionou bem; é o sistema parlamentar que está funcionando bem até agora. Portanto, vamos colocar em votação o texto base, os destaques serão votados depois. Não se vota destaques antes do texto base, porque se ele for rejeitado ele terá que ser refeito." O Cons. Bruno Sperb solicita esclarecimento. **Cons. Bruno Sperb Rocha:** "Tenho o mesmo entendimento de que é o procedimento padrão do Conselho Universitário, tem sido sempre assim de se votar primeiro o texto base e depois os destaques, mas me parece que não é verdade que sempre e sequer prioritariamente, pelo menos não neste assunto, a votação ser na reunião seguinte, especificamente na aprovação das Diretrizes Orçamentárias referentes a 2017, no fim de 2016. Estou bastante seguro, porque me lembro da votação do assunto das vagas ociosas das creches, e votou-se o texto base e em seguida

procedeu-se a votação de cada um dos destaques. Na verdade, é assim que tem sido feito e esta tem sido a tradição do Conselho Universitário em relação a este tema. Quero fazer uma moção e reivindicar que assim seja feito hoje." **M. Reitor:** "Não é a tradição deste Conselho. Ocorreu uma vez e é privilégio do Presidente decidir como se dará o encaminhamento da votação. Portanto, está em votação o parecer da COP que aprova as Diretrizes Orçamentárias, sem prejuízo da análise dos destaques." A Cons.ª Paula Masulk solicita esclarecimentos. **Cons.ª Paula Faria Masulk:** (questão de ordem) "Dadas as falas que tivemos hoje, tanto dos estudantes como de funcionários e professores, a respeito da importância desse debate sobre o Hospital Universitário, gostaria de propor que esta votação dos destaques seja feita hoje e que antes fosse, pelo menos, consultados os conselheiros presentes se eles gostariam que a votação fosse feita hoje ou na próxima reunião. Muitas falas foram feitas nesse sentido, o debate foi feito, foi colocada a opinião de muitos professores que estão insatisfeitos com a situação e acho que seria mais democrático ouvir os conselheiros se gostaríamos que os destaques fossem votados hoje ou na próxima reunião, e não decido pela Mesa." **M. Reitor:** "Vamos colocar o texto básico em votação." Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim= 67 (sessenta e sete); Não = 19 (dezenove); Abstenções = 8 (oito); Total de votantes = 94 (noventa e quatro). É aprovado o parecer da COP, favorável às Diretrizes Orçamentárias da USP para 2018, sem prejuízo de destaques. **M. Reitor:** "Os destaques serão analisados pela COP, são destaques complexos que exigem manifestação técnica e serão votados em uma reunião extraordinária na terça-feira próxima, dia 28 de novembro, às 10h30. É uma reunião apenas para votação dos destaques, sem expediente, sem nenhum outro assunto em pauta. Com isto cabe à COP, ao seu Presidente, organizar uma reunião da Comissão para análise e parecer dos destaques apresentados." seguir, o **M. Reitor** passa ao **Item 2 - ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE PROTOCOLADO 2015.5.225.76.6 – INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS**. Proposta de alteração do Regimento do Instituto de Física de São Carlos. - Ofício do Diretor do IFSC, Prof. Dr. Tito José Bonagamba, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, encaminhando a proposta de alteração do

Regimento da Unidade, aprovado pela Congregação em 04.08.2017 (08.08.17). - **Parecer da PG**: sugere que seja mantida a redação no §2º do artigo 4º e do §2º do artigo17, referente a mandatos de representantes discentes na Congregação e Conselho de Departamento. Sugere que seja excluído o trecho "admitida a subdelegação às Comissões a competência para apreciar o mérito dos convênios", no inciso III do artigo 7º. Com relação à competência atribuída à Comissão de Graduação, inciso XVIII do artigo 13, sugere suprimir esse inciso. Alerta que houve supressão de incisos sem que fosse realizada a renumeração e as devidas adequações às remissões correspondentes. Devolve os autos à Unidade para que realize as adequações sugeridas (04.09.17). - Ofício do Vice-Diretor em exercício do IFSC, Prof. Dr. Richard Charles Garratt, à Área Acadêmica da Procuradoria Geral, encaminhando a proposta com as correções propostas e informando que, com relação ao inciso XVIII do artigo 13, a partir de 2017 as disciplinas oferecidas pelo IFSC passaram a ser interdepartamentais e visto que elas não são diretamente ligadas a um departamento, os recursos passaram a ser analisados pela CG, sendo este então o órgão equivalente mencionado no §1º do art. 81 do Regimento Geral da USP (11.09.17). - **Parecer da PG**: analisada a proposta, observa que, com exceção ao item 7, foram adotadas todas as demais recomendações do parecer anterior. Com relação à alteração proposta ao item 7, referente ao inciso XVIII do artigo 13, cita a justificativa encaminhada e encaminha os autos para apreciação da CLR (03.10.17). - **Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho, favorável à proposta de alteração do Regimento do Instituto de Física de São Carlos (18.10.17). - Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Ninguém querendo fazer uso da palavra, passa-se à votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 72 (setenta e dois) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 7 (sete) votos; Total de votantes = 79 (setenta e nove). É aprovado o parecer da CLR, favorável à proposta de alteração do Regimento do Instituto de Física de São Carlos. Ato seguinte, o M. Reitor passa ao **Item 3 - AFASTAMENTO DOCENTE PROCESSO 2013.1.518.33.0 – VÂNIA CARNEIRO DE CARVALHO.** Pedido de afastamento da docente Vânia Carneiro de Carvalho, por um período de 90 dias (01.09.17 a

29.11.17), nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Portaria GR 6891/2017. - Justificativa encaminhada pela docente Vânia Carneiro de Carvalho, esclarecendo que o pedido de afastamento é para que participe de um estágio de pós-doutoramento, a convite do Institut nacional de l'histoire de l'art (INHA), em Paris (04.07.17). - Pedido de Afastamento para viagem ao exterior por mais de 30 dias, aprovado pela CERT e publicado no D.O de 18.07.17. - **Parecer da PG**: manifesta que a documentação constante dos autos atende aos preceitos da Portaria GR 6891/2017 e demais normas universitárias, podendo ser submetido à apreciação do Co, com sugestão de deferimento do afastamento da interessada, sem prejuízo de vencimentos e das demais vantagens, pelo período de 90 dias, sem a cessação do pagamento da verba de representação relativa ao mandato de Vice-Diretora do Museu Paulista (08.08.17). - **Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Victor Wünsch Filho, favorável ao afastamento da docente Vânia Carneiro de Carvalho, pelo período de 01.09.2017 a 29.11.2017, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Portaria GR nº 6891/2017 (20.09.17). Ninguém querendo fazer uso da palavra, passa-se à votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 80 (oitenta) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 8 (oito) votos; Total de votantes = 88 (oitenta e oito). É aprovado o parecer da CLR, favorável ao afastamento da docente Vânia Carneiro de Carvalho, pelo período de 01.09.2017 a 29.11.2017, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Portaria GR nº 6891/2017. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **Item 4.1 - PROCESSO 2017.1.240.39.5 –BRUNO GUALANO.** Recurso interposto pelo Professor Bruno Gualano contra decisão da Congregação da Escola de Educação Física e Esporte, que indeferiu seu pedido de transferência para a Faculdade de Medicina. - Ofício do Prof. Dr. Bruno Gualano, docente do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano da EEFE, à Chefe do citado Departamento, Prof.ª Dr.ª Edilamar Menezes de Oliveira, solicitando sua transferência para o Departamento de Clínica Médica, da Faculdade de Medicina (30.01.17). - Memorando da Professora Titular da disciplina de Reumatologia da FM, Prof.ª Dr.ª Eloisa Bonfá, à Chefe do Departamento de Clínica Médica da FM, Prof.ª Dr.ª Rosa Maria Rodrigues Pereira, consultando sobre a possibilidade de

autorizar a transferência sem permuta, do Prof. Dr. Bruno Gualano para a disciplina de Reumatologia do Departamento de Clínica Médica, justificando sua solicitação (consta no documento um ciente e de acordo) (26.01.17). - Ofício da Chefe do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano, ao Prof. Dr. Bruno Gualano, informando que o Conselho do Departamento, em 09.02.2017, decidiu indeferir a solicitação de transferência para a Faculdade de Medicina, justificando a decisão (13.02.17). - Recurso interposto pelo Prof. Dr. Bruno Gualano contra a decisão do Conselho do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano, que indeferiu seu pedido de transferência (16.02.17). - Ofício da Chefe do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano ao Prof. Dr. Bruno Gualano, informando que o Conselho do Departamento indeferiu seu pedido de reconsideração da decisão de 09.02.2017, justificando a decisão (06.04.17). - **Parecer da Congregação da EEFE**: indefere o recurso interposto pelo Prof. Dr. Bruno Gualano sobre sua solicitação de transferência para a Faculdade de Medicina, por entender que não foram apresentados fatos novos em relação ao pedido anterior (13.04.17). - Recurso interposto pelo Professor Bruno Gualano contra decisão da Congregação da Escola de Educação Física e Esporte, que indeferiu seu pedido de transferência. Solicita que seja provido o recurso e autorizada a transferência de Unidade para o recorrente (26.04.17). - **Parecer da Congregação da EEFE**: acolhe o parecer do relator, Prof. Dr. Go Tani, contrário ao provimento do recurso (08.06.17). - **Parecer da PG**: esclarece que a transferência de docente de unidade é um ato complexo e demanda manifestação favorável dos respectivos Conselhos de Departamentos e das Congregações envolvidas. Não há hierarquia ou sobreposição entre as deliberações dos referidos órgãos. A Congregação, nessa situação, atua como instância recursal, incumbe a ela tão somente a análise de eventual nulidade (vício) da decisão do Conselho de Departamento, e não o seu acerto ou desacerto (mérito). Caso contrário, a transferência não se daria pela união de vontades, mas apenas por uma delas, a da Congregação. A justificativa do indeferimento do pedido foi dada pelo Conselho do Departamento, tratando-se de claro juízo de conveniência e oportunidade, que não comporta revisão pela PG, sob pena de se

imiscuir nas escolhas da Administração, substituindo a sua vontade. Aponta aspecto formal relevante: a decisão encontra-se fundamentada. Destaca outro ponto: defeito na formação do ato. O interessado alega que haveria descompasso entre o motivo real e o exposto pelo Departamento. Em tese, o fato poderia acarretar a reforma: falso motivo contamina o ato administrativo, mas para tanto, haveria de existir prova robusta, de inequívoco vício na manifestação de vontade dos membros do colegiado, pois dotada de presunção de legitimidade e veracidade. Não evidenciado, a decisão deve prevalecer. A questão de assédio moral alegada deve ser apurada de imediato e consta nos autos que a Unidade já instaurou sindicância e foi aberto processo administrativo (29.06.17). **- Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Victor Wünsch Filho, contrário ao recurso interposto pelo interessado (16.08.17). **- Parecer do Co**: retira os autos de pauta e concede vistas aos Conselheiros: Bruno Sperb Rocha, Marcelo Urbano Ferreira, Marcos Nascimento Magalhães, Oswaldo Yoshimi Tanaka e Paulo Inácio de Knegt López de Prado (26.09.17). - Manifestação de vistas dos Conselheiros Marcelo Urbano Ferreira, Marcos Nascimento Magalhães e Paulo Inácio de Knegt López de Prado. **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: "Esse é um caso inusitado. Nunca tinha visto algo parecido em quatro anos que estou como Presidente da CLR. Trata-se de uma transferência de um professor, nosso colega, da Faculdade de Educação Física e Esporte, para a Faculdade de Medicina. A Faculdade de Medicina e seu respectivo Departamento aceitam a transferência, mas como se trata de um ato administrativo complexo, há também a necessidade da Unidade de origem autorizar a ida deste professor para a outra Unidade. E ocorreu que o Departamento de origem não autorizou uma justificativa absolutamente plausível. E é por essa razão que não há possibilidades - os pareceres foram todos contrários - pois se exige a convergência de vontades. Tanto a Unidade de origem, no caso a Escola de Educação Física e Esporte quanto a Unidade destinatária, a Faculdade de Medicina, deveriam ter uma simetria de vontades, o que não se denota. E é exatamente por essa razão que a CLR, acompanhando o parecer da Procuradoria Geral, opinou por unanimidade no sentido de que o recurso não merece provimento. Estou à disposição para qualquer

esclarecimento." **M. Reitor**: "Há inscritos para defender um lado ou outro. Pergunto se há alguém que quer fazer algum esclarecimento com o Presidente da CLR." **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: "Quero apenas frisar que os requerimentos estão absolutamente de acordo com a legislação que se aplica, é expresso no Regimento que há a necessidade da convergência de vontades nesse particular. Exatamente por essa razão é que os pareceres são contrários." **M. Reitor**: "Na Faculdade de Medicina houve aprovação no Conselho Departamental e na Congregação?" **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: "Apenas no Conselho Departamental. Não passou na Congregação. (comentários fora do microfone) Passou? Não, isso foi na Educação Física. No recurso sim. O recurso foi para a Congregação e a Congregação da Faculdade de origem, a qual o professor que pretende ir para a Faculdade de Medicina faz parte, votou contra, exatamente porque o próprio Departamento, no âmbito da Escola de Educação Física e Esporte negou, indeferiu o pedido dele." **M. Reitor**: "Portando, Professor Tucci, só para meu esclarecimento, a votação na Congregação da Escola de Educação Física e Esportes foi em grau de recurso. Ou seja, o Conselho Departamental negou, houve o recurso, subiu para instância superior - a Congregação - onde foi denegado o recurso." **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: "Perfeitamente. E de lá o recurso veio para o Conselho Universitário." **Cons. Paulo Inácio de Knegt López De Prado**: "Começo agradecendo pela concessão do pedido de vistas, que me deu a oportunidade de contribuir com um tema tão relevante e sensível para a nossa Universidade, tanto para as pessoas como para as instituições envolvidas. No meu parecer, começo com um histórico bem detalhado dos acontecimentos, conforme relatados em documentos oficiais, principalmente no relatório da comissão sindicante, que avaliou a possibilidade de existência de assédio. Não vai aí nenhum juízo de valor, apenas tentei historiar os fatos, e nesse histórico muito brevemente, em novembro de 2015 veio ao conhecimento de um professor da Escola de Educação Física e Esporte que um colega seu - o requerente - fez denúncias à Procuradoria da USP, que ensejou a abertura de uma comissão sindicante para apurar o uso indevido de equipamentos, e ensejou também uma ação no Ministério Público ora em

andamento. Depois disso, algum tempo depois, em virtude dos fatos que se seguiram, houve abertura de outra comissão sindicante, para apurar o assedio moral praticado contra o denunciante, que é o principal argumento do denunciante para solicitar a transferência. Todas as ações relatadas no histórico foram, a princípio, entendidas, pela comissão sindicante, como ações que configuram possibilidade de assédio moral contra o denunciante. Em virtude disso, instalou-se um processo administrativo, ora em andamento, para averiguar a existência e a responsabilidade dessas ações de assédio. Passarei a ler minha apreciação, que é a parte que mais interessa. Obviamente não é uma apreciação do ponto de vista legal ou normativo, mas uma apreciação do ponto de vista de um professor da Universidade, avaliando riscos que a Universidade corre tomando uma decisão ou outra com relação a esse pedido de transferência. Para isso, vou usar dois princípios de incerteza. O primeiro é que não podemos afirmar que houve assédio moral alegado, já que a sua apuração com direito a contraditório está em andamento pelo processo administrativo que já mencionei. Por outro lado, os fatos e juízos disponíveis até agora não permitem descartar que o requerente esteve ou ainda está sob assédio moral, decorrente de sua atitude de denunciar atos que julgou ilícitos. A partir desses dois pressupostos, faço duas considerações. A primeira é que não há como negar que houve uma atitude de atos ilícitos, o que é uma atitude pela qual a USP deve ter e demonstrar zelo. Consoante, a comissão sindicante que apurou o uso indevido de equipamento, formada pelos professores Fernando Dias Menezes de Almeida, Walter Colli e Wilson Teixeira, assinala: 'Importante ainda registrar a relevância de que servidores públicos, em respeito aos seus deveres funcionais e aos princípios constitucionais da administração pública, adotem atitude cidadã de denunciar, independentemente do temor contra eventuais represálias corporativas que lhes acarretem prejuízos pessoais e profissionais, possíveis desvios no uso do patrimônio público, ou no exercício de funções públicas propiciando a competente apuração com todas as garantias aos denunciados no devido processo legal.' A possibilidade de represálias, reconhecida no trecho acima, justifica o princípio da proteção aos denunciantes, pelo qual servidores públicos que forneçam informações sobre atos ilegais ou

prejudiciais ao interesse público devem ter proteção especial contra retaliação, perseguição ou discriminação, especialmente, em sua própria instituição. Deve-se notar que este princípio é cautelar, portanto, independe da demonstração da ilegalidade do ato denunciado ou da ocorrência de retaliações. Em uma concepção mais abrangente do mesmo princípio, mesmo que não haja represálias comprovadas, é razoável que uma denúncia com consequências tão graves para um colega crie um ambiente de constrangimento do qual o denunciante deve ser poupado. Um segundo aspecto a considerar é o risco de que o indeferimento deste recurso seja interpretado como manutenção do requerente em situação de assédio moral. Como já assinalei, tal risco depende da confirmação de que houve assédio, o que não podemos afirmar no momento, e tampouco descartar. No entanto, se confirmado o assédio, os danos já terão ocorrido e podem ser de difícil reparação. Frente aos riscos desses danos, e de que a USP seja co-responsabilizada por não tomar as medidas de organização do trabalho que os evitassem, a transferência solicitada torna-se a escolha mais segura para a instituição, posto que os prejuízos ao departamento são reversíveis pela reposição de uma vaga. Cogito que nas circunstâncias deste caso, o pleito do departamento pela reposição da vaga perdida desta maneira terá alta prioridade, assim como a solicitação de substitutos temporários até que a vaga seja reposta e preenchida. Neste sentido, para buscar uma solução negociada, seria conveniente que o Conselho Universitário já autorizasse tais providências." **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka**: "Quero começar pedindo desculpa, pois fui uma das pessoas que pediu vistas ao processo, recebi o processo, li com muito cuidado, mas não tinha a informação de que deveria encaminhar por escrito minha decisão. Quero colocar que li com muito cuidado o processo, com todos os detalhes, inclusive os detalhes da mudança de equipamento, a questão de trancamento da chave, a questão do biotério, e também li sobre a comissão sindicante, que foi referida pelo meu colega. O que entendo é que a USP, como sendo uma organização híbrida, tem duas linhas de organização. Uma linha que é a linha de mando, que está centrada no Departamento, na Congregação e no Conselho, e tem trabalhado com uma estrutura matricial, que permite acompanharmos nossas atividades fim - pesquisa,

graduação e pós-graduação. Identifico que todos os trabalhos, do ponto de vista da estrutura organizacional de passar pelo Departamento, Congregação e, consequentemente, esse Conselho como instância de recurso, foram passadas, e a maioria dos dizeres - principalmente os da própria CLR - baseiam-se em uma visão bastante administrativa e legal do processo. No entanto, acho que temos que reconhecer a excelente carreira do solicitante, que apresenta um projeto de pesquisa intenso, que era um coordenador colaborador do laboratório, e que em um determinado momento, após a queixa, foi proibido de trabalhar, não foi mais permitido que entrasse no laboratório, e foi autorizado, pelo Departamento, a transferência de todos os equipamentos para o Departamento de Reumatologia da Faculdade de Medicina de São Paulo. Consequentemente, todo seu trabalho acadêmico - que é a essência do nosso ofício, e gostaria de compartilhar com vocês, penso que o trabalho do docente na Universidade é um trabalho artesanal, não é um trabalho de produção, mas sim um trabalho intelectual que depende de uma série de condições - foi totalmente transferido para Faculdade de Medicina. Todas as informações contidas no processo dizem que todas as atividades de bloqueio do laboratório foram consolidadas. Paralelamente, gostaria de lembrar alguns movimentos que fizemos. Logo no começo dessa gestão fizemos um movimento de mobilidade acadêmica, e essa mobilidade acadêmica dependia do interesse do docente e do acordo ou da aceitação de quem teoricamente deveria estar aceitando. Depois disso é que reveríamos a reposição. Quero compartilhar a experiência com o Professor Victor, que inclusive na nossa Unidade, a Faculdade de Saúde Pública, fizemos essa mobilidade sem nenhuma restrição, preservando a capacidade do trabalho acadêmico na sua plenitude, tendo em vista que as condições de estrutura são as condições que devem propiciar nossas atividades fim. Cabe lembrar também que nos últimos tempos, na própria Faculdade de Saúde Pública, tivemos mobilidades de docentes entre departamentos, sem que necessariamente tivéssemos nenhuma condicionante da questão da vaga. De tudo que li, considerando todos os detalhes que li da comissão de sindicância, sim, houve um assédio moral comprovado e registrado, no qual se pede a abertura de uma comissão de sindicância administrativa para a pessoa na qual foi

denunciada e que tem processo no Ministério Público. Não há nenhuma condição desse docente desenvolver um trabalho naquele ambiente, que independentemente de quais foram as causas, se tornaram impossíveis. Acho que para preservar nossas atividades fim, que é a capacidade do docente de desenvolver pesquisa, se responsabilizar pelas suas atividades em um local em que ele tenha todas as condições de trabalho, encaminho a esse egrégio Conselho que autorizemos a transferência, para preservação do capital humano, formado e consolidado nesta Universidade, e que sigamos capazes de tentar preservar o capital humano para um processo de trabalho que permita a ele desenvolver toda sua capacidade de potencial de ensino, pesquisa e extensão, no melhor local possível. No ambiente de trabalho da Escola de Educação Física e Esporte, infelizmente, ela foi totalmente cerceada desse nosso colega. Apesar de todas as decisões que estão na linha administrativa da Universidade, proponho que aprovemos a transferência, visando à nossa possiblidade de manter a capacidade acadêmica de pesquisa e de contribuição do docente para a Universidade de São Paulo." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "Esse é um caso crasso, gritante, escandaloso, evidente, não há margem para não se indignar e ter dúvida do que fazer aqui, porque não está sequer em votação a condenação, seja pela apropriação indevida dos recursos da Universidade, seja pelo assédio moral, em que se poderia argumentar que não se pode fazer aqui, pois exige o devido processo, direito de defesa, etc, com o que concordo. O que está em discussão é se há ou não há indícios suficientes para permitir a transferência do professor que denunciou o uso indevido de recursos, a apropriação indevida de recursos, que é motivo de apuração profunda no Ministério Público, motivou o afastamento do denunciado das suas funções pela justiça, que respondeu trancando a sala, botando para fora. A comissão sindicante diz que há indícios claríssimos e evidências fortíssimas de assédio moral e recomenda imediata instalação da comissão processante. Se isso não é indício suficiente, o que seria? Alguém pode argumentar que, formalmente, para aprovar o recurso, esse Conselho Universitário precisa ver vício formal na decisão. É o que diz a Procuradoria Geral. E o que é vício formal na decisão, se não o fato de que o denunciado estava

afastado das funções pela justiça e, presente na reunião que decidiu sobre o pedido de transferência, arguindo contra a transferência. Isso é o mais evidente vício formal da decisão contra a transferência que pode existir. Porque ele já era denunciado pelo desvio de recursos e pelo assédio moral, estava afastado da função pela justiça e estava na reunião clandestinamente, sem assinar a lista de presença, em uma situação que é grotesca, arguindo contra a transferência e, desse jeito clandestino, negou-se o pedido de transferência. Portanto, inclusive do ponto de vista do vício formal, é mais do que evidente o vício formal na decisão contra a transferência do Professor Bruno. Agora, além disso, também há uma questão de conteúdo. É que decidir contra esse recurso é decidir que essa Universidade, com tamanha falta de professores, deve ficar com um professor sem trabalhar, sem poder produzir devidamente, na prática, sendo duramente punido com um cotidiano insuportável e insustentável, por ter denunciado a apropriação indevida e o desvio de recursos da Universidade. É isso que o Conselho Universitário estará decidindo se votar contra esse recurso." **Cons. Igor Galvão de França**: "Venho como representante discente, representando os outros alunos que também estão presentes, pedindo que seja aprovada a transferência do Professor Bruno para a Faculdade de Medicina. Acho que é muito evidente, a partir dos pareceres do pedido de vistas e do que retornou para os Conselheiros, que a questão não é meramente técnica e administrativa, de uma Congregação aprovar ou não, mas penso que o que está em jogo é o caso de um docente da Universidade que está sofrendo com o fato de não poder exercer sua função plenamente, pois está em um ambiente completamente difícil; e pensando um pouco no quadro clínico que vem se agravando dentro da Universidade, tanto com os alunos quanto com professores e funcionários, acho que devemos pensar, sim, no quadro clínico dos nossos professores. E nesse caso é muito evidente. Ninguém consegue permanecer trabalhando dentro de um ambiente 100% tranquilo, e isso provavelmente vai agravar o quadro clínico do nosso professor, podendo gerar no futuro até um afastamento dele da Universidade. Para finalizar, é escandaloso o fato de o Professor Lancha Júnior, que é o acusado, estar presente na Congregação que votou o pedido de afastamento do Professor Bruno.

É muito gritante e é um absurdo que os próprios membros da Escola de Educação Física e Esporte não tenham notado isso, ou se notaram, que tenham feito vista grossa para essa questão. Portanto, como representante discente, apelo para que possamos encaminhar favoravelmente à transferência do professor Bruno à Faculdade de Medicina." **Cons. Marcelo Urbano Ferreira**: "Diferentemente da minha fala anterior, nesse caso não tenho nenhum conflito de interesse. Não conheço as pessoas envolvidas, não tenho absolutamente nenhuma relação íntima com o caso. Aliás, esse caso me chamou a atenção e explico o porquê. Tivemos, no nosso Instituto, um caso de transferência, que inclusive veio ao Conselho - a decisão final foi do Conselho Universitário -, eu era chefe na época e tive que estudar bastante sobre essa questão de transferência e todas as questões formais relacionadas a transferências de docentes. E quando vi esse caso, imaginei que fosse algo que conheço relativamente bem, mas quando li atentamente, percebi que não é uma mera transferência. É um caso extremamente complexo, que envolveu uma exposição enorme da Universidade de São Paulo. A USP apareceu nos noticiários nacionais, como tendo um docente suspenso de suas funções. Enfim, não vou entrar no mérito dessa questão, mas apenas para mostrar que se trata de um caso que assumiu proporções assustadoras e penso ser muito importante discutirmos no Conselho Universitário, porque a Instituição precisa ser preservada. Isso não pode acontecer mais da forma como aconteceu. Acho que tem uma questão formal - perdoem-me entrar no detalhe - que foi o estopim de toda a crise e que ninguém levantou. O professor foi impedido de trabalhar, de ingressar em um espaço público, que é o laboratório dele, que ele compartilhava com outros colegas. Isso é absolutamente irregular, do ponto de vista formal. Não estou me atendo à questão moral ou qualquer coisa assim, mas, do ponto de vista formal, não cabe a um coordenador do laboratório - aliás, esse cargo não existe na Universidade - expulsar um colega. Isso não existe. Isso teria que passar por uma deliberação do Conselho Departamental em primeira instância e, eventualmente, em nível de recurso, na Congregação. Então, o estopim desse processo já é completamente irregular do ponto de vista formal. Agora, vamos discutir a questão de mérito. Sabemos claramente que não cabe ao

Conselho Universitário discutir ou ir contra o mérito de uma decisão tomada por uma Congregação. Podemos discutir os vícios formais. Por que estou levantando a questão de mérito? Por um motivo muito simples. A Congregação da Escola de Educação Física e Esporte teve, em minha opinião, muita razão em ir contra o recurso. Eles não podem abrir mão, o Departamento não pode abrir mão de um docente. É um Departamento pequeno, altamente produtivo, que não pode abrir mão de um docente. Perfeito. Essa questão de mérito, na minha sugestão, tem que ser absolutamente preservada. Conversei, inclusive, com o Professor Valmor e expus que a minha proposta é transferir o Professor Bruno pelos motivos que já foram levantados e repõem-se imediatamente uma vaga para a Escola de Educação Física e Esporte, para que ela possa repor seu quadro docente. Lembrando que essa situação pode se agravar muito mais. No processo, se prestarem atenção, existe a possibilidade de um docente do Departamento se aposentar - parece que já pediu contagem de tempo - e há outro docente envolvido nesse mesmo imbróglio, que está em afastamento no exterior - não se sabe se retorna, pode ser que retorne amanhã, ao mesmo tempo que pode ser que não retorne mais. Ou seja, o Departamento precisa, sim, ter o seu corpo docente preservado e reconstituído para assegurar sua excelência acadêmica. Por outro lado, precisamos salvar um colega altamente produtivo e competente de uma situação de assédio moral. O argumento contra a minha proposta é muito simples, a questão financeira. Acabamos de aprovar a possibilidade de contratação, se os recursos permitirem, de mais 150 docentes ao longo do ano. Minha proposta é simples, 149. Um já está assegurado para a Escola de Educação Física e Esporte, assegura-se, assim, as condições de trabalho de um docente altamente produtivo, assegura-se o direito do Departamento a que pertencia esse docente, de manter seu corpo funcional em número minimamente adequado para o desempenho de suas atividades. Fiz um relatório longo com algumas sugestões finais, que não vou ler, mas gostaria de mencionar apenas uma das minhas recomendações. Esse processo precisa retornar para a CERT. Há questões extremamente importantes a serem discutidas e apuradas. Não cabe a mim um veredicto, mas precisam ser apuradas. Acho importante que, daqui,

esse processo vá à CERT, independentemente da solução que dermos à questão da transferência." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "Li o processo todo atentamente, li os e-mails que foram trocados, vi ao longo do tempo uma crescente indisposição. Na nossa atividade - de professores e estudantes - convivemos com diversas angústias na nossa vida acadêmica. É a angústia dos cursos de pós-graduação, dos concursos de titulação, as defesas de nossos estudantes, o primeiro mestrado, o primeiro doutorado. E para nós, se o processo de tranquilidade mental não estiver razoável, ou seja, se o ambiente de trabalho que faz o nosso dia a dia, não estiver razoável, nada vai dar certo. Não vai dar certo na nossa vida, como não vai dar certo na vida do Bruno. Acho que a Escola de Educação Física e Esporte já perdeu o Professor Bruno. A resposta que vemos nas votações das Congregações e nos Conselhos são muito fortes e não vou entrar no motivo porque ela são tão fortes, quase unanimidade ou muito próximo disso. Qual a razão? Não sei, mas é um sinal. Se lermos os pareceres que foram aprovados nas Congregações, o parecer também retoma a agressividade. Então, para mim - e novamente estou endossando de certa forma as manifestações que foram feitas na mesma direção - é claro que o Professor Bruno já está fora da Escola de Educação Física e o que cabe agora é a oportunidade de ele sair. Acho que o que cabe ao Conselho Universitário nesse momento é uma avaliação de que sinal vamos dar. Nós - a USP - vamos perder um docente com a qualificação do Professor Bruno? À luz disso, acho que esse Conselho deve aprovar a transferência do Professor Bruno e, pelas razões que foram expostas, acho que deve ser feita uma recomendação para a Comissão de Claros Docentes atribuir uma vaga de docente ao Departamento da Educação Física. Penso que essa é uma resposta que o Conselho Universitário deve dar, de que a questão do provável assédio moral não pode e não deve ter guarida na Universidade de São Paulo." **Cons. Victor Wünsch Filho**: "Considerando a polêmica que temos em relação a esse pedido de transferência do Professor Gualano, da Escola de Educação Física e Esporte para a Faculdade de Medicina, e considerando que fui o relator pela CLR, achei importante dar aqui o meu depoimento. Acho que esse fato envolve, realmente, um constrangimento. Temos um constrangimento diante

de uma situação que envolve uma disputa e um desentendimento entre professores de um determinado Departamento da Escola de Educação Física. É claro que este constrangimento foi o que gerou o pedido do Professor Gualano para se transferir para a Faculdade de Medicina. Agora, penso que o que devemos considerar é que se estivéssemos em uma instituição de menor porte, em que a governança se dá de forma mais direta, mais tranquila, em que se pudesse ajustar situações entre as partes envolvidas, inclusive da instituição, certamente se encontraria uma solução mais fácil. O problema é que a USP é enorme e toda a enumeração de normativas que temos na Universidade também é extensa. Entendo que todas essas regras que temos na Universidade de São Paulo existem exatamente por conta de fazer essa enorme comunidade ter um convívio que seja harmonioso e, também, dar direções que temos que tomar frente a determinadas situações. Li o que escreveram os professores que pediram vistas ao processo, mas acho que o importante seria separar essa questão da querela dos professores - houve um desentendimento, o Professor Gualano foi orientando do outro professor. Agora, essa questão está sendo tratada dentro da Escola de Educação Física, seguindo as normas todas de comissões sindicantes e também na justiça civil. Não temos, ainda, os resultados de todos esses processos. A outra parte que está sendo colocada é a questão da transferência. Chegando isto na CLR e eu tendo que tomar uma decisão frente a esse pedido, tenho que seguir as normas regimentais, esse é o papel de dentro da CLR que temos que avaliar. O artigo 130 do Regimento Geral da USP é claro. A transferência de professores de diferentes departamentos dentro de uma Unidade ou entre Unidades tem que ser autorizado pelos dois Conselhos ou pelas duas Congregações. E aqui o que tivemos, claramente, é que a Escola de Educação Física e Esporte, tanto o Departamento quanto a Congregação, rejeitaram a proposta e o pedido do Professor Gualano de ser transferido para a Faculdade de Medicina. Isso foi avaliado pela Procuradoria Geral, que não viu vícios nesses processos que ocorreram dentro desses dois colegiados. A questão que está colocada aqui hoje é a seguinte: se esse colegiado seguirá o Regimento Geral da USP ou não. Dependendo do resultado, é claro que ficará um ônus para a Escola

de Educação Física, que tem que encontrar uma solução, com condições de trabalho para os dois professores, considerando que estão em situação de divergência, encontrar uma solução adequada e também dar a infraestrutura necessária para o Professor Gualano desenvolver suas atividades. Essa é minha opinião, essas foram as razões que embasaram o meu parecer para a CLR, negando a solicitação do Professor Gualano." **Cons.ª Berenice Bilharinho de Mendonça:** "Gostaria apenas de dar um depoimento. Quando chegou este pedido de transferência no Departamento da Faculdade de Medicina, o que nos foi dito - e foi aprovada a transferência - é que ele viria com a vaga. E foi por isso que foi aprovado. Estou vendo agora que a Professora Eloísa, depois, fez um pedido para permuta. E me surpreendeu um pouco que os instrumentos dele estivessem já sido transferidos para a Faculdade de Medicina, sem a aprovação do Conselho. Precisamos ver e, também, esse pré-julgamento que fizemos aqui, sem que a sindicância tenha sido terminada, acho muito perigoso. Acho que estamos ouvindo apenas um lado e precisamos ter calma e esperar a apuração final, porque é um desentendimento entre dois professores. O Professor Bruno foi aluno do outro professor na iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, então é um processo muito longo e que precisamos pensar um pouco antes de aprovar." **Cons. João Cyro André:** "Recentemente, tivemos uma experiência semelhante dentro do nosso Departamento e, por conta disso, li com bastante cuidado todo o processo e os pareceres - muito bem feitos - dos três colegas que pediram vistas do processo. E percebo que todos os documentos que constam têm razoabilidade, todos eles, tanto os que defendem uma posição quanto os que defendem outra. O que me parece extremamente importante é dar celeridade ao processo administrativo disciplinar do Prof. Lancha, porque é essa condição que está provocando toda essa situação, de forma que ter uma resposta final para isto é muito importante. Justiça tardia não é justiça. E essa situação de prolongar o processo administrativo, porque tem mais de um ano, foi iniciado em outubro de 2016. O segundo aspecto que quero chamar a atenção é a recomendação número um do Cons. Marcelo Urbano - muito apropriada - de que laboratório não é propriedade do professor, é uma facilidade, é um recurso do departamento que

está sob a responsabilidade de uma pessoa. Portanto, não existe esta autoridade para que qualquer professor da Universidade fale que o laboratório é dele e que só entra quem ele desejar. Esta é uma situação absolutamente intolerável dentro da Universidade. Quanto à transferência do Professor Bruno, parece-me que há razoabilidade no argumento do Departamento, de que a transferência seja feita desde que com o recebimento de uma vaga, porque se as transferências ocorrerem por vontade única e exclusiva do docente, cria uma situação de mobilidade dentro da Universidade absolutamente incontrolável. Neste caso há razões e elas me parecem claras, mas há que tomar um certo cuidado nesta decisão. Coisa que se resolveria se uma das vagas dos 150 docentes fosse conferida à Escola de Educação Física. Mas recomendo muita cautela nesta questão da autorização da transferência passando por cima da decisão do Departamento e da Congregação da Unidade. Porém, gostaria de reafirmar que laboratório não é propriedade do professor e a Escola de Educação Física tem que garantir - deveria ter garantido anteriormente - este acesso ao Professor Bruno. E segundo, a celeridade no processo administrativo-disciplinar, porque acho que esta vagarosidade, esta situação de ficar demorando para dar uma solução que é a geradora de toda essa tensão, de todo esse mal estar dentro da Universidade." **Cons. Valmor Alberto Augusto Tricoli**: "Vou tentar, de maneira sucinta, abordar os aspectos que os colegas que me antecederam falaram. De início, gostaria de dizer que fico extremamente preocupado e chateado - para não dizer ofendido - com a forma como algumas informações foram apresentadas aqui, porque quem ouviu alguns dos meus antecessores é bem capaz de sair daqui com a impressão de que na Escola de Educação Física e Esporte está havendo algum tipo de perseguição, vista grossa, coisas incorretas ou, por outro lado, favorecimento a alguém, proteção de informação ou de indivíduos. Muito pelo contrário, todas as denúncias que chegaram ao Departamento e à Direção estão sendo ou foram apuradas, temos sindicâncias, processos administrativos disciplinares, por mais que eles tenham feito a comunidade sofrer - e muito -, mas o que está errado deve ser apurado e, eventualmente, se comprovado, punido. Foi muito bem colocado aqui que a sindicância foi finalizada, um processo

administrativo está em curso, ninguém pode, de fato, afirmar que houve assédio moral, isso somente a finalização do processo administrativo vai nos dizer. Até que provem o contrário, o que temos presenciado no dia a dia na nossa Unidade é um forte desentendimento entre indivíduos, para não dizer aquela boa frase 'a criatura contra o criador'. O Professor Bruno foi aluno de iniciação científica e chegou até o doutorado com o Prof. Lancha e, por algum motivo, agora eles estão em um forte desentendimento. A Escola está muito atenta para isto, tomou e tem tomado as providências para garantir um bom ambiente de trabalho para o Professor Bruno; foram providenciados novos espaços físicos, realocação de equipamentos e tudo o que a Escola pode fazer tem feito. Alguém mencionou o fato de fechar as portas, com relação a isto, a Escola e o Departamento ficaram atentos e imediatamente, nas duas instâncias, uma atitude foi tomada: organizou-se uma agenda de uso dos laboratórios para evitar contato entre os indivíduos, para não inflar mais os conflitos. Ninguém é dono dos espaços da Universidade, penso que todos sabem disso. Fico chateado e ofendido com a percepção que está sendo passada para o Conselho Universitário de que alguém está querendo favorecer ou perseguir alguém. Outra coisa, o Departamento não negou a transferência do Professor Bruno à Faculdade de Medicina simplesmente pelo fato de que 'estamos de mal e iremos puni-lo'. Isto não tem nada a ver, o Departamento de Biodinâmica é o menor Departamento da nossa Escola, tem um número reduzido de docentes, que oferecem disciplinas ao núcleo comum dos nossos três cursos e não pode abrir mão de mais um dos seus docentes. Recentemente perdemos um docente por aposentadoria e um outro professor, que optou de ir para outra universidade - uma federal - mais próxima dos interesses dele, de forma que o Departamento já está reduzido, ele não pode abrir mão de mais um docente. Então, na verdade, o Departamento não é contra a transferência do Professor Bruno, é contra a transferência sem permuta. É impraticável para o Departamento a transferência sem a permuta. A Cons.ª Berenice relata que em determinado momento a Faculdade de Medicina teve a impressão, mas não estava nada certo, muito pelo contrário. Tanto é que recebemos os documentos do Conselho e da Congregação da Faculdade de Medicina com muita surpresa,

porque nem ao menos isso tinha sido conversado entre os docentes do Departamento de Biodinâmica ou Congregação e Direção, ou seja, não há, da forma como as pessoas imaginam, má vontade com o Professor Bruno. O processo administrativo disciplinar está em curso, o Cons. João Cyro tem razão, essas coisas em uma Universidade da dimensão da USP são mais lentas, então temos que aguardar. Apenas para finalizar, o que foi levantado aqui, que o Professor Lancha teria participado ilegalmente de qualquer tipo de reunião estando afastado pela justiça, não procede. A Escola ficou muito atenta com isso. No mesmo dia em que a Escola foi notificada pela justiça, isto foi enviado à Reitoria e esta nos respondeu que a partir de determinada data o Professor estaria afastado; e isto foi feito, assim como quando ele trouxe o mandado de segurança, da mesma maneira, enviamos à Reitoria e esta nos informou que o Professor estava de volta às suas funções. Então, não procede esta informação de que a Escola privilegiou ou permitiu ilegalidades nos seus Conselhos ou nos seus atos. Obrigado." **Cons. Raul Franzolin Neto**: "Não ia falar, mas diante da fala do Diretor da EEFE, resolvi me pronunciar, porque acho, sim, que temos responsabilidade sobre tudo dentro da Universidade. O Conselho Universitário é, sim, um centro, um órgão de debate de tudo. Acho que é importante avaliar esse conflito que chegou até nós, porque tecnicamente, é evidente que a Congregação e o Departamento têm preocupação com a falta da vaga. Isso ficou evidente. E isso nos traz uma reflexão, porque os docentes precisam ter condições de trabalho nas suas Unidades. É difícil uma pessoa, dentro da Unidade, não se sentir bem no seu ambiente de trabalho. Acho isso uma coisa muito triste de se ver. E isso vai até na contramão com as grandes empresas, etc., que trabalham visando o pessoal, para que as pessoas trabalhem da melhor forma possível, no ambiente de trabalho mais agradável possível. Então, esse conflito gerou uma dificuldade, que acho que é responsabilidade de todos. E a sugestão de liberar uma vaga ou dar prioridade para o Departamento, de forma a unir os dois casos, tanto do docente quanto da Escola, é uma visão extremamente importante e que nós daremos o exemplo de que esta Universidade se preocupa com os seus professores, com seus alunos, com seus funcionários, em ambientes adequados

para melhor produzir e gerar suas produções. Manifestei-me visando entender agora que o recurso tem sentido sim." **M. Reitor:** "Lamento enormemente que esta questão tenha chegado ao Conselho Universitário; não deveria chegar, deveria ter sido resolvida antes. Conflitos na Universidade existem, e existem nas empresas, em órgãos do governo, em conventos; onde encontrarmos uma comunidade de pessoas, vamos encontrar conflitos. E estes conflitos acabam sendo muito mais fortes e viciosos quanto mais próximas estas pessoas têm que conviver. Portanto, todos nós já assistimos esses conflitos nas nossas cercanias na Universidade, ou no nosso departamento ou em outros. E eles têm um potencial de criar situações muito difíceis e, de fato, muitas vezes, prejudicar o progresso de um professor ou de um servidor, e isto é tanto pior quanto mais jovem ele for. De forma que não há como não nos simpatizarmos com a situação. Depois, temos a informação - que diria que é um pouco fragmentária - a respeito de o Professor estar sofrendo pressões ou não, mas diria que isto deixa de ser relevante de se esclarecer de fato, porque ele se sente assim. E, de fato, precisaríamos buscar uma solução para isto. A segunda questão é que existem acusações sobre o outro Professor. São sérias e precisam ser esclarecidas, mas isto não deve interferir nesta decisão, isto é uma situação separada, que precisa ser resolvida e, depois, a própria Unidade será responsável por responder por isto e a situação deverá ser analisada e o responsável deverá ser penalizado adequadamente. Agora, tenho muito medo de condenar pessoas por 'ouvir falar'. E tenho razões para isto, já assisti a muita injustiça e já fui alvo de tal. De forma que diria que precisamos tratar com muito cuidado as questões que levam a acusação de pessoas, principalmente quando a pessoa é antipática ou o outro é simpático, isto é, esta questão afetiva influenciando no julgamento é intrínseca e, muitas vezes, até impede uma solução; e ela tanto interfere por conta da relevância do fator humano. Mas esta não é a questão com a qual temos que nos preocupar. Finalmente, temos a questão de como isto deveria ser tratado. Direi que eu, pessoalmente, como Reitor, já estive envolvido em mais de uma situação como esta e consegui resolver sem que isto subisse ao Conselho Universitário. Tenho testemunhas neste Conselho de que é possível fazer isto. Portanto, tenho

enorme simpatia pela causa deste Professor, que não conheço pessoalmente, mas, por outro lado, o artigo 130 do Regimento Geral da USP diz, com muita clareza, que: 'Havendo conveniência para o ensino e para a pesquisa e respeitada a categoria docente, permitir-se-á a transferência de docentes: I - de um Departamento para outro na mesma Unidade ou de Unidades diferentes; ... § 2º - A transferência prevista no inciso II dependerá da manifestação favorável de pelo menos dois terços dos membros da Congregação interessada.' Pergunto se estamos dispostos a desrespeitar o Regimento em uma decisão imposta à Congregação da Escola de Educação Física e Esporte. Não quero jogar peso de argumento a favor de uma coisa ou de outra, porque não estou defendendo uma posição ou outra, mas tenho muita preocupação de desrespeitar o nosso próprio Regimento. A responsabilidade por resolver, Professor Raul, acho que existe; agora, o que me deixa muito intranquilo é resolver desrespeitando o que está dito no Regimento. Gostaria de ouvir o Cons. José Rogério Cruz e Tucci, Presidente da CLR." **Cons. Valmor Alberto Augusto Tricoli**: "O senhor falou que não era para ter vindo a este Conselho, que deveria ter sido resolvido internamente. Diria que esse foi o maior desejo da nossa Unidade e, o Departamento, em particular, fez o que foi possível, inclusive com várias reuniões dentro da sala da direção, com a minha presença, tentando intermediar, bancando o diplomata entre ambas as partes. O fato é que quando os indivíduos não querem chegar a um acordo de verdade, não adianta. Foi muito complicado. E o Departamento também tentou tomar todas as atitudes necessárias para que isso fosse evitado, para que ninguém pudesse falar que estava sendo caracterizado algum tipo de proteção ou perseguição, mas isso acabou fugindo do controle da Unidade, infelizmente, e veio parar aqui no Conselho Universitário." **Cons. Marcelo Urbano Ferreira**: "Prof. Valmor, há um ponto que precisa ficar bem esclarecido. O senhor não está aqui como Congregação inteira, mas o senhor tem uma percepção da sua Congregação muito melhor do que todos nós. Parece-lhe a solução de um retorno de vaga à Escola de Educação Física, com a maior brevidade possível, uma solução que a sua Congregação aceitaria e não se sentiria traída pelo senhor diretor ou pelo Conselho? Ou lhe parece que a Congregação não teria essa

interpretação e deixaria o senhor em um desconforto em relação a uma possível decisão nossa?" **Cons. José Rogério Cruz e Tucci:** "Desculpe-me, mas não é isso, não estamos resolvendo um problema, estamos julgando um processo, sem prejuízo de que isso ocorra. A pergunta foi dirigida ao Diretor da Unidade, mas estou tomando a liberdade de dizer que uma coisa é julgar este processo - e asseguro ao Prof. Marcelo que foi muito discutido na CLR, tendo em vista que é um caso inusitado, que enseja uma tensão dobrada - há outros valores em jogo e amanhã qualquer um de nós pode se encontrar em uma situação como esta, houve critério para examinarmos na CLR. A decisão foi unanime porque nós simplesmente observamos que há vários procedimentos em curso, inclusive, esta questão está judicializada, tem Ministério Público no meio, a imprensa, na época, deu notícia da intervenção do Ministério Público, quero dizer, há uma série de detalhes, inclusive do ponto de vista da CERT. Ou seja, não quer dizer que vamos mandar este processo, ele já está sendo apurado intramuros, no âmbito da Universidade. Agora, não cabe aqui também dizer que vamos solucionar assim 'o senhor aceita se for permuta'. Isto ficou muito claro. tanto pela manifestação da FM quanto pelo Diretor da EEFE. Isto é um problema que surgiu e temos que solucionar. Objetivamente, como o Prof. Zago, de uma forma sintética, colocou muito bem: ou nós seguimos o artigo 130 do Regimento Geral ou não seguimos e vamos abrir uma exceção. Por enquanto cabe, de fato, à EEFE contornar este problema dentro do que é possível, dentro das providências que são cabíveis. É claro que em uma situação dessas, o Prof. Bruno não deve estar se sentido de forma conveniente na Unidade, mas estamos julgando o recurso da forma como ele veio para a CLR. É este o ponto." **Cons. Gilberto Fernando Xavier:** "Minha dúvida é a seguinte: está previsto no Regimento da Universidade que quando há transferência de um docente, de uma Unidade para outra, deve haver manifestação favorável dos Conselhos dos Departamentos e das Congregações, mas também está previsto no Regimento da Universidade que quando há algum tipo de controvérsia a alguma deliberação que desinteressa a uma parte, há o instituto do recurso. E este tem que ser julgado pela instância que tomou a decisão e, caso ela não reformule a decisão, isto sobe para a instância superior.

Esta é a instância superior da Congregação da Escola, então me parece que este Colegiado tem elementos legais, não estará ferindo o Regimento da Universidade se decidir reformular a decisão da Congregação, porque estamos deliberando em nível de recurso." **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: "É exatamente este o objeto, ou nega-se provimento ao recurso e fica como está, ficando negada a transferência, ou dá-se provimento ao recurso e, com isso, a decisão do Conselho se sobrepõe hierarquicamente à decisão da Congregação." **Secretário Geral**: "Mas o objeto do recurso é contra a decisão da Congregação, que indeferiu o pedido de transferência." **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: "Exatamente, e o fundamento do recurso é o assédio moral que o recorrente está sentindo, o desconforto dele no âmbito da Escola de Educação Física. Este é o fundamento." **M. Reitor**: "Já discutimos bastante, cada um vota de acordo com sua consciência. Obviamente, esta situação terá, de fato, que ser resolvida fora deste Conselho e por negociações paralelas. Há maneiras de resolver isto, o problema é sempre não substituirmos a vontade da Congregação pela do Conselho - embora seja legítima e fundamentada no Regimento da USP. Depois quero levantar uma outra questão, mas vou falar depois da votação, porque não quero que influencie nela." A seguir, o **M. Reitor** passa à votação do parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pelo interessado. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 40 (quarenta) votos; Não = 40 (quarenta) votos; Abstenções = 7 (sete); Total de votantes = 87 (oitenta e sete). **M. Reitor**: "Todos puderam observar que me abstive. Neste caso, comparei a importância na vida do docente e, por outro lado, a importância de respeitarmos o Regimento. Mas, como Reitor, eu voto a favor de não acatar o recurso, respeitando o Regimento da Universidade. Voto 'sim'. Mas vou, juntamente com o futuro Reitor, comprometer-me a buscar uma solução para o caso, para a pessoa do Prof. Bruno Gualano." Com o voto de minerva do M. Reitor - 'sim' - fica aprovado o parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pelo Prof. Dr. Bruno Gualano. A seguir, o M. Reitor passa ao item **4.2 - PROCESSO 2017.1.951.27.5 – ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES.** Recurso interposto pela Professora Marilda Lopes Ginez de Lara, contra a decisão da Congregação, que homologou o concurso público para provimento de um cargo

de Professor Titular, junto ao Departamento de Informação e Cultura, na área de "Informação e Cultura", nos termos do Edital nº 19/2016/ECA, publicado no D.O em 13.07.2016. Ofício do Diretor da ECA, Prof. Dr. Eduardo Henrique Soares Monteiro, à Procuradora Geral, Dr.ª Márcia Walquiria dos Santos, encaminhando o recurso interposto pela Prof.ª Dr.ª Marilda Lopes Ginez de Lara, referente ao resultado do concurso para provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao Departamento de Informação e Cultura, na área de "Informação e Cultura", nos termos do Edital nº 19/2016/ECA. Informa que em reunião de 28.06.2017, a Congregação da Unidade homologou o resultado final, pelo qual o Prof. Dr. Eugênio Bucci foi o indicado pela Banca para ocupar o cargo (13.07.17). Cópia da Portaria ECA nº 54, de 15.12.2015, que institui critérios de avaliação de memorial em concursos para obtenção de título de Livre-Docência e em concursos para provimento de cargo de Professor Titular. Relatório Final da Comissão Julgadora do concurso para provimento de um cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes, indicando o Prof. Dr. Eugênio Bucci para prover o cargo. **Parecer da PG**: instrui a Unidade com relação ao encaminhamento do processo e responde aos pontos suscitados no recurso, lançando considerações sobre os argumentos levantados na peça, quais sejam: **a)** que o Prof. Eugênio não contaria com trajetória acadêmica na área de Informação e Cultura, sendo vinculado, ao contrário da recorrente, ao Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA; **b)** que o Edital do concurso faria menção expressa à Portaria ECA nº 54/2015, que trazia os "requisitos de obtenção há pelo menos cinco anos do título de Livre-Docente e dez anos de trabalho em Regime de RDIDP", de modo que o Prof. Dr. Eugênio Bucci não atenderia "requisitos objetivos e vinculantes" das normas internas da ECA. Quanto ao primeiro argumento, observa que nem o Estatuto nem o Regimento Geral exigem que, sendo o candidato docente da USP, esteja ele vinculado ao Departamento ao qual a vaga em disputa está atrelada. Quanto ao segundo argumento, cita parecer da CLR que reflete posicionamento histórico e consolidado sobre o tema, que demonstra a impossibilidade de que as Unidades criem requisitos adicionais para a participação em concursos da carreira docente,

além daqueles previstos no Estatuto e no Regimento Geral. Desta forma, a Portaria ECA nº 54/2015 não poderia ser interpretada como estabelecendo requisitos objetivos de participação em concursos da carreira docente, sendo esta, aliás a interpretação também da ECA, haja vista os termos utilizados na redação de seu artigo 9º da citada Portaria, quando há menção a características a serem "observadas pela banca", ou ao perfil "que se espera" do candidato ao cargo de Professor Titular – que seriam tão somente parâmetros a serem observados pela Comissão Julgadora. Passa a analisar outros argumentos do recurso: **c)** que, "ainda que se reconheça a discricionariedade na avaliação dos candidatos, não há como justificar uma nota 10,0 (dez) ao candidato que desatende requisitos objetivos". Quanto ao terceiro argumento da recorrente, esclarece que é necessário que se estabeleça desde já a premissa de que não é possível, nem mesmo pela Congregação ou pelo Conselho Universitário, rever o mérito da avaliação da Comissão Julgadora, citando parecer da CLR que reflete este entendimento. Entende que este terceiro argumento não pode ser apreciado pela Procuradoria Geral, nem pela Congregação e nem pelo Conselho Universitário, sob pena de esvaziamento da avaliação de mérito, cuja competência exclusiva é atribuída pela Comissão Julgadora. Passa ao **argumento d)** que, a despeito de auferindo a requerente a maior média de pontuação entre os mesmos atribuída pelos cinco docentes membros da comissão julgadora, para total surpresa da pleiteante, foi indicado o Prof. Dr. Eugênio Bucci, havendo-lhe sido conferidos pelos membros da respectiva comissão julgadora três votos, enquanto que dois votos para a requerente. Esclarece que sobre os concursos da carreira docente da USP, quando o Conselho Universitário aprovou o Regimento Geral, não se estabeleceu que seria nomeado o candidato com a maior média global, mas sim aquele que obtivesse o maior número de indicações. (...) Pelo exposto, conclui-se que não há irregularidade no fato do Prof. Dr. Eugênio Bucci ter obtido o maior número de indicações e a Prof.ª Dr.ª Marilda Lopes Ginez de Lara ter obtido a maior média global. **Argumento e)** que seria "ausente qualquer justificação pelos membros da banca examinadora das respectivas notas atribuídas ao Professor Eugênio Bucci quanto à prova oral de erudição (...) além das notas atribuídas na

avaliação do seu memorial." Esclarece que, quanto à atribuição de notas, a matéria vem regulada de forma detalhada nos artigos 155 a 160 do Regimento Geral. Em análise dos autos do concurso, verifica que todas as prescrições foram observadas, citando todas e relacionando as folhas respondentes nos autos do concurso. Em relação às provas individualmente consideradas, o RG exige parecer circunstanciado tão somente quanto ao julgamento de títulos, determinando, ao final do processo, que seja lavrado Relatório Circunstanciado sobre a avaliação empreendida pela Comissão como um todo, justificando as indicações. Quanto ao procedimento da prova de arguição do memorial, como já decidido pela CLR, a atribuição de notas em si já é uma justificação quanto à mensuração da excelência acadêmica dos candidatos. Portanto, quanto ao quinto argumento da requerente, não vislumbra motivos para reforma da decisão homologatória da Congregação da ECA. **Argumento f)** que o Prof. Dr. Eugênio Bucci teria feito, durante a prova oral de erudição, leitura de material escrito preparado de antemão, o que contraria o item 5, II, do Edital 19/2016/ECA. Esclarece que a prescrição do Edital busca vedar que a prova oral de erudição deixe de ser, justamente uma prova oral, passando a ser uma prova de leitura literal de material escrito. Por outro lado, não parece, salvo melhor juízo, que aos candidatos seja vedada a utilização de anotações com *talking points* ou referências bibliográficas, por exemplo. O enquadramento na hipótese vedada de simples leitura de material escrito ou, ao revés, na hipótese de mera utilização de anotações de apoio é resultado de avaliação a ser empreendida pela Comissão Julgadora. Observa que o argumento novamente adentra na análise meritória da banca, que não é suscetível de revisão nas instâncias que, por natureza, empreendem uma análise formal de legalidade. **Argumento g)** que o extraordinário percentual de abstenções na votação pela Congregação constitui indício suficientemente robusto para que se conteste a legitimidade do resultado obtido. Esclarece que a CLR já se manifestou em várias oportunidades sobre o conceito de maioria absoluta, adotando o entendimento no sentido de que, para efeitos de cálculo, computam-se tão somente os votos positivos e negativos, desconsiderando-se as abstenções/votos em branco/votos nulos. Sob o aspecto

jurídico-formal, não há irregularidade na decisão homologatória, tal como exarada pela Congregação da ECA (10 votos a favor, 10 abstenções e 2 votos contrários) (24.07.17). Manifestação do Prof. Dr. Eugênio Bucci (07.08.17). Manifestação da Comissão de Pós-Graduação da ECA. Esclarecimento do Conselho do Departamento de Informação e Cultura (26.06.17). **Parecer da Congregação da ECA**: aprova o parecer emitido pela Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Castilho Costa, o qual foi desfavorável ao provimento do recurso (30.08.17). Ofício do Diretor da ECA ao Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, encaminhando o recurso interposto pela Prof.ª Dr.ª Marilda Lopes Ginez de Lara contra a homologação do concurso público para provimento de um cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Informação e Cultura, na área de Informação e Cultura (01.09.17). **Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho, contrário ao recurso interposto pela Prof.ª Dr.ª Marilda Lopes Ginez de Lara (18.10.17). Antes de iniciar a discussão da matéria, o Cons. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari ausenta-se da sala, por motivo de conflitos de interesses, tendo em vista o grau de parentesco com o interessado. **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: "Trata-se de um recurso interposto pela Professora Marilda Lopes Ginez de Lara, contra a decisão da Congregação da Escola de Comunicações e Artes, que homologou o relatório da banca examinadora do concurso para Professor Titular, junto ao Departamento de Informação e Cultura, na área de Informação e Cultura, que sagrou vencedor o Prof. Dr. Eugênio Bucci. Irresignada com esta deliberação da Congregação, a referida professora interpõe o recurso que agora está em julgamento e alega cinco fundamentos: três seriam formais e dois de mérito - estaríamos aqui revendo o mérito, fazendo as vezes da banca examinadora. O parecer da Procuradoria Geral, subscrito pela atual Procuradora Geral, Dr.ª Adriana Fragalle Moreira - a qual está presente e cumprimento - elucida muito e a CLR, com parecer do Cons. Oswaldo Baffa Filho, acabou encampando, secundando por unanimidade o parecer da Procuradoria Geral. As alegações da recorrente são as seguintes: que o Prof. Eugênio Bucci não contaria com trajetória acadêmica na área de Informação e Cultura, sendo vinculado, ao contrário da recorrente, ao Departamento de Jornalismo e

Editoração da ECA; o segundo fundamento é no sentido de que há uma Portaria interna da ECA, que é a Portaria 54/2015, que traria requisitos específicos e diferentes do Regimento Geral da USP, para obtenção do título, para a inscrição no concurso, desde que obtido a pelo menos cinco anos do título de Livre-Docência, isto é, só poderia concorrer ao titulo de Professor Titular depois de um lustro do concurso de Livre-Docência; e dez anos de trabalho em RDIDP. Estes requisitos não constam do artigo 150 do Regimento Geral. Traz mais um fundamento de ordem formal: que não estaria adequada, segundo a recorrente, na avaliação de ambos os candidatos, a atribuição de nota dez ao candidato Eugênio Bucci, que não atendeu aos requisitos objetivos para a inscrição no concurso. Esses são os três fundamentos, que não estão previstos no Regimento. Mas há dois outros fundamentos que, se atendêssemos, estaríamos substituindo a banca examinadora, qual seja, a de que a pontuação geral - a média geral - que ela obteve é maior do que a média geral obtida pelo Prof. Eugênio Bucci. Mas sabemos que o que prevalece são as indicações e não a média geral, aliás, a média geral é requisito na hipótese de empate, mas não é o caso. E, também, que o Prof. Eugênio Bucci teria lido a prova de erudição. O parecer da PG é no sentido de que, também este fundamento não deve prevalecer, porque certamente a banca examinadora considerou esta questão para atribuir as notas. Tenho observado - inclusive na Faculdade de Direito - que esta questão da leitura precisa ser melhor regulamentada, este detalhe da prova de erudição, porque realmente, alguns vem com uma ficha, outros não usam material nenhum. Estou falando por mim, mas no caso do recurso, até por conta do adiantado da hora, quero dizer que a banca, que é soberana para atribuir a nota, levando em consideração o material utilizado pelos respectivos candidatos. Então, por essas razões, não há um fundamento consistente, ao ver da CLR e da PG, que possa convidar a uma reflexão mais profunda a ensejar o provimento do recurso. Assim como no caso julgado anteriormente, o parecer do Cons. Oswaldo Baffa Filho acabou prevalecendo no âmbito da CLR, pelo não provimento do recurso interposto pela Prof.ª Marilda Lopes Ginez de Lara." **Cons. Marcelo Urbano Ferreira:** "Gostaria de entender. O Edital do concurso previa um dispositivo não previsto no

Regimento Geral, certo? Se o que o Edital previa está perfeitamente legal, haveria uma base para o recurso. Mas se o que o Edital previa não tinha fundamento legal, o Edital está irregular, e ele pode ter induzido a erro não só à banca, mas a candidatos que deixaram de se inscrever porque leram no Edital uma série de restrições que se aplicavam às suas próprias carreiras." **Cons. José Rogério Cruz e Tucci:** "A despeito do Edital, esta Portaria 54/2015 da ECA, tanto faz o que ela diz, ela não pode restringir nenhuma disposição das Unidades, Regimento internos, portarias, deliberações das Congregações, elas não podem restringir o Regimento Geral. Ele prevalece. Se não fosse assim, cada concurso seria feito de uma forma. Na minha Unidade, no Regimento interno não há restrição, há especificação, o que certamente, na área do Prof. Marcos, por exemplo, a prova é diferente, não tem a defesa de tese, de forma que o Regimento interno que vai se adequar ao Regimento Geral da Universidade. Mas, neste caso específico, a Portaria 54/2015 da ECA, restringe o Regimento Geral, portanto ela se descortina absolutamente ilegal. A partir do momento em que ela altera, exigindo requisitos que não constam do Regimento Geral, evidentemente que ela não pode prevalecer. O Regimento da USP não tem esta previsão de que há necessidade de um interstício de cinco anos entre o concurso da Livre-Docência e o concurso para Titular, então, pouco importa esta portaria, prevalece o Regimento Geral." **M. Reitor:** "Isto é uma história crônica, conheço há trinta anos estas tentativas das Congregações, muitas vezes, de interferirem no formato do concurso, além daquilo que podem fazer. Exigências como esta de precisar ter determinado tempo de serviço de RDIDP, número de orientações, etc., nenhuma dessas têm sustentação. São restrições adicionais àquilo que já está no Regimento Geral e no Estatuto da USP. Agora, o que entendo que a Portaria da ECA faz é um conjunto de referências, recomendações do tipo 'seria ideal para o nosso perfil de um Professor Titular que ele fosse assim...' Isto é algo que a banca tem absoluta autonomia e autoridade para utilizar ou não. Isto é, saber o que aquela instituição da qual ela está participando - muitas vezes são pessoas de fora - espera. Agora, nada disto pode obrigar ou impedir que um determinado candidato ganhe um concurso. Entendo que esta é a questão central." **Cons. Eduardo Henrique**

Soares Monteiro: "Como o Professor Zago falou, esta é a compreensão adequada da Portaria. E ela está muito clara, aliás, lamento o que tanto tenha se falado deste concurso de forma maledicente. Está muito claro, na Portaria está escrito 'espera-se que'. A Portaria estabelece parâmetros, o perfil que se espera de um docente, mas em momento nenhum ela determina como deve ser, de forma que não há um requisito formal que solicite tal ou qual pré-condição para um candidato se inscrever e concorrer. Tanto que isto ocorre em outros concursos da ECA e não geram e não geraram manifestação desta natureza. Há outros casos na ECA exatamente da mesma forma, há vários parâmetros e o docente que não cumpre todos os parâmetros estipulados pelo perfil, mesmo assim eles são candidatos, concorrem e podem ganhar o título, seja de Livre-Docente, seja de Titular. Então, que fique muito claro que a Portaria interna estabelece um perfil desejável, mas não impõe nenhuma condição, pois o verbo que utiliza é 'espera-se que'. Isto tem que ficar muito claro." **M. Reitor:** "Então não há problema de ilegalidade no Edital. Há duas outras questões que, com frequência, aparecem em recursos de concursos. uma delas é a aceitação ou não da inscrição. A aceitação das inscrições diz respeito aos aspectos formais, quero dizer, mérito não é competência de Conselhos ou de Congregações analisar. A análise de mérito é uma competência exclusiva da banca, por isso um bom concurso, aquele que não vai dar problema, é aquele em que escolhemos uma boa banca. Aí está o grande segredo." **Cons. José Rogério Cruz e Tucci:** "Um professor antigo da minha Faculdade dizia que 'concurso bom é quando a banca brilha e o candidato passa.' Queria dizer que as inscrições são normalmente aprovadas nas respectivas congregações. Este argumento que vem depois de realizado o concurso, de fato não pode vingar, porque conta-se um eventual prazo para interposição de um recurso das homologações das inscrições. O vício aí seria das inscrições, porque se fôssemos considerar os termos da Portaria, se um candidato não preenchesse os requisitos e, a despeito deste aspecto, a Congregação homologasse a sua inscrição, o outro candidato poderia se insurgir mediante recurso da decisão da Congregação que homologou as inscrições. Quero dizer que é absolutamente *ad tempus* o que vem agora, da alegação de que a inscrição do candidato vencedor

não poderia ter sido aceita. No direito chamamos isto de preclusão, quero dizer, não há mais possibilidade de alegar uma coisa que está sepultada." **M. Reitor:** "Outra coisa que também representa uma praga em recursos de concurso é a confusão entre nota e indicação. E nosso Estatuto e Regimento Geral é muito sábio ao falar em indicação, porque a cada membro - supondo que haja somente um candidato - cabe uma indicação, mas a sua indicação se faz pela nota que ele dá. Então, se há dois candidatos, a indicação do membro é aquela para a qual ele deu a nota mais alta, somando todas as notas. E por que não se pode fazer média de nota? Porque - vamos imaginar um indivíduo maldoso, que esteja fazendo parte de um concurso e dá a nota mais baixa possível ao outro candidato para simplesmente destruir, mas não importa, ele pode dar a nota que quiser, o que importa de fato é para quem ele deu a maior nota. Então, para cada candidato, haverá em cada banca cinco indicações, que são as maiores notas que cada um dos membros da banca deram naquele concurso. E assim, se resolve a questão da aritmética versus análise formal depois de qual aquele membro entende que é o melhor candidato. A necessidade de dar a nota é, primeiro, porque ele transforma isso de uma maneira objetiva e, segundo, porque ele esclarece em qual ou quais tópicos ele considera que aquele candidato é melhor. Ele diz com clareza e de público 'eu dei dez na prova de erudição e dei oito no currículo, porque eu acho que é assim'. Há mais algum pedido de esclarecimento?" A **Cons.ª Berenice Bilharinho de Mendonça** pergunta, fora do microfone, qual o regime de trabalho estava especificado no Edital. **M. Reitor:** "Não sei se estava especificado, mas isto não está envolvido no recurso." A seguir, o **M. Reitor** passa à votação do parecer da CLR, contrário ao recurso interposto. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 67 (sessenta e sete) votos; Não = 3 (três) votos; Abstenções = 8 (oito); Total de votantes = 78 (setenta e oito). É aprovado o parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pela Prof.ª Dr.ª Marilda Lopes Ginez de Lara. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 20h. Do que, para constar, eu, Ignacio Poveda Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores

Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 21 de novembro de 2017.